

revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 6. n.21. abr./jun. 2021.



Editora
Movimento





Dedicamos este número da *Revista Movimento* a nosso saudoso camarada Tito Prado (1949 – 2021), dirigente de *Nuevo Perú*, vítima da Covid-19. Sua memória e sua luta seguirão vivas em nossas fileiras.
Até o socialismo sempre!

<i>Editores</i>	Etevaldo Teixeira Roberto Robaina
<i>Responsável</i>	Movimento Esquerda Socialista
<i>Projeto gráfico Capa e diagramação</i>	Adria Meira Vittorio Audi Poletto
<i>Transcrição e tradução</i>	Pedro Micussi Nicolás Calabrese
<i>Periodicidade</i>	Trimestral 21ª edição. Ano 2021.

Autores que contribuem nesta edição: Bruna Porciúncula, Bruno Magalhães, Camila Souza, Dominique Vidal, Israel Dutra, Jorge Escalante, Leonardo Padura, Marcela Durante, Michael Löwy, Mônica Seixas, Neal Meyer, Pedro Fuentes, Roberto Robaina, Salwa Ibrahim e Thiago Aguiar.

<p>Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 6, v.1, n.21 (abr.2021 - jul.2021) . Porto Alegre : Movimento, 2021.</p> <p>Trimestral.</p> <p>ISSN 2448-1491</p> <p>1. Marxismo Brasil. 2. Marxismo Mundo. 3. Socialismo. 4. Política Brasil. 5. Política Internacional. — — — CDD 335.4</p>
--

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2021

Adquira já o novo lançamento da
Editora Movimento

História Crítica do Banco Mundial

Éric Toussaint



Editora
Movimento



Índice

Apresentação	9
<i>Thiago Aguiar</i>	
Os desafios do VII Congresso do PSOL e a luta contra Bolsonaro	
Três formas de confundir a vanguarda: um debate com a Resistência/PSOL	13
<i>Bruno Magalhães e Israel Dutra</i>	
Qual lugar Marcelo Freixo quer ocupar na política?	45
<i>Roberto Robaina</i>	
Glauber contra os delírios de um Brasil em transe	51
<i>Bruna Porciúncula</i>	
Manifesto – Glauber Braga, pré-candidato à presidência da República	57
<i>Vários autores</i>	
Internacional	
Quem detém o poder na Casa Branca de Joe Biden?	63
<i>Neal Meyer</i>	
Reflexões sobre a terceira intifada palestina	79
<i>Salwa Ibrahim</i>	
Em Israel, Bibi acabou?	85
<i>Dominique Vidal</i>	
Bicentenário do Peru: vitória popular e as mudanças	89
<i>Jorge Escalante</i>	
Um grito	93
<i>Leonardo Padura</i>	
Em solidariedade ao povo de Cuba	97
<i>Secretariado Nacional do MES</i>	

Homenagem a Tito Prado (1949-2021)

Tito Prado, presente! 103
Pedro Fuentes

Tito Prado, presente! Agora e sempre! 105
Roberto Robaina

Vários

Nova crise hídrica e a luta contra a mercantilização da água:
presente e futuro em disputa 109
Mônica Seixas e Marcela Durante

Prefácio ao livro *História Crítica do Banco Mundial*, de Éric
Toussaint (Editora Movimento, 2021) 123
Michael Löwy

Documentos

As duas tarefas do PSOL 129
Israel Dutra e Thiago Aguiar

As ruas falaram mais alto! Depois do 29M, os próximos passos 135
Camila Souza e Israel Dutra

O que esperar do VII Congresso do PSOL? 141
Israel Dutra e Thiago Aguiar

Por um PSOL independente e anticapitalista 145
Tese do Movimento Esquerda Socialista ao VII Congresso do PSOL

Apresentação

Thiago Aguiar¹

Esta é a vigésima primeira edição da *Revista Movimento*, dedicada aos debates em curso do VII Congresso Nacional do PSOL. Nela encontram-se artigos de análise, polêmica e discussão programática para subsidiar os debates de nossos camaradas em todo o país. Por isso, a edição é aberta com artigo de Bruno Magalhães e Israel Dutra, numa polêmica sobre a tática da frente única e os desafios do PSOL e da esquerda socialista diante do bolsonarismo e da estratégia eleitoral do PT. Na sequência, Roberto Robaina assina artigo analisando a saída de Marcelo Freixo do PSOL. A jornalista Bruna Porciúncula, por sua vez, escreveu um perfil de Glauber Braga, deputado federal (PSOL-RJ) e pré-candidato à presidência da República por nosso partido. Encerrando a seção dedicada ao VII Congresso, reproduz-se o manifesto de lançamento da pré-candidatura de Glauber, apoiado por milhares de lideranças psolistas em todo o país.

A seguir, a edição traz análises de importantes questões internacionais contemporâneas: Neal Meyer, militante do *Democratic Socialists of America*, analisa os primeiros meses do governo de Joe Biden nos Estados Unidos; Salwa Ibrahim assina artigo sobre a recente rebelião do povo palestino contra a opressão sionista; Dominique Vidal discute a queda de Benjamin Netanyahu e o novo governo de Israel; Jorge Escalante faz um panorama dos desafios da presidência de Pedro Castillo e de sua posse no bicentário da independência peruana. Por último, para contribuir com a compreensão das recentes manifestações em Cuba, esta edição reproduz artigo do renomado escritor Leonardo Padura e a nota do Secretariado Nacional do MES a respeito do tema.

Num ano de 2021 ainda marcado pela tragédia da pandemia

¹ Doutor em Sociologia (USP).

da Covid-19 e pelo descaso criminoso de governos em todo o mundo, lamentamos a perda de nosso grande camarada Tito Prado (1949-2021), militante internacionalista e dirigente de *Nuevo Perú*. A ele dedicamos esta edição de nossa revista e, em sua homenagem, publicamos artigos de Pedro Fuentes e Roberto Robaina em sua memória.

Também trazemos, nesta edição, um artigo de Marcela Durante e de Mônica Seixas sobre a crise hídrica brasileira, suas consequências para o sistema elétrico e, sobretudo, para o povo pobre de nosso país. Para estimular a leitura do novo lançamento da Editora Movimento, o livro *História Crítica do Banco Mundial*, de Éric Toussaint, dirigente da IV Internacional e porta-voz do CADTM Internacional, publica-se o prefácio de Michael Löwy escrito para a nova edição brasileira.

Encerrando o volume, na seção de documentos, aparecem três editoriais recentes do portal da *Revista Movimento*, com análises da conjuntura dos últimos meses, tratando da luta pela derubada do governo genocida e corrupto de Bolsonaro e dos desafios do PSOL. Por fim, a tese do Movimento Esquerda Socialista ao VII Congresso do PSOL, respaldada por mais de oito mil militantes em todo o Brasil.

Boa leitura!

**Os desafios do
VII Congresso do
PSOL e a luta contra
Bolsonaro**



Três formas de confundir a vanguarda: um debate com a Resistência/PSOL

Bruno Magalhães¹ e Israel Dutra²

Este texto pretende criticar as posições recentes da Resistência (corrente interna do PSOL) e de Valério Arcary, seu principal ideólogo. Defenderemos abaixo que os camaradas da Resistência cometem erros conceituais profundos, utilizando os conceitos marxistas de forma mecanicista e capitulando perante os setores oportunistas da esquerda brasileira, notadamente Lula e o PT, a partir de uma confusão sobre a tática da Frente Única.

Uma introdução: sobre questões de método

No método marxista, qualquer análise deve partir das relações entre as classes sociais em seu contexto de luta permanente. A estratégia geral, as táticas específicas e as tarefas colocadas à classe trabalhadora em cada momento histórico derivam diretamente da situação da luta de classes em determinada época.

Os conceitos e categorias de análise ajudam muito nesta tarefa teórica, mas também correm o risco permanente de simplificar a riqueza da vida que procura analisar. A busca por categorias prévias para entender cada cenário ou processo histórico sempre abre também o risco dos anacronismos, das distorções e caricaturas. O método marxista critica permanentemente as dinâmicas e contradições internas de cada objeto em análise, mesmo que as conclusões sejam desagradáveis. É por isso também que as categorias marxistas estão em aprimoramento permanente, exigindo das direções que as aplicam não somente a transposição dos conceitos para a atualidade, mas o próprio enriquecimento destes conceitos frente aos novos desafios que se colocam. O marxismo não conhece dogma teórico.

¹ Dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES).

² Secretário de Relações Internacionais do PSOL e dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES).

As ferramentas do pensamento também tem sua dinâmica própria perante a história e não servem simplesmente para encaixar o mundo em categorias, ao contrário, são mais ricas e úteis quanto mais nos aprofundamos em seu desenvolvimento. O conceito de bonapartismo, por exemplo, é esvaziado quando se utiliza o golpe de Luís Bonaparte como analogia sem refletir também sobre as lutas de classe na França entre 1848 e 1851 e todo o processo que desembocou no 18 Brumário. Cada conceito só tem utilidade aos revolucionários dentro de seu contexto, como experiência humana condensada para ser utilizada na análise do real, senão perde sua utilidade e torna-se similar às categorias místicas de repetição da ideologia burguesa.

Esse debate teórico tem implicações muito concretas. Ao longo da história, o stalinismo soube deturpar conceitos importantes como “esquerdismo”, “oportunismo” e até o “fascismo” para justificar teoricamente uma política cujo objetivo real era o fortalecimento de sua própria posição burocrática, e não o desenvolvimento teórico do marxismo.

Esta introdução é importante porque consideramos a vulgarização da tática da Frente Única um grave erro da Resistência. Ao utilizar ferramentas teóricas de maneira abstrata e estática, ignorando tanto seu contexto original como sua materialidade hoje, os camaradas aplicam na prática uma tática diferente daquela declarada e enfraquecem a construção de um polo socialista independente no Brasil. Para provar isso, começamos pelos escritos da própria Resistência.

PARTE UM

A orientação da Resistência se subordina à do lulismo

O centro da nossa crítica à orientação da Resistência e suas elaborações diz respeito à relação que se estabelece com o lulismo, principal direção do movimento de massas no país. A tática

da Frente Única – como veremos mais adiante – supõe combinar a luta pela unidade entre os diferentes setores do movimento operário e a disputa por sua orientação.

A aplicação correta desta tática inclui a luta por uma linha de independência de classe – portanto, uma disputa de orientação. Diante da situação política atual, a unificação plena dos setores explorados e oprimidos com uma linha de independência de classe passa pela derrota da orientação do PT. É por isso que não podemos aderir a uma unidade eleitoral ou programática com o PT (exceto na hipótese completamente irrealista de o PT adotar uma linha de esquerda e romper suas alianças com setores da burguesia). Contudo, para justificar sua política, a Resistência e Arcary lançam mão de uma série de proposições que Moreno definiu como “Análises-justificativas”, conforme este explica em “O Partido e a Revolução”:

“Parece imposible que se pueda coincidir en una política a partir de caracterizaciones de la situación real diametralmente opuestas. Y en realidad lo es. Pero lo que ocurre es que los compañeros de la mayoría no parten del análisis de la situación de la lucha de clases, sino que hacen casi al revés: formulan una estrategia de acuerdo a los fenómenos internos al movimiento obrero y de masas y luego inventan un análisis de la realidad que se acomode a esa estrategia y la justifique.”³

Pressionado pela luta para sair de anos de marginalidade política oriunda do PSTU, os companheiros da Resistência, ancorados na ação de setores da vanguarda, problematizam e justificam suas teses para construir a política de subordinação à orientação lulista. Isso os leva a aderir, no movimento, ao calendário da direção majoritária do PT e no terreno da disputa do PSOL agitar a consigna de apoio à Lula, como fórmula de “unir a esquerda”. Vejamos com mais cuidado como se articulam os conceitos necessários para construir a “análise-justificativa” da Resistência.

³ http://www.archivo.sobhonduras.org/seca/obreros.geo/libros/pmpl_2.htm

As três táticas

O camarada Valério Arcary já afirma há algum tempo que três táticas dividem a esquerda. Vejamos como era esta formulação em 2019:

“Acontece que a esquerda brasileira está muito dividida, pulverizada em duas dezenas de organizações e correntes que se estruturam no interior dos partidos legais, e com graus de influência muito variados. Mas, **em uma análise rigorosa são três, somente, as táticas. Há aqueles que defendem o quietismo, os que defendem a ofensiva permanente e os que defendem a Frente Única.** Estes conceitos têm uma história e remetem ao repertório acumulado pela esquerda marxista mundial. O quietismo está associado à orientação do SPD, o partido da socialdemocracia alemã sob a orientação de Kautsky. A ofensiva permanente era a posição de Bela Kun, líder húngaro da III Internacional para a situação alemã, que resultou na derrota da revolução em 1923. A tática da Frente Única foi elaborada sob a inspiração de Lenin e Trotsky. **Os que defendem o quietismo partem da premissa de que sofremos uma derrota histórica. Concluem que a situação é contrarrevolucionária, e exigirá anos para uma recuperação da capacidade de luta, e o maior perigo é um autogolpe, portanto, não podemos provocar. Os que defendem a ofensiva permanente partem da premissa que a derrota foi, essencialmente, eleitoral, as forças da classe trabalhadora estão intactas, a situação é pré-revolucionária, e a expectativa é uma derrubada, mais ou menos iminente, do governo, e não podemos hesitar. Por último, estamos aqueles que consideramos que ocorreu uma derrota político-social grave, de tipo estratégico, avaliamos a situação como reacionária, e temos a expectativa de um período defensivo, em que a resistência precisa acumular forças para ter capacidade de contraofensiva, e não podemos vacilar.**”⁴

Neste trecho, são identificadas as três posições. Em um movimento nada original, o autor divide as organizações entre aquelas que estão a sua direita (os “quietistas”), aquelas que estão à sua esquerda (a “ofensiva permanente”) e aqueles que estariam corretos (a Frente Única), torcendo estes conceitos para adaptá-los ao Brasil de Bolsonaro. Qualquer organização marxista faz a crítica ao oportunismo e ao sectarismo a partir de suas próprias

4 <https://esquerdaonline.com.br/2019/11/08/lula-livre-nem-quietismo-nem-ofensiva-permanente-em-defesa-da-frente-unica-de-esquerda/>

posições, então nossa tarefa não é só relacionar qual desvio histórico é análogo aos erros políticos de qual organização atual, mas também explicar porque estas organizações cometem estes erros e quais são suas consequências.

Não são só ideias. Formular sobre nossa realidade pensando em termos como “quietistas” ou “ofensiva permanente” só faz sentido a partir do significado destes termos em sua origem, pensando também nas imperfeições que toda analogia carrega. Se as motivações e o contexto histórico de cada conceito não são análogos ao momento em que são mencionados, utilizá-los sem levar isso em conta é uma forma de deturpá-los. É o que acontece nos textos da Resistência, como no exemplo acima, e para desenvolver nossa argumentação nos aprofundaremos em cada um destes termos.

O “quietismo”

O quietismo é uma postura tática em consequência do oportunismo na qual as direções políticas travam o desenvolvimento revolucionário do movimento das massas para apostar exclusivamente na ação institucional como forma de chegada ao poder, indo contra “provocações” que poderiam atrasar o caminho ao poder da classe trabalhadora. Como argumenta o próprio Kausky, citando Marx, em 1918:

“Não devemos ser pessimistas. Quanto mais o Estado é democrático, mais seus instrumentos de dominação - neles compreendidas as forças militares - dependem da vontade do povo (milícias). Os instrumentos de dominação podem, igualmente, tornar-se, em uma democracia, meio de supressão violenta do movimento proletário, no momento em que o proletariado é, ainda, numericamente muito fraco - isto é, em um país agrícola - ou politicamente muito fraco porque não está organizado, nem é intelectualmente autônomo. Mas, se num Estado democrático o proletariado se desenvolver até tomar-se tão numeroso e poderoso para tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas, então a “ditadura capitalista” terá muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários à supressão violenta da democracia. Com efeito,

Marx considerava possível — e mesmo verossímil — que o proletariado, tanto na Inglaterra como na América, pudesse tomar o poder político pela via pacífica. Depois do fechamento do Congresso de Haia, da Internacional, em 1872, Marx pronunciou um discurso numa reunião popular de Amsterdã, no qual explicou, entre outras coisas, o seguinte:

‘O operário deve assumir, um dia, a supremacia política para estabelecer a nova organização do trabalho; deve derrubar a velha política, sustentáculo das velhas instituições, sob pena, como os antigos cristãos que a haviam negligenciado e desdenhado, de nunca ver seu reino neste mundo. Mas não pretendemos que para alcançar esse fim os meios sejam idênticos em toda a parte. Sabemos o papel desempenhado pelas instituições, pelos costumes e pelas tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países, como a América, a Inglaterra e, se eu conhecesse melhor vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem alcançar seus fins por meios pacíficos. Mas, esse não é o caso em todos os países.’⁵

Vejam a diferença entre a posição de Kaustky e a posição definida por Valério como kautiskista. Ao contrário de seus pares atuais, descritos como amedrontados pela suposta derrota histórica e pela situação contrarrevolucionária, os “quietistas” do começo do século eram bem otimistas sobre as possibilidades do regime burguês, apostando na tomada do poder via o parlamento e indo contra ações que pudessem desestabilizar este caminho justamente porque viam maior permeabilidade nos aparatos estatais das democracias burguesa avançadas. Ao contrário do “quietistas” da Resistência, os originais partiam de outra posição e não defendiam a inação política devido a suas derrotas, se recusavam à luta extrainstitucional porque consideravam as lutas econômicas e parlamentares muito mais eficazes. A confiança de Lula nas instituições burguesas é inegável e se aproxima da posição kautiskista histórica, mas esta foi desenvolvida no sentido contrário daquele utilizado hoje pela Resistência. Este não é um dado menor para esse debate.

Analisar determinado conceito somente pela sua aparência,

⁵ <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1918/mes/ditadura.htm>

ignorando seu sentido histórico, é uma forma de amputar o conceito para simplificá-lo. Entender o ponto de partida de qualquer posição historicamente definida é imprescindível para entender a própria posição. E caracterizar a tática das direções reformistas de hoje simplesmente como “quietista” em consequência de uma “derrota histórica” da classe trabalhadora é um esforço associativo mecânico que serve mais à produção de textos do que a uma análise política profunda.

Para dar um exemplo mais concreto podemos pensar no movimento socialista norte-americano de hoje, onde as ideias kautskistas tem bastante apelo entre a vanguarda.⁶ A maior organização socialista estadunidense, o Democratic Socialists of America, é uma organização guarda-chuvas para socialistas de diversas matizes onde alguns camaradas marxistas fazem questão de lembrar a todo momento o seu caráter “democrático” perante os ataques da direita. Alguns membros do DSA utilizam a noção de “revolução política”, inspirada nas posições de Kaustsky. Ou seja, apesar de seus grandes erros ao reivindicar Kaustsky e sua estratégia “quietista”, eles tem pouco a ver com o oportunismo brasileiro de hoje.

Obviamente existem similaridades entre o “quietismo” kaustiskista e o pretenso “neoquietismo” petista, mas elas estão longe de serem novidades ou desencadeadas pela “derrota histórica” representada por Bolsonaro, esse é o nó desta questão. Quando Palocci usava a metáfora do “cavalo de pau no transatlântico” em 2003 tivemos lá um bom exemplo do “quietismo” tal qual formulado, confiante nas instituições burguesas para mudar a direção do navio. E o PT foi coerente até o fim com esta posição “quietista” quando houve o impeachment de Dilma ou a prisão de Lula, não é uma posição nova desencadeada pelo golpe parlamentar ou pelo governo da extrema-direita.

6 <https://www.jacobinmag.com/2019/04/karl-kautsky-democratic-socialism-elections-rupture>

A “ofensiva permanente”

A caracterização da “ofensiva permanente” feita pela Resistência é outro exemplo de conceito manco, ressuscitando Bela Kun para melhor definir aqueles que estão à esquerda dessa organização nos dias de hoje sem aprofundar o tema, assim como no caso anterior. Novamente, nosso primeiro passo é lembrar o contexto do camarada húngaro e de suas posições.

Bela Kun foi o principal líder da República Soviética Húngara de 1919, retirado da cadeia diretamente para o poder depois de um acordo com o Partido Socialista Húngaro que garantiu a formação do novo governo frente ao colapso do regime político e às ameaças de invasão estrangeira pela Entente. O novo governo, no qual os comunistas eram minoritários, formalmente aceitou premissas como o “governo de conselhos operários e camponeses” e a “formação de um exército proletário” porque precisavam desesperadamente do apoio comunista.

A “revolução húngara” não foi uma revolução popular de fato, ainda que os comunistas tivessem força no país, e teve uma aproximação curiosa com a posição “quietista” justamente por sua “via pacífica” de tomada do poder. A retomada das posições de Lênin nesse momento, feitas por Pierre Broué, são bastante esclarecedoras:

“Podemos hoje, a luz da experiência, e também talvez por falta de imaginação, achar esquisita esta maneira de tomar o poder e se surpreender que o mundo não tenha tomado a ‘revolução húngara’ por uma aventura de opereta, o que ela não era. Em realidade, ficamos assustados que ela tenha sido levada tão a sério, principalmente por Lenin que vira aí o reflexo da profunda crise de dominação burguesa e declarara em seu discurso de encerramento do VIII Congresso do PCR(b) em 23 de março de 1919:

‘Independente das dificuldades que se apresentam na Hungria, temos lá outra vitória do poder soviético, uma vitória moral. A burguesia mais radical, a mais democrática e conciliadora, reconheceu que na hora de uma crise gravíssima, ao mesmo tempo em que seu país, esgotado pela guerra, é ameaçado por uma nova guerra, o poder soviético é uma necessidade histórica: ela reconhece que o único

poder que pode haver nesse país é o poder dos soviets, a ditadura do proletariado.”⁷

Mas o próprio Broué continua demonstrando as preocupações de Lenin perante esta “tomada de poder prematura”, que ele não torna pública na época mas expressa à Kun via telégrafo:

“Peço-lhe que me informe quais são as garantias efetivas que você tem que o novo governo será comunista e não somente socialista, isto é social-traidor. Os comunistas serão maioria no governo? Quando acontecerá o primeiro congresso dos soviets? Em que consiste concretamente o reconhecimento da ditadura do proletariado pelos socialistas? Está absolutamente correto que uma imitação pura e simples de nossa tática russa em todos os detalhes seria um erro, estando dadas as condições particulares da revolução húngara. Devemos nos precaver desse erro, mas eu gostaria de saber quais são as garantias efetivas que você tem.”⁸

Nota-se que Lenin está preocupado com a correlação de forças e o programa do novo governo, ou seja, com a questão do poder, em um momento onde todo debate entre comunistas era atravessado pela questão da tomada do poder e não simplesmente da ocupação de governos. A resposta de Bela Kun às indagações de Lenin confirma as garantias que o líder russo exigia, e os comunistas húngaros estavam tão inebriados com sua vitória efêmera que tentaram promover a tomada insurrecional do poder também na Áustria, com Erno Bettelheim, fracassando de forma retumbante. No final, o governo soviético húngaro em composição com a burguesia radical dura poucos meses e Kun é obrigado a fugir do país, continuando sua participação na Internacional Comunista e repetindo sua posição de “ofensiva permanente” posteriormente durante os eventos da Ação de Março na Alemanha, quando é duramente criticado por Lenin por não compreender a “situação concreta” daquele país. Na mesma época, nestes intensos anos após a Revolução Russa, Lenin se voltará

7 BROUÉ, Pierre. História da Internacional Comunista. Editora Sundermann, p. 123-124.

8 Idem, p. 124.

ao combate contra o esquerdismo que levará à obra de 1920⁹.

Aqui também temos uma distorção de conceito. Quando a Resistência traz a posição de Bela Kun para o contexto atual, ignorando a situação histórica na qual foi formulada, acaba fazendo o mesmo que Kun e lê a situação concreta em prol de seus desejos. Os camaradas utilizam uma tática sobre a tomada do poder para caracterizar setores que não trabalham com essa perspectiva imediata, fazendo uma caricatura útil para a justificativa de sua aderência ao oportunismo. O erro de Bela Kun não está formulado para uma troca de governo, mas sobre uma transição de regime. Ao transpor mecanicamente este conceito para a situação atual, na qual a questão do poder não está colocada, ele é deturpado e novamente ajuda a confundir.

Isso faz muita diferença. Existe hoje alguma organização relevante no país que defenda a tomada imediata do poder? Existiu no passado recente ou pode existir no futuro próximo alguma organização relevante que se lance a ações do tipo da Bettelheimerei austríaca ou da Ação de Março alemã? É óbvio que não, esta posição simplesmente não existe entre as organizações à esquerda da Resistência, e em caso de discordância os camaradas podem simplesmente citar qual panfleto ou ação prática reivindicou tamanho disparate. Definir a tática da “ofensiva permanente” na situação atual sem levar isso em conta é esvaziar o sentido desta tática e perder a oportunidade de aprender com este erro.

As caracterizações sobre a “ofensiva permanente” refletem a mesma lógica mecanicista do “neoquietismo” ao olhar somente para a aparência do conceito, retirando seu contexto histórico e esvaziando seu sentido em generalidades. O impressionante giro à direita dado pelos camaradas em tão pouco tempo fez com que muitas organizações passassem rapidamente à sua esquerda e recebessem o mesmo rótulo – apesar de posições tão diferentes – porque de outra forma seria impossível juntá-las todas no

9 <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm#topp>

mesmo saco.

Este esquematismo chega ao limite da honestidade intelectual quando os camaradas caracterizam todos à sua esquerda como defensores da leitura da situação atual como “pré-revolucionária”. Trata-se de uma apreciação incorreta que pode ser verificada com a simples leitura das formulações de quase todas as referidas organizações.

E por que afirmar uma caracterização que não pode parar em pé? Por que não simplesmente denunciar o “esquerdismo” destas organizações? Talvez porque isso deixaria ainda mais evidente as lacunas desta “explicação” pois teriam que justificar o rótulo esquerdista não somente para o PSTU, mas para tendências políticas muito pouco aderentes a este título perante a vanguarda. Toda a ginástica narrativa ganha sentido então como parte do acerto de contas da Resistência com seu próprio passado de erros, e não uma análise sincera das posições alheias. Uma organização política atacada por supostos acenos à burguesia apresenta dificuldades em ser taxada como “esquerdista” perante o senso comum da vanguarda, mas a confusão gerada pelo conceito deturpado da “ofensiva permanente” cai como uma luva para este tipo de situação porque supostamente explica esse mistério.

As atualizações da confusão

Como dito acima, trabalhamos aqui com as definições feitas em 2019, e para sermos coerentes com nossa crítica devemos refletir sobre a evolução destas definições nos últimos anos. Muita coisa mudou no Brasil desde então, e nada mais justo do que analisar este debate à luz e sua evolução. Vejamos o editorial do Esquerda Online de fevereiro de 2020:

“É preciso, em nossa opinião, fazer o debate sobre a orientação estratégica para o período. Para nós, a estratégia a ser adotada se concretiza na seguinte forma: construir as condições para **derrubar Bolsonaro nas ruas, inspirando-se no processo chileno**. Não se trata, evidentemente, de uma palavra de ordem para agi-

tação ou para ação imediata, uma vez que não estão dadas as condições para derrubar o governo hoje. Essa estratégia adquire relevância diante do avanço do bolsonarismo: sem construir a organização e a mobilização de um amplo setor de massas estaremos muito fragilizados para enfrentar o perigo neofascista.

Opomos essa estratégia às duas outras existentes na esquerda: **(a) a estratégia reformista-eleitoral que aposta na derrota de Bolsonaro nas eleições via a formação de uma frente ampla “progressista”** (de aliança com partidos da direita e do centro, como o PDT, PSB e Rede); essa estratégia “quietista”, que aposta no desgaste lento e gradual em tendo em vista às eleições, é predominante no PT e no PCdoB. Nesse último, inclusive, a linha é ainda mais à direita, com Flávio Dino se reunindo com Luciano Huck e Fernando Henrique, com a esperança de construir um bloco com o “centrão”, o mesmo que foi decisivo para a aprovação da reforma da previdência, e antes para o golpe parlamentar que depôs Dilma Rousseff. Essa linha oportunista subestima, inclusive, o perigo de maior fechamento do regime antes das próximas eleições presidenciais. **(b) A estratégia esquerdista — a da ofensiva permanente — que aposta, sem haver condições para tanto, na deflagração de um processo mais ou menos imediato de derrubada do governo, agitando para isso o “fora governo” e “greve geral já”.**¹⁰

Este trecho é revelador por diversos motivos. Em primeiro lugar porque as “táticas” anteriores aqui adquirem o status de “estratégia”. Por quê? Talvez por um lapso do redator ou talvez uma tentativa de aprofundar a caracterização dos “quietistas” e “ofensivistas”, assumindo as supostas táticas anteriores desses grupos como estratégias permanentes dos (agora nomeados) reformistas e esquerdistas, colocando também a Frente Única como estratégia. Ou talvez porque a Resistência se embrenhou em tantas definições e caracterizações pantanosas que estejam de fato confusos sobre o tema.

Outro elemento importante do texto está no primeiro parágrafo: “[derrubar Bolsonaro] Não se trata, evidentemente, de uma palavra de ordem para agitação ou para ação imediata, uma vez que não estão dadas as condições para derrubar o governo hoje”. Ou seja, aqui os camaradas defendem que uma palavra de

¹⁰ <https://esquerdaonline.com.br/2020/02/04/estrategia-e-tatica-para-derrotar-bolsonaro/>

ordem não pode ser lançada caso não estejam dadas as condições para sua realização. Por que defender então uma Frente Única de Esquerda hoje? Seria ela mais provável agora do que era o Fora Bolsonaro à época? Estas perguntas ficam em aberto.

Mas voltemos à caracterização das duas táticas erradas (ou estratégias). A “estratégia quietista” adquire contornos melhores ao ser definida pelo objetivo da formação de uma frente ampla “com partidos da direita e do centro, como o PDT, PSB e Rede”. É interessante notar também a caracterização do PCdoB à direita do PT devido as reuniões de Flávio Dino com Luciano Huck e FHC com a esperança (que o PT não tinha na época?!) de construir um bloco com o “centrão”. A lembrança de que estes “comunistas” sinalizaram aos golpistas é verdadeira, mas também é injusta com o PCdoB porque exclui o PT da época desta operação que Lula realiza desde sempre, e hoje com ainda mais vigor.

Para os “esquerdistas” sobra a crítica pela agitação do “fora governo”. E por que utilizam o estranho termo “fora governo” ao invés do concreto “Fora Bolsonaro” já chamado naquela época? Porque a Resistência naquele momento estava contra o “Fora Bolsonaro”, mas não queria se indispor com o número cada vez mais maior de brasileiros e brasileiras que já aceitavam a urgência desta pauta naquele momento. Em fevereiro de 2020 a consígnia “fora governo” não dizia nada, mas “Fora Bolsonaro” já dizia tudo. Importante lembrar também que um pedido de impeachment de Bolsonaro protocolado logo depois por parte da bancada federal do PSOL atingiu mais de um milhão de assinaturas em apoio¹¹, mas ao mesmo tempo gerou bastante desconforto entre a Resistência e seus aliados.

Um exemplo extremo desta posição (“quietista” talvez) foi a declaração dos camaradas de outra corrente do PSOL, o Subverta, que explicitamente atacou o pedido de impeachment e pediu a derrubada da então líder da nossa bancada federal: “Esse movi-

11 <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2020/03/pedido-de-impeachment-de-bolsonaro-alcanca-um-milhao-de-assinaturas/>

mento esvazia a possibilidade de prosseguimento da liderança de bancada pela companheira Fernanda Melchionna, que havia sido escolhida por consenso”¹². Felizmente a necessidade do Fora Bolsonaro – e não do “fora governo” hipotético – foi assimilada poucas semanas depois¹³ e esta polêmica deixou de existir entre nós.

Ainda sim seria injusto com a Resistência utilizar formulações do começo de 2020 para avaliar as posições atuais dos camaradas. Então avançaremos para escritos mais recentes do companheiro Valério Arcary:

“(…) permanecem em disputa na esquerda brasileira três táticas sobre o que fazer diante do governo Bolsonaro. **A primeira é a tática quietista. Deixar Bolsonaro se desgastar, ter paciência para esperar 2022, e apostar em uma Frente Ampla**, amplíssima, até com setores das representações do capital que se associaram aos golpistas e apoiaram o impeachment, para a construção da candidatura Lula. Ela é defendida por setores da corrente majoritária do PT e pelo PCdoB.

A segunda é a tática da ofensiva permanente. Apostar que já estão maduras as condições de derrubada de Bolsonaro e afirmar, nas ruas e nas eleições, uma nova direção, considerando que a experiência com o PT e Lula já foi feita, e é possível ultrapassá-lo pela esquerda. Ela é defendida, há anos, com pequenas variações de ênfase, por um setor minoritário do PSOL liderado pelo MES, pelo PSTU, a UP e, mais recentemente, pelo PCB. Depois da vitória da mobilização nacional de 29 de maio, estas correntes, à exceção do PSTU, convocaram uma “Assembleia Nacional” virtual pelas redes sociais de uma nova Frente denominada “Povo na rua”, sem assumirem, publicamente, a responsabilidade de organizadores, para “decidir” as próximas iniciativas.

A terceira é defendida pela maioria do PSOL, pela esquerda do PT e do PCdoB, e pela Consulta Popular. Defende a necessidade da Frente Única de Esquerda para enfrentar o perigo do governo de extrema-direita, porque estamos há anos em uma situação defensiva. Aposta que a saída passa pela luta por um governo de esquerda com um programa de reformas estruturais e medidas anticapitalistas. **Reconhece que Lula ainda é a liderança de maior audiência entre o povo.**”¹⁴

¹² <https://subverta.org/2020/03/22/fortalecer-o-sus-e-garantir-direitos-fundamentais-fora-bolsonaro/>

¹³ <https://esquerdaonline.com.br/2020/05/20/a-importancia-do-pedido-de-impeachment-popular-de-bolsonaro/>

¹⁴ <https://esquerdaonline.com.br/2021/06/03/tres-taticas-dividem-a-esquerda-brasileira/>

Em primeiro lugar, notemos que as “estratégias” do “quietismo” e a “ofensiva permanente” voltaram a ser novamente “táticas”, não se sabe porque. Mas o importante aqui é verificar que, para Valério, as mesmas polêmicas se mantêm com algumas diferenças importantes, como a aceitação de que o PT também busca aliança com golpistas(!), o rebaixamento do PCB à tática da “ofensiva permanente” ou a quase redenção do PSTU em direção à política de Frente Única. O que se esconde nessa fórmula é o papel de Lula e do próprio lulismo, que atuou para colocar Dino e Freixo no PSB e opera de todo tipo de reunião com setores da direita, como Calheiros, Barbalho, Kassab e Maia.

A iniciativa “Povo na Rua”, que Valério busca materializar como a nova face da “ofensiva permanente”, demonstrou a necessidade de sua existência em poucas semanas. E nada melhor para indicar seu acerto do que a vacilação da própria Resistência quando um de seus dirigentes, em um curto espaço de tempo, deu duas declarações díspares logo após a grande mobilização do dia 19 de junho. Quando as burocracias sindicais convocaram novas manifestações para mais de UM MÊS depois, no melhor estilo “quietista”, o camarada declarou “100% de acordo” com esta declaração do atual presidente do PSOL:

“O PSOL estará ao lado dos movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição na manifestação da campanha #ForaBolsonaro dia 24/7. **Qualquer tentativa de dividir esse importante movimento é uma irresponsabilidade com nosso povo.** Não contem comigo para aventuras desse tipo.”¹⁵

No dia 22 de junho, o mesmo camarada fez uma defesa da posição petista, não somente aceitando a data distante para as manifestações, mas justificando-a com os mesmos argumentos da burocracia:

“O melhor teria sido um pouco antes. Mas o mais importante é ter um novo dia nacional unificado pelo Fora Bolsonaro. Por isso,

¹⁵ <https://web.facebook.com/gabriel.freitascasoni/posts/4404041869646880>

a importância do 24 de julho, marcado pela esquerda e movimentos sociais.

Nas próximas 4 semanas, o desafio é ampliar pela base a construção da campanha Fora Bolsonaro, com plenárias, assembleias, agitação na massa e organização da vanguarda. Convencer mais gente, para levar mais de 1 milhão às ruas em 24 de Julho.

Em 2016, a direita não marcava ato toda semana, era 1 por mês, no máximo, assim, não desgastou o movimento disparando toda munição de uma vez. Levou milhões às ruas e derrubou Dilma. Fez isso preservando ampla unidade do lado de lá. Algo temos que aprender com nossos inimigos.”¹⁶

Hoje, as vésperas do dia 24/07, não nos surpreende que a burocracia não organizou as desejadas “plenárias, assembleias, agitação na massa e organização da vanguarda”, pois apesar da credulidade de alguns, este nunca foi o plano. Foram justamente os supostos “esquerdistas” aqueles que viram a abertura de espaço para a luta de rua contra Bolsonaro enquanto os defensores da suposta “tática correta” só o fizeram depois de autorizados pelas direções reformistas. Como veremos adiante, em caso de uma verdadeira política de Frente Única, o correto seria denunciar publicamente a posição “quietista” do oportunismo por servir de freio às mobilizações, e não amenizá-la ou justificá-la para preservar a “unidade”, e muito menos argumentar a seu favor. Se a Frente Única não suporta críticas públicas e taxa qualquer dissidência como divisionismo, então não faz sentido de existir para os comunistas. A antecipação das manifestações para o dia 3 de Julho se demonstrou um acerto e a total inação das burocracias perante a necessidade de mobilização demonstraram – mais uma vez – seus reais interesses.

Por fim, é importante notar a formulação “Frente Única para enfrentar o perigo da extrema-direita”, já identificando a saída da situação em um “governo de esquerda” e declarando indiretamente Lula como seu líder. Esse movimento é errado porque aponta exclusivamente para o desfecho eleitoral da situação, ig-

¹⁶ <https://web.facebook.com/gabriel.freitascasoni/posts/4398162926901441>

nora o papel da crise burguesa no processo de derrota de Bolsonaro e tenta apagar o fato de que o movimento contra Bolsonaro é cada vez mais amplo do que a desejada frente.

Não seria então necessário chamar a ampla unidade de ação contra Bolsonaro? Por que propor uma Frente Única de Esquerda quando é necessário um arco mais amplo contra a extrema-direita? Provavelmente porque a estratégia proposta é por um governo de esquerda, então trata-se de fortalecer uma posição anticapitalista para este futuro governo Lula “de esquerda”. Ficamos então com a pergunta: é possível um governo Lula com um programa de esquerda? A resposta nos parece óbvia.

Sintetizando a argumentação até aqui

Em síntese, defendemos até aqui três posições: 1 – a Resistência utiliza arbitrariamente conceitos distorcidos para justificar sua localização política; 2 – em consequência, confundem a vanguarda transpondo mecanicamente táticas relacionadas à tomada do poder para um debate sobre mudança de governo; 3 – ao fazê-lo, também transpõe mecanicamente a tática da Frente Única para os dias de hoje e a transformam em estratégia, confundindo-a com a unidade de ação contra a extrema-direita e fazendo o contrário do que propunha esta tática em sua formulação original. Isso deriva da influência que o lulismo tem sobre suas principais elaborações.

PARTE DOIS

As teses sobre a Frente Única

Para avançar na argumentação é necessário agora nos debruçarmos sobre a questão da Frente Única, martelada pela Resistência como a pedra filosofal que resolveria nossos problemas atuais. O Esquerda Online publicou uma série de artigos do camarada Bruno Rodrigues reconstruindo detalhadamente a ori-

gem e a história desta tática, que à época do 3º Congresso da Internacional se enfrentava com a tática de Bela Kun. Para que nosso texto não ocupe ainda mais espaço, vamos aqui diretamente a um trecho que consideramos importante para nosso debate:

“(...)se o III Congresso não avançou em uma sistematização pronta e acabada sobre a nova tática, ele aplainou o caminho para que, no IV Congresso, esta fosse finalmente sistematizada na forma de teses e com a definição que conhecemos hoje, tema que será abordado no próximo artigo. Todavia já é possível afirmar que **nascia aí a tática da Frente Única Operária já que a ideia central inerente a ela foi aprovada, ou seja, a necessidade de batalhar pela conquista da hegemonia comunista entre a maioria dos trabalhadores, admitindo-se sob certas condições a unidade com os demais partidos proletários.**”¹⁷

Aqui está a ideia central da tática da Frente Única: lutar pela conquista da hegemonia admitindo, sob certas condições, a unidade com os demais partidos proletários. E quais seriam estas condições? Para descobrir isso temos que ir às teses originais sobre a Frente Única adotadas no 4º Congresso da Internacional (1922), que começam assim¹⁸:

“1 – O movimento internacional de trabalhadores está atualmente passando por uma fase de transição particular, que apresenta tanto a Internacional Comunista como um todo quanto suas seções separadas com novos e importantes problemas táticos.

Basicamente, esta etapa pode ser caracterizada da seguinte forma: a crise econômica mundial está piorando; o desemprego está crescendo; em quase todos os países a capital internacional passou a uma ofensiva sistemática contra os trabalhadores, cuja principal evidência são as tentativas cínicas e abertas dos capitalistas de reduzir os salários e baixar o padrão de vida geral dos trabalhadores; e a falência da paz de Versalhes está se tornando cada vez mais aparente para a grande maioria dos trabalhadores. É óbvio que, a menos que o proletariado internacional derrube o sistema burguês, uma nova guerra imperialista, ou mesmo várias dessas guerras, é inevitável. A conferência de Washington é uma confirmação eloqüente disto.

17 <https://esquerdaonline.com.br/2021/05/19/em-direcao-a-tatica-da-frente-unica-operaria-o-iii-congresso-do-komintern/>

18 <https://www.marxists.org/history/international/comintern/4th-congress/united-front.htm>

2 – Um certo renascimento de ilusões reformista que, devido a toda uma série de circunstâncias, havia começado entre setores bastante amplos de trabalhadores está agora, sob a pressão da realidade, começando a ceder lugar a um humor diferente. **As ilusões democráticas e reformistas que ressurgiram, após o fim da carnificina imperialista, entre alguns trabalhadores (por um lado os trabalhadores mais privilegiados e por outro os trabalhadores mais atrasados, menos experientes politicamente) estão se desvanecendo, não tendo florescido.** O rumo futuro e o resultado do “trabalho” da conferência de Washington vai perturbar ainda mais estas ilusões. Se há seis meses era possível falar com alguma justificação de um movimento geral para a direita entre as massas trabalhadoras da Europa e da América, então hoje é possível afirmar com certeza que um movimento oposto à esquerda começou.

3 – Por outro lado, sob a influência do crescente ataque capitalista, há uma nova disposição entre os trabalhadores - uma luta espontânea pela unidade, que literalmente não pode ser contida, e que é um desenvolvimento paralelo ao crescimento gradual da confiança sentida pela ampla massa de trabalhadores nos comunistas. Um número cada vez maior de trabalhadores só agora começa a apreciar a coragem demonstrada pela vanguarda comunista em se lançar na luta pelos interesses da classe trabalhadora, mesmo quando a grande maioria dos trabalhadores ainda era indiferente ou mesmo hostil ao comunismo. **Um número cada vez maior de trabalhadores está agora se convencendo de que somente os comunistas defendiam seus interesses econômicos e políticos, e que o faziam nas circunstâncias mais difíceis, fazendo, às vezes, os maiores sacrifícios. É por isso que há mais uma vez um crescente respeito e confiança na intransigente vanguarda comunista da classe trabalhadora, agora que mesmo as camadas mais atrasadas dos trabalhadores viram através das esperanças reformistas vazias e compreenderam que sem luta não haverá como escapar da investida dos gângsteres capitalistas.**”

Identificamos aqui três pontos importantes sobre o contexto da formulação: 1 – a constatação da deterioração econômica e da crise da “paz de Versalhes” que organizou geopoliticamente a Europa após a Iª Guerra Mundial; 2 – a constatação de que as ilusões democráticas e reformistas majoritárias entre os trabalhadores poderiam se desvanecer; 3 – o surgimento de uma disposição de luta pela unidade com os reformistas como resposta

aos crescentes ataques capitalistas. Ou seja, as teses partem do princípio de que a disposição de unidade dos trabalhadores deveria ocorrer em paralelo ao derretimento das ilusões reformistas entre a classe porque estes não seriam consequentes com a luta anticapitalista. É preciso notar que o movimento comunista mundial de então estava há pouco tempo da Revolução Russa, que sinalizou a abertura de uma época revolucionária, mas há menos tempo ainda das derrotas revolucionárias na Alemanha, exigindo uma nova postura frente à questão do poder e à atuação sobre as massas influenciadas pelo oportunismo. Sigamos:

“4 – Os partidos comunistas podem e devem agora colher os frutos da luta que travaram anteriormente, em circunstâncias totalmente desfavoráveis de apatia em massa. **Mas à medida que a confiança cresce constantemente naqueles que são mais intransigentes e militantes, nos elementos comunistas da classe trabalhadora, as massas trabalhadoras como um todo estão experimentando um anseio sem precedentes pela unidade.** As novas camadas de trabalhadores politicamente inexperientes estão entrando em atividade há muito tempo para alcançar a unificação de todos os partidos de trabalhadores e até mesmo de todas as organizações de trabalhadores em geral, esperando desta forma fortalecer a oposição à ofensiva capitalista. Estas novas camadas de trabalhadores, que freqüentemente não participaram ativamente da luta política, estão agora encontrando uma nova maneira de testar os planos práticos do reformismo à luz de sua própria experiência. Assim como estas novas camadas, **seções consideráveis de trabalhadores pertencentes aos velhos partidos social-democratas não estão mesmo agora dispostos a aceitar os ataques dos social-democratas e dos centristas na vanguarda comunista.**”

Aqui verificamos uma combinação entre o crescimento da confiança entre os “mais intransigentes e militantes” ao mesmo tempo em “que as massas trabalhadoras estão experimentando um anseio sem precedentes pela unidade”, da mesma forma que “seções consideráveis de trabalhadores pertencentes aos velhos partidos social-democratas não estão dispostos a aceitar os ataques dos social-democratas e dos centristas na vanguarda comu-

nista”. Veja-se bem, uma parte importante dos trabalhadores já não aceita os ataques social democratas na vanguarda comunista, ou seja, nesse contexto os comunistas voltavam a se moralizar – ou buscar sua moralização – perante o oportunismo majoritário na classe. A disposição da unidade dos trabalhadores não surge por encararem o reformismo como a saída mais viável para os ataques capitalistas, ao contrário, surge pelo avanço destas novas camadas em direção à necessidade de mudanças mais profundas que arrastariam consigo os reformistas ou exporiam sua verdadeira natureza.

Nesse contexto, o chamado de unidade se dá pelo motivo oposto ao da Resistência de hoje. Enquanto na tática da Frente Única de 1922 os comunistas tinham autoridade perante o reformismo e buscavam impor seu programa contra o capital em uma estratégia de poder, mesmo após duras derrotas recentes, na tática atual da Frente Única a autoridade dos comunistas perante o oportunismo não é capaz de garantir nenhum aspecto do programa anticapitalista, relegando-se ao espaço de “consciência de esquerda”. A tática é aplicada de forma invertida porque abstrai a questão do poder e acaba fortalecendo os oportunistas ao invés de arrastá-los ou expô-los perante a classe.

Esta inversão não é um problema menor. Diante das ilusões presentes nos dias de hoje, o que ocorre é que a maioria da direção do PSOL, encabeçada pela Primavera Socialista, com o verniz teórico da Resistência, caminha em direção ao programa do PT e a sua diluição. Já o PT caminha em direção a um programa com a burguesia, muito mais rebaixado que a “carta ao povo brasileiro” de 2002. Por isso, a Resistência e Valério não são capazes de colocar em destaque os aspectos programáticos que motivariam tal “unidade anticapitalista”, e trocam estes aspectos pelo perigo da extrema-direita. Não deveríamos falar então de unidade de ação antifascista?

Em 1922, os comunistas não deixaram de lado seu progra-

ma para se dissolver no anseio geral pela unidade, ao contrário, afirmaram a unidade através de seu programa, apresentando-o como única forma concreta de conquistar as mudanças almeçadas por aqueles que faziam a experiência com o reformismo.

Como vemos em outro trecho da tese 4:

“(...)Eles [os trabalhadores] não formulam claramente seus planos e aspirações, mas em geral o novo humor dessas massas se resume a um desejo de criar uma frente unida e fazer com que os partidos e sindicatos da Segunda e da Internacional de Amsterdã **lutem ao lado dos comunistas contra o ataque capitalista**. Nesta medida, este estado de espírito é progressivo. O ponto mais importante é que sua fé no reformismo foi quebrada. Dada a situação geral do movimento operário atual, qualquer ação séria de massa, mesmo que comece apenas com slogans parciais, inevitavelmente trará à tona as questões mais gerais e fundamentais da revolução. A vanguarda comunista só pode ganhar se novas camadas de trabalhadores forem convencidas por sua própria experiência de que o reformismo é uma ilusão e que o compromisso é fatal.”

Vemos aqui novamente a enorme distância entre a tática da Frente Única histórica e sua versão empobrecida pela Resistência. Ora, o centro da política parte da caracterização de que a “fé no reformismo foi quebrada” ou estaria sendo perante sua incapacidade de seguir na luta contra o capital, exatamente o argumento contrário do utilizado pelos camaradas quando justificam a frente com o PT por sua força no movimento de massas, e não pelas possibilidades de diferenciação e deslocamentos que esta unidade permitiria. Novamente verificamos aqui o desvio mecanicista que abstrai a questão do poder e ignora este detalhe fundamental, apostando nesta tática pelo motivo contrário daquele formulado historicamente.

Vejamos agora o outro lado, nas teses sobre as posições reformistas no contexto do Congresso de 1922:

“6 – Os partidos comunistas do mundo, tendo garantido total liberdade organizacional para estender sua influência ideológica entre

as massas trabalhadoras, estão agora tentando em todas as oportunidades alcançar a mais ampla e completa unidade possível dessas massas na atividade prática. Os heróis da Segunda e da Internacional de Amsterdã **pregam a unidade em palavras, mas a negam em ações**. Agora que os comprometedores reformistas de Amsterdã fracassaram em sua tentativa organizacional de suprimir a voz de protesto, crítica e aspirações revolucionárias, eles estão procurando uma saída para seu próprio impasse e estão trazendo divisões, confusão e sabotagem organizada para a luta das massas trabalhadoras. **Uma das tarefas mais importantes que os comunistas enfrentam é expor publicamente estas novas formas de traição antigas.**

7 – Entretanto, os diplomatas e líderes da Segunda e Segunda Internacional têm sido forçados, ultimamente, por sua vez, por profundos processos internos que decorrem da posição econômica geral da classe trabalhadora na Europa e América, a empurrar a questão da unidade para o primeiro plano. Embora, para os setores inexperientes dos trabalhadores que acabam de se tornar politicamente conscientes, o slogan da frente unida é uma expressão genuína de seu desejo muito real de reunir as forças da classe oprimida contra o ataque capitalista, para os líderes e diplomatas da Segunda Internacional e da Segunda e Meia, **a adoção do slogan da unidade representa uma nova tentativa de enganar os trabalhadores e uma nova maneira de atraí-los para o antigo caminho da colaboração de classe.(...)**

A tese 6 reafirma a posição clássica do reformismo perante os marxistas revolucionários, podendo sua atualidade ser verificada na postura dos velhos governos petistas contra o PSOL, e declara que uma tarefa na tática da Frente Única deve ser expor publicamente “estas novas formas de antigas traições” porque estas romperam a unidade, ou seja, romperam com a luta anticapitalista. A cada movimento de traição programática dos oportunistas durante a Frente Única, a Internacional defendia a denúncia pedagógica perante os trabalhadores.

A tese 7 demonstra que os reformistas da época, que estavam contra qualquer unidade com os revolucionários, foram obrigados a empurrar “a questão da unidade para o primeiro plano”, adotando slogans de unidade em mais uma tentativa de ludibriar a classe trabalhadora. Lembremos novamente, a unidade

em base à posições programáticas mínimas, não a “unidade” em abstrato. Novamente a diferença com nosso momento atual é enorme, pois Lula já fez questão de dizer aos quatro ventos que deseja uma ampla frente com a burguesia para voltar ao poder, inclusive arrastando personagens como Marcelo Freixo para fora do PSOL e Flávio Dino para fora do PCdoB. E também reafirma que seu programa não tem nenhum traço anticapitalista. Enquanto os partidos reformistas da época eram obrigados a buscar pela aparência representada por estes slogans de unidade, os oportunistas de hoje recusam qualquer unidade programática porque determinadas propostas radicais não podem atrapalhar seu arco de alianças.

Isso coloca a Resistência em uma posição insólita. Afinal, agitar a unidade estratégica com Lula sem nenhuma garantia programática ajuda ou atrapalha na construção de uma alternativa independente? Para nós a resposta esta evidente.

Voltando às teses, os comunistas tinham então a tarefa de criticar às capitulações do reformismo ao longo do desenvolvimento da Frente Única pois seu objetivo primordial era justamente desmascará-los perante os trabalhadores. Frente à capitulação oportunista, a tática da Frente Única previa a denúncia pública, sem nunca colocar a “unidade” na frente do próprio programa. Nas teses sobre a Frente Única apresentadas ao Congresso de 1922, Trotsky deixa ainda mais evidente sua posição¹⁹:

“1 – O objetivo do Partido Comunista é dirigir a revolução proletária. Com o fim de levar o proletariado rumo à conquista direta do poder e de obter essa conquista, o Partido Comunista deve se apoiar na imensa maioria da classe operária. Enquanto não tenha essa maioria, deve lutar para obtê-la. Não pode esperar obtê-la se não constitui uma organização independente, com um programa claro e uma severa disciplina interna. Por isso teve que se separar, além de pela via de ter sua própria organização, também ideologicamente, dos reformistas e dos centristas que não aspiram à revolução proletária, nem sabem e nem querem preparar as massas para esta

¹⁹ <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1922/02/frente.htm>

revolução e se opõem a esse trabalho através de toda sua forma de atuar. **Aqueles militantes do Partido Comunista que deploram essa separação em nome da unidade das forças e da unidade da frente operária mostram com isso que não compreendem nem o ABC do comunismo e que somente por circunstâncias fortuitas pertencem ao Partido Comunista.**

2 – (...) Assim, portanto, **a questão da frente única**, tanto por sua origem como por sua essência, **não é em absoluto uma questão sobre as relações entre as frações parlamentares comunista e socialista, entre os comitês centrais de um partido e outro**, entre a Humanité e o Populaire [jornais do PCF e do PS, respectivamente]. O problema da frente única – apesar da divisão inevitável nessa época entre as diversas organizações políticas que se fundamentam na classe operária – **surge da necessidade urgente de assegurar à classe operária a possibilidade de uma frente única na luta contra o capital.**

(...)

7— A política de frente única, contudo, não traz em si mesma garantias para a unidade de fato em todas as ações. Pelo contrário, **em numerosas ocasiões, pode ser que na maior parte delas, o acordo das diferentes organizações só chegará a ser cumprido pela metade ou em nada.** Mas é necessário que as massas em luta possam se convencer em todas as ocasiões que a unidade de ação não fracassou por culpa de nossa intransigência formal, **mas sim por culpa da ausência de uma verdadeira vontade de luta dos reformistas.”**

Mais uma vez torna-se evidente a tática da Frente Única como uma possibilidade de unidade na luta contra o capital, por isso se destina ao trabalho sobre os reformistas que vacilariam nessa direção. A confusão entre esta tática e a necessária unidade de ação com os mais diversos setores sociais em cada determinado momento também é parte da confusão de fundo da Resistência. Buscam uma Frente Única para derrotar Bolsonaro quando é necessária a mais ampla unidade de ação contra a extrema-direita, e orientam sua proposta na direção de reformistas que não a desejam.

Uma consígnia curiosa foi vista nas faixas da Resistência recentemente e resume perfeitamente esta confusão: “Unir a esquerda para derrotar Bolsonaro”. Ou seja, é preciso primeiro a

unidade com Lula para que Bolsonaro seja derrotado. O que está subentendido é “a direita até pode derrotar Bolsonaro, mas queremos que a esquerda unida com Lula o derrube para termos um novo governo em melhores condições programáticas”. Esse raciocínio é bastante coerente com a lógica interna desse pensamento, não fosse pela questão permanente: qual programa com Lula?

Não há nenhuma dúvida que se deve votar em qualquer um contra a extrema-direita caso esta apresente risco. Nesse sentido, seria admissível votar em Lula no primeiro turno de 2022 caso houvesse o risco da vitória de Bolsonaro, e será admissível que o PSOL retire sua candidatura na hipótese improvável de um ressurgimento desse risco durante as eleições. Esta armação simples parte da necessidade de unidade de ação contra Bolsonaro e não há debate sobre ela. Mas recusar uma candidatura própria do PSOL em favor de Lula em composição com a burguesia não tem nada a ver com a tática da Frente Única, é capitulação em troca de acesso a determinados espaços mais “amplos” dos quais os camaradas ficaram tanto tempo afastados.

Por fim, vejamos o resumo feito por Nahuel Moreno sobre a tática da Frente Única:

“De todo esto se derivan una serie de características de la táctica del frente único, que podemos sintetizar así:

Se plantea cuando existe una determinada relación de fuerzas entre el partido revolucionario y el reformista, siendo aquél más débil que éste pero sin constituir una minoría insignificante del movimiento obrero.

Se plantea cuando el movimiento obrero está luchando para defenderse de una ofensiva capitalista.

Está dirigida a los partidos oportunistas con influencia mayoritaria en el movimiento obrero en la época de Lenin y Trotsky eran los socialdemócratas— cuando éstos se ven obligados a apoyar las movilizaciones parciales de los trabajadores.

Es una invitación —no una exigencia— a la lucha conjunta e inmediata alrededor de los problemas que sufren los trabajadores.”²⁰

²⁰ <http://www.nahuelmoreno.org/escritos/la-traicion-de-la-oci-1982.pdf>

Novamente vemos aqui as mesmas condições para a realização da Frente Única, quando “os trabalhadores estão lutando contra uma ofensiva capitalista” e os oportunistas se “veem obrigados a apoiar as mobilizações”. Aqui também a questão do programa surge como essencial na tática, afinal toda resposta a uma ofensiva capitalista deve ter algum norte programático e, nesse caso, os oportunistas seriam obrigados a incorporar temporariamente partes desse programa para se adequar aos trabalhadores em luta. Não se trata de uma unidade de ação simplesmente democrática com os oportunistas, que deve ser feita sempre que necessário, se trata de uma unidade contra o capital que por sua própria natureza exponha as contradições reformistas.

Se os oportunistas de hoje aceitassem algum programa mínimo anticapitalista, haveria a possibilidade da Frente Única. Como a questão da luta anticapitalista, do programa de ruptura, não é tema das negociações por unidade, a transposição da tática de Frente Única torna-se um esforço de autojustificação perante a capitulação ao oportunismo.

PARTE TRÊS

Em conclusão: As consequências políticas dos erros

Um erro metodológico pode ter consequências drásticas, e esse é o caso do erro da Resistência. Acima vimos como a tática da Frente Única foi formulada em um momento específico no qual as derrotas revolucionárias se combinavam ao movimento do oportunismo num momento histórico onde este setor sustentava momentaneamente posições de confronto ao capital, o que permitia alguma unidade programática visando a disputa do poder. A Resistência utiliza o conceito da Frente Única para fazer exatamente o oposto ao abstrair a questão do poder, reduzindo as diferenças programáticas a detalhes que não podem impedir a “unidade” e fortalecendo o oportunismo em prol de uma impos-

sível “frente de esquerda” com o PT. Ao fazer isso, os camaradas evidentemente diminuem a proporção de suas críticas para não atrapalhar esta “unidade”, construindo um bloco político com setores burocráticos dentro e fora do PSOL.

A adaptação aos setores do PSOL que flertam com a diluição programática no lulismo leva a Resistência a apoiar medidas burocráticas na disputa de rumos do Partido. A votação para a realização do congresso partidário, em meio a pandemia e a luta contra o governo, sem a obrigatoriedade de debates, dando mais peso para os filiados que para os militantes, foi a expressão mais aberta dessa adaptação.

Os camaradas se defendem justificando que a unidade da esquerda é necessária para derrotar o governo de extrema-direita. Formalmente faz sentido, afinal uma esquerda coesa e unificada contra o fascismo pode infringir mais dano que uma esquerda dispersa em desvios esquerdistas. Mas aí vemos a ironia da história quando nos recordamos que os próprios setores oportunistas majoritariamente não querem a derrubada do governo porque apostam exclusivamente na via eleitoral. Perante esta contradição, a tática da Frente Única de 1922 deixa claro que a tarefa é desmascarar os oportunistas que – mais uma vez – fazem o jogo da burguesia e involuntariamente colaboram com desenvolvimento da besta fascista.

Mas a Resistência faz o contrário. Frente à grandes capitulações, os camaradas reservam poucas linhas, e continuam suas baterias principais voltadas contra os “esquerdistas” que cometem o grande pecado de afirmar o programa em um momento de “unidade”. Na formulação das “três táticas”, o “quietismo” é ruim porque aposta na inação, mas quem atrapalha tudo é a “ofensiva permanente”, em uma total inversão do espírito original da tática da Frente Única.

Esta postura tem o efeito contrário do planejado porque enfraquece uma posição comunista programática, e este processo

não é novo. Já nas eleições de 2018, o programa à presidência do PSOL foi corrompido no tema da dívida pública e este fato grave afastou do PSOL justamente setores da vanguarda que devíamos buscar:

“Em 2018, durante a campanha eleitoral, a Auditoria da Dívida Pública ficou fortemente desapontada com a campanha presidencial do candidato do PSOL, Guilherme Boulos. Esta última, com o acordo da maioria da direção do PSOL, deixou de lado a questão do pagamento da dívida. Considerou que a continuação do pagamento da dívida já não constituía um problema real. Isto criou um verdadeiro mal-estar no PSOL, para dizer o mínimo.”²¹

Esta mudança não foi um mero detalhe, foi uma alteração profundamente regressiva na posição do PSOL em relação ao capital portador de juros, mas teve uma resposta tímida dos camaradas que não queriam prejudicar a construção da “Frente Única”. Em outro exemplo, a Resistência esteve contra fazer o debate sobre a candidatura presidencial do PSOL em 2022 argumentando que “não era o momento de debater eleições”, o mesmo que diziam os oportunistas enquanto operavam negociações eleitorais reservadas e sem qualquer afirmação programática. Quando a dinâmica das negociações com Lula e o PT obrigou o companheiro Guilherme Boulos a se colocar como candidato ao governo de SP para não ser ultrapassado por Haddad²², a Resistência novamente foi tímida e não fez qualquer diferenciação prática, nem sobre o recuo do nosso ex-presidenciável, nem sobre o método desse recuo, muito menos sobre qualquer conteúdo programático.

Nesse processo de diluição totalmente contrário à tática da Frente Única, a Resistência hoje já assume a possibilidade de votar em Lula no primeiro turno mesmo que não exista nenhum aspecto anticapitalista em seu programa nem possibilidade de

21 <https://www.cadtm.org/Brasil-de-Lula-a-Bolsonaro-17922>

22 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/13/boulos-lana-pr-candidatura-para-governo-de-sp-e-cobra-unidade-da-esquerda.ghtml>

vitória de Bolsonaro na primeira volta²³. Isso não é menor porque a Resistência assume a possibilidade de votar em Lula com qualquer programa e em qualquer aliança eleitoral, tapando os ouvidos para todas as declarações de Lula enquanto anunciam uma Frente Única de Esquerda e se voltam aos esforços em prol desta missão impossível. Apesar das profundas diferenças de conteúdo, esta é uma postura metodológica curiosamente parecida com aquela praticada pelos camaradas por tantos anos em seu antigo partido.

No PSOL, esta alternativa oportunista se expressa não somente em um apoio automático à candidatura de Lula, mas na participação do PSOL em um possível governo petista. Correntes como Primavera Socialista e Revolução Solidária tem uma posição sobre as possibilidades de participar de governos de conciliação de classes, inspirados em experiências reformistas recentes como o Podemos espanhol ou o próprio PT. Já defendem participar das administrações de Mauá e Diadema em São Paulo e sequer se posicionam sobre participar num eventual governo Lula. Já a Resistência não, declarou firmemente que não comporia um hipotético 3º governo Lula e utiliza esta afirmação como prova de que de sua posição é justa.

Mas nossa questão fundamental é sobre qual lugar terá o PSOL na conjuntura. Se deve “pescar em águas turvas”, tal qual um pescador de ilusões, afirmando que o PT pode ser o vértice da reorganização da esquerda e de um projeto anticapitalista no país? Porque a Resistência não polemiza diretamente com Lula, lhe fazendo exigências programáticas reais? Ou polemizando com sua estratégia de levar o descontentamento das ruas para a eleição de 2022? De forma mais grave, o que fará a Resistência na hipótese de uma composição entre o PT e setores burgueses e de centro-direita?

Agitar um programa nas nuvens não seria “abster-se de apre-

²³ <https://movimentorevista.com.br/2021/07/apoio-lula-mesmo-com-a-direita-polemica-com-a-resistencia/>

sentar suas posições”, como criticavam as teses da Internacional? É evidente que sim, mas fazer isso colocaria a Resistência em oposição direta à burocracia petista porque esta não tem espírito democrático nem quer uma frente programática, logo não aceitaria tal “divisionismo” em suas fileiras de “unidade”. Resta então o papel de “consciência de esquerda” do oportunismo, defendendo uma posição já derrotada antes de nascer para futuramente lamentar de novo os erros do passado.

Se Bolsonaro vai forte para as eleições, devemos apoiar qualquer candidato que possa derrotá-lo. Se Bolsonaro vai fraco, devemos apresentar um programa anticapitalista que dê respostas aos problemas concretos do povo, afirmando um polo e nos diferenciando do oportunismo. Apoiar um governo de conciliação de classes, com um programa capitalista sem o risco do fascismo para não cair na marginalidade é um caminho oportunista que tem tragado direções revolucionárias há mais de um século.

O PSOL é um patrimônio estratégico, ainda que minoritário, que possibilitou a unidade de setores anticapitalistas e revolucionários para atuar nas diferentes situações políticas desde sua fundação em 2004. A adesão dos companheiros que hoje são parte da Resistência ao PSOL foi um produto dessa acumulação. Os próximos passos do Partido dependem de uma luta política aberta agora, ao qual chamamos os camaradas da Resistência a tomarem parte, em prol da estratégia socialista e revolucionária cuja defesa compartilhamos.



Qual lugar Marcelo Freixo quer ocupar na política?

Roberto Robaina¹

Marcelo Freixo ficou cerca de 16 anos no PSOL. Durante seu primeiro mandato de deputado estadual, revelou-se como a principal liderança da luta pelos direitos humanos no Rio de Janeiro. Foi sua a condução de uma CPI histórica em que foi revelado o crime dentro da máquina pública, em particular, no interior das forças policiais. Teve muita gente corrupta e assassina presa por conta disso. Após os trabalhos da CPI das milícias, foi lançado o filme de José Padilha *Tropa de Elite II*, em que a figura de Freixo ganhou as telas no personagem Fraga. Nesta época, editamos, com a colaboração de Freixo e de outros camaradas, uma revista cuja capa anunciava “O deputado Fraga existe e é do PSOL”. Pois agora, como todos sabem, não é mais. A pergunta é se o deputado Fraga segue existindo. Esta é uma questão em aberto, porque Freixo fez a opção por outro lugar na política. Qual é esse lugar?

Poderíamos argumentar que sua nova opção partidária, o PSB, teve a maioria dos seus deputados apoiando o voto em Aécio Neves em 2014 e, menos de dois anos depois, votou a favor do impeachment de Dilma; e agregar que o marqueteiro da sua pré-campanha ao governo do Estado, Renato Pereira, foi o ex-marqueteiro de Sergio Cabral e o pai do “Pato da Fiesp”. Tudo isso é verdade e diz muito sobre seu novo lugar. Mas creio que seria uma explicação superficial. Seria argumentar pelo lado mais frágil, pela aparência visivelmente mais inconsistente de sua escolha.

Marcelo Freixo explicou de modo transparente sua motivação para sair do PSOL e escolher o PSB. Segundo o deputado, no PSOL ele não teria condições de armar uma ampla aliança

¹ Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista (MES), editor da *Revista Movimento* e vereador de Porto Alegre.

para disputar o governo estadual do Rio de Janeiro. Já na disputa pela prefeitura do Rio, em 2020, embora fosse escolhido por consenso como candidato do PSOL e tenha recebido o apoio do PT, Freixo desistiu de concorrer. Pode-se deduzir deste fato que ele pretende uma aliança mais ampla. Levando em conta que vencer as eleições no Estado do Rio é mais difícil do que vencer a disputa para a prefeitura, quer uma aliança bem mais ampla. Freixo não esconde essa política. Diz que, no PSB, é mais fácil armar tal aliança e que apenas assim pode disputar e realmente tentar vencer as eleições do Rio de Janeiro. O argumento é claro. E Freixo está coberto de razão de que no PSOL não pode desenvolver a nova política que defende diante do que ele diz ser uma nova situação que a exige. Quando reivindica a necessidade de uma aliança com Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, é evidente que não encontra guarida no PSOL. A defesa da figura do ex-presidente é seu passaporte para tentar ganhar o apoio e obter aliados deste campo político, quem sabe de Rodrigo Maia e do próprio prefeito Eduardo Paes, herdeiro do ex-governador Sérgio Cabral e agora no PSD.

Quando Freixo elogia FHC não está apenas ressaltando a importância da unidade democrática contra qualquer tipo de ataque autoritário, uma posição que o PSOL também compartilha. Freixo defende uma posição de governo comum com os representantes da posição de FHC. A materialização disso é que Freixo já reivindica como um de seus principais colaboradores o economista André Lara Resende. O que estou dizendo são fatos. Sua admiração por Lara Resende é revelada com entusiasmo nas entrevistas. Seria estupidez criticá-lo por isso. André Lara Resende é indiscutivelmente um dos intelectuais mais preparados do Brasil. Foi o principal pensador e elaborador do Plano Real, estudioso de sofisticada inteligência e conceituado internacionalmente. Hoje, Lara Resende é um crítico das políticas de ajuste fiscal draconianas, mas, como todos sabem, um economista defensor

das relações capitalistas. E aqui se mostra que as explicações que o próprio Freixo apresenta de suas movimentações não são capazes de explicar tudo. Indicam sua política, seus desejos, mas não apresentam as movimentações mais profundas das classes sociais aí implicadas. O fato de que um economista de sólida formação na defesa do sistema capitalista se disponha a colaborar com Freixo mostra que a explicação de movimentação do deputado não é apenas um movimento escolhido por ele. Ele também foi convidado para ocupar um lugar. Esse lugar não lhe está garantido. Mas há um convite para que ele o queira. Uma porta foi aberta para que Freixo caminhe noutra direção. Sua perspectiva analítica, que jamais compreendeu a política como uma luta entre classes, muito menos a natureza do Estado como aparelho de dominação de classes, talvez não seja capaz de perceber que ele está sendo convidado para ocupar o lugar de representante de outros interesses de classe.

É preciso ler a movimentação de Freixo como parte de um deslocamento na relação entre as classes, seus partidos, e suas lideranças. Seu novo lugar surge pelo vazio deixado pela crise dos líderes políticos da burguesia e pela decisão de setores burgueses de buscar, em outras classes sociais, e mesmo em partidos plebeus como o PSOL, lideranças que, pelo menos provisoriamente, possam impedir a permanência deste lugar vago. Preencher o vazio na política, nos espaços de poder do regime democrático burguês, é uma necessidade do Capital.

Nos últimos 40 anos do Brasil, nunca a crise política burguesa foi tão pesada quanto a crise política do Rio de Janeiro. E, no Brasil, a burguesia aceitou que Lula ocupasse o lugar de presidente. Marcelo Freixo pretende ocupar um lugar semelhante. A questão é que as condições estão totalmente mudadas. E Lula, ao invés de sair de seu partido, moldou-o a sua estratégia. Freixo é um homem sem partido. Vimos como a burguesia aceitou os governos de Lula para estabilizar o capitalismo brasileiro e des-

cartou os governos petistas quando achou conveniente e possível fazê-lo. Mas ao substituir o PT por agentes políticos diretamente ligados a sua classe social, a incapacidade da burguesia de formar líderes políticos se revelou de tal forma que, de suas entranhas, surgiu o irracionalismo como projeto de poder.

A burguesia liberal se assustou com o que sua própria obra foi capaz de produzir e, embora uma parcela dos liberais não tenha tido vergonha de se converter em base da extrema direita, outra está aceitando buscar no PT, novamente, um instrumento para equilibrar a situação política. É certo que procuram mais Lula do que o PT. Mas sabem que Lula não abre mão de seu partido. No Rio de Janeiro, onde o PT entrou em crise há muitos anos, em 1998, no episódio da intervenção contra Vladimir Palmeira, o vazio deixado pelo PT foi ocupado pelo PSOL.

Ao longo dos anos, o PSOL cresceu muito em militância e, sobretudo, em apoio eleitoral. Freixo foi sua principal expressão. O partido no Rio, porém, equivocadamente não tinha preocupação em organizar militância. De toda forma, havia no Rio, na esteira da luta democrática da CPI das milícias comandada por Freixo, na rebelião de junho de 2013, na chamada Primavera carioca da campanha eleitoral de 2016 (também na campanha de 2012), nas lutas sociais e políticas críticas de modo geral, como na resistência contra o massacre no Jacarezinho, uma pulsão por uma nova institucionalidade. Mais ou menos anárquica, mais ou menos consciente, a possibilidade de refundação do Rio se encontrava nesses momentos de mobilizações de massa. Na sua permanência e institucionalização. Freixo ocupava um lugar importante como referência. O pulso deste processo de lutas dos de baixo ainda pulsa. Mas Freixo se deslocou dele. Sair do PSOL foi seu sinal neste sentido. O partido não está domesticado para uma linha de governo comum com a burguesia, embora existam tendências que pressionam nesta direção. Mas Freixo quer ir mais rápido e mais distante. Aceitou sair do partido para faz-

er a política que uma parte da burguesia defende que ele faça: postular-se como administrador da máquina estatal do Rio de Janeiro. Mas a burguesia não lhe prometeu a vitória. Apenas deu o recado de que o aceita ocupando o lugar vazio da crise política democrática burguesa. Há outros candidatos. No Rio de Janeiro, embora a crise política da classe dominante seja maior do que no Brasil em geral, em particular da burguesia liberal (não é à toa que o bolsonarismo é tão forte no Rio), há políticos como Eduardo Paes que têm a preferência para dar primeiro as cartas. Mesmo Lula aceita que Paes tenha a iniciativa. Antes de usar políticos emprestados, a burguesia sempre prefere os seus. Com os seus, não precisa se esforçar para convencê-los de que a máquina pública de poder burguês não está sujeita a reformas profundas. Os seus, como Paes, já estão educados nisso.

Por isso tudo, o passo de Freixo é também arriscado. Seu desejo de ser governador pode lhe custar caro. Pode ter perdido qualquer vínculo maior com o deputado Fraga. Se ganhar as eleições numa aliança com a burguesia como pretende, creio que muito pouco do deputado Fraga comandará o seu governo. Se perder, Fraga poderá, quem sabe, ainda andar por aí. Mas terá se enfraquecido muito pela opção que fez. Estará sem partido e sem mandato. E pior de tudo: sem o respeito e a disposição de acompanhá-lo que moveram dezenas de milhares de ativistas Brasil a fora.



Glauber contra os delírios de um Brasil em transe

Bruna Porciúncula¹

As eleições de 1986 no Rio de Janeiro seriam marcadas por uma derrota dura para o projeto de Leonel Brizola em solo fluminense. O deputado federal e pré-candidato à Presidência da República pelo PSOL, Glauber de Medeiros Braga, tinha quatro anos quando Moreira Franco, ex-prefeito de Niterói, venceu nas urnas o antropólogo e educador Darcy Ribeiro, então vice-governador de Brizola e o homem que assinava o ambicioso projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps).

Foi nessa eleição que Glauber pegou o primeiro panfleto de campanha, lembrança fixada à memória infantil apesar da pouca idade do garoto, nascido em uma família brizolista de Nova Friburgo, cidade da região serrana do Rio de Janeiro. O pleito nacional de 1989, em que Brizola integrava a abarrotada lista de 22 candidatos à presidência, ao lado de Lula e do vencedor Fernando Collor, é outra recordação nítida do deputado.

– Lembro bem de ver meus pais acompanhando o Brizola na TV. Parecia que eles mudariam o Brasil a partir daquela fala – relembra.

Glauber teve uma infância entrecortada pela política e isso naturalmente forjou os caminhos que seguiria. Quando criança, acompanhou a rotina da mãe, Saudade Braga, eleita vereadora de Nova Friburgo em 1992. Assistia às sessões plenárias da Câmara Municipal e já percebia a sinuosidade que certos vereadores concediam à vida parlamentar. A atuação e a posição de alguns, lembra Glauber, mudavam conforme ambições e interesses – nem sempre conectados com os anseios do povo. Na Câmara Federal, uma década depois, toparia com o mesmo comportamento entre

¹ Jornalista e colaboradora da *Revista Movimento*.

os deputados federais.

Antes dos 18 anos, Glauber agregou à herança brizolista as influências da família que o acolheu durante um intercâmbio em Sevilha, na Espanha. Era uma casa comandada por uma matriarca revolucionária que combatia ferrenhamente os resquícios do franquismo. De volta a Nova Friburgo, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sigla que mais se alinhava as suas ideias dentro do espectro partidário que se tinha na época, o começo dos anos 2000. Foi sob a mesma legenda que Saudade Braga elegeu-se prefeita de Nova Friburgo por dois mandatos, de 2001 a 2008. Inspirado na mãe, o caçula também decidiu enfrentar a aventura de fazer política num terreno nada florido, mesmo na cidade que ostenta o título de segunda maior produtora de flores do país.

Nas administrações da mãe em Nova Friburgo, Glauber Braga combinou militância orgânica e o trabalho na prefeitura. Atuou como secretário de governo, chefe de gabinete e secretário de projetos especiais. Viu as dificuldades de uma mulher comandar um município que se desenvolveu pelo ideário liberal burguês e cultivou, além de flores e tecidos, o mito de ser a Suíça brasileira. Em seu primeiro mandato, Saudade Braga contava com o apoio de apenas dois dos 19 vereadores, bateu de frente contra o monopólio da empresa de ônibus da cidade e fez governos muito focados na educação, ampliando o número de creches de três para mais de 40.

Saudade chegou a ser alvo de pedido de impeachment sob alegações que se mostraram inverídicas e deixaram claro um plano de tentar boicotar o governo em razão de a prefeita não compactuar com as relações viciadas entre o Legislativo e o Executivo. Ela recorreu à Justiça. Foi absolvida por unanimidade das acusações e viu se esvaír a estratégia golpista de seus opositores.

– Ganhamos nas ruas. A população se mobilizou contra o golpe e teve papel fundamental nas decisões judiciais – relembra o

deputado, à época do episódio, já suplente na legislatura federal.

Deus e o Diabo na Terra do Sol

Glauber é Glauber por conta da admiração da mãe e do pai por Glauber Rocha, ícone da contracultura no Brasil e um dos expoentes do Cinema Novo perseguidos pela ditadura militar. Saudade Braga, em razão da inauguração do CIEP Glauber Rocha, no distrito de Conselheiro Paulino, teve a oportunidade de conhecer a mãe do cineasta baiano e arrancou dela algumas lágrimas ao revelar a homenagem com o batismo do filho, que, à revelia de uma predestinação do nome, não se envolveu em nada com cinema. Quem chegou mais perto disso foi a irmã mais velha do deputado, Ivana Braga, diretora de TV.

O roteiro de Glauber estava na política. É seguido com referências na trajetória da mãe e também do pai, o médico Roberto Braga, que chegou a se candidatar a deputado estadual anos atrás, mas preferiu atuar mais nos bastidores, como um conselheiro. Do envolvimento da política local, Glauber saltou direto para o cenário nacional, quando assumiu o cargo de deputado federal em 2009. Nas eleições de 2006, havia ficado na suplência.

No pleito de 2010, foi eleito com mais de 57 mil votos, ainda como integrante do PSB. Foi durante esse mandato que Glauber deixou de ser um militante disciplinado para questionar alguns posicionamentos do partido. Em 2013, fez uma representação oficial contra o presidente estadual da sigla no Rio de Janeiro, Alexandre Cardoso, por considerar a atuação do dirigente a favor de outros interesses e forças políticas que não os defendidos pelo partido. Foi um ano marcado pela onda de protestos que tomou as ruas do país, em uma demonstração massiva de insatisfação com a classe política.

No ano seguinte, o PSB fechou posição frente à disputa entre Dilma Rousseff e Aécio Neves (PSDB) nas eleições para a Presidência da República. Apoiaria o tucano e faria um voo por dire-

ções no mínimo contraditórias a uma parcela do ninho militante socialista.

– Uma parte do partido queria liberar as bancadas nos Estados, mas na reunião do diretório nacional, fecharam apoio ao Aécio. Vi que aquela festa não era minha. Era uma guinada à direita que eu não poderia aceitar. Eu me levantei e falei isso. Só parte da juventude que estava ali aplaudiu e a Erundina, que disse: “Vamos, meu filho, eu vou sair com você”. Ela também já tinha uma posição contrária ao que estava ocorrendo.

Em 2015, Glauber Braga filiou-se ao PSOL. Parte da juventude do PSB que o aplaudiu naquela reunião faria o mesmo. Luiza Erundina também tomaria essa decisão, um ano depois do colega de bancada.

Terra em Transe

A situação do governo de Dilma Rousseff naquele 2015 era dramática. A economia despencava aos piores níveis em 25 anos, a presidente petista amargava uma popularidade constrangedora de 10% de aprovação. A Operação Lava-Jato arrefeceu as esperanças de que Dilma completaria seu segundo mandato. Com manobras e empenho de ex-aliados, a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil deixou o posto por um golpe parlamentar, inaugurando um período de vale-tudo na política brasileira que resultaria em um espetáculo de aberrações, entre elas a eleição de Jair Bolsonaro. Ficou também ainda mais evidente que certas alianças na trama política não reservam um final feliz para quem se ilude com o bom-mocismo dos vilões.

Com o drama à brasileira se desenrolando sob certa previsibilidade, Glauber conseguiu se reeleger em 2018 e reforçou convicções dentro do PSOL. Uma delas é a de que um partido precisa definir seu destino a partir da sua militância e não por projetos de poder individuais dissociados das forças que o compõem. Encontrou isso no novo ambiente partidário e sempre enumera essa

característica do PSOL como um dos motivos que delinearão a filiação. A outra é de que o ascenso da extrema direita e de um ideário fascista, incendiado pela atitude criminosa de Bolsonaro e de seus apoiadores, precisa de uma resposta nas ruas e no fortalecimento de um programa de esquerda consciente da luta de classes e da estrutura que precisa ser derrotada.

Glauber Rocha costumava dizer que a arte não é só talento, mas sobretudo coragem. O bordão do cineasta cai bem se transposto à política. Aos 38 anos, o deputado federal de Nova Friburgo topou assumir o papel de pré-candidato à presidência pelo PSOL, quando vive a expectativa do nascimento do primeiro filho, Hugo, com a também deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP). O nome do menino é, pelo lado do pai, inspirado no ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez, e, pelo lado da mãe, uma homenagem a Hugo Miguel Bressano Capacete, o nome real de Nahuel Moreno, líder revolucionário trotskista da Argentina e dirigente da IV Internacional.

No cenário nacional, a pré-candidatura de Glauber chega no clamor por uma unidade de esquerda e frente à consolidação do nome do ex-presidente Lula como opositor direto de Bolsonaro nas eleições de 2022. Não deixa de ser corajoso aceitar ser uma voz destoante do senso comum que aposta em Lula para mudar o que está aí. O problema é quem permanece nos bastidores dessa cena toda.

– Não rejeitamos a unidade, mas os limites têm de ser evidentes e antecipados. Não cabe direita liberal fantasiada de centro. Queremos articular um programa que não tenha medo de dizer que é de esquerda, sem ser sectário – diz.

A decisão de se colocar como pré-candidato a presidente ocorreu depois que Glauber já havia se assegurado de que nomes mais conhecidos do partido, como Guilherme Boulos, não estariam vislumbrando a vaga. Também não significa confluência de energias à disputa eleitoral. Glauber é um entusiasta da

tomada das ruas pela população para que Bolsonaro caia antes de outubro de 2022. A pandemia, agravada pelo descaso e pela incompetência do governo, o caráter ultraliberal da economia, o fundamentalismo, a devastação ambiental e a ampliação do estado punitivo e violento sobre os direitos de trabalhadores e da população mais pobre moldam essa urgência. Glauber está convencido de que a moderação, neste caso, pode até acalantar uma vitória eleitoral – e pode significar o contrário, como ocorreu com Andrés Arauz no Equador -, mas não derrota as estruturas que sustentam o governo Bolsonaro e as aspirações medíocres, mas não menos perigosas, da direita brasileira. A moderação e suas alianças já estiveram em cartaz. Muitos personagens são conhecidos, e o final desse filme todo mundo conhece.

Manifesto – Glauber Braga, pré-candidato à presidência da República

A esquerda anticapitalista, presente em partidos e movimentos sociais combativos, quer tirar lições da História com vistas a não repetir erros e omissões do passado. Para tanto, propõe um programa definido ideologicamente, referencial para a formação orgânica de uma Frente. A partir da mobilização para as tarefas imediatas do período da pandemia, que inclui necessariamente a mobilização pelo Fora Bolsonaro/Mourão, este programa deve ser executado por um governo popular na sucessão do atual projeto rentista-miliciano-militar que nos assola.

Apenas com um forte chamado à mobilização popular podemos conseguir a maioria social para construir mudanças verdadeiras. A nossa luta é por uma plataforma que ajude a organização da classe trabalhadora na superação da exploração capitalista. É pela união da juventude, negritude, mulheres, LGBTQIA+, povos indígenas, operariado, camponeses, da população idosa, pessoas com deficiência, servidores públicos, precarizados, enfim, toda a classe na sustentação de projetos com a radicalidade política que a nossa dura realidade exige. Essa radicalidade deve se expressar no enfrentamento aos monopólios privados, ao latifúndio, ao imperialismo e à devastação ambiental. Por um programa que ajude na organização das tarefas imediatas e fortaleça a estratégia Socialista.

Para tanto, os abaixo assinados decidem:

Apresentar aos militantes do PSOL e suas instâncias, e ao conjunto da sociedade, o nome do deputado Glauber Braga, parlamentar expressivo das bancadas de oposição no Congresso Nacional, como representante deste campo, em diálogo a ser estabelecido com outras forças políticas da oposição de esquerda ao governo Bolsonaro, na condição de Pré-candidato à Presidência

da República sob os pontos que se seguem:

Eixo um: derrotar o rentismo e o neoliberalismo

Referendo revogatório de privatizações e as outras medidas de desmonte do Estado nas suas garantias sociais: teto de Gastos, “reforma” trabalhista, “reforma” da previdência... Fim do desmantelamento das Estatais e do serviço público como um todo. Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES sob absoluto controle popular, através do Estado. Também é fundamental auditar a dívida pública, para revelar como se estrutura, como foi contraída, quem ganha com ela, quanto já foi pago e que operações fraudulentas foram cometidas e assim revisar o pagamento aos grandes capitalistas. Colocar em prática a lei do pleno emprego: o Estado como empregador de última instância: PL 5491/19. Implementação do Imposto sobre grandes fortunas, Taxação de Lucros e Dividendos, ampliação dos Impostos sobre Heranças...

Eixo dois: derrotar o modelo concentrador de terras e de destruição ambiental

Reforma agrária e urbana pra valer, garantindo o direito à moradia digna, avançando na transição para um modelo de produção de alimentos agroecológicos, priorizando a soberania e segurança alimentar ao invés da produção de “commodities”. Superação da concentração fundiária. Garantia de ampla demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas. Programa em defesa da Amazônia, do Pantanal, da fauna e da flora, dos recursos hídricos e minerais, dos territórios, dos saberes, e do meio ambiente.

Eixo três: Em defesa do serviço público, com controle popular.

Prioridade total ao SUS (SuperSUS). Garantia orçamentária e operacional de universalização do modelo de saúde da família e

da atenção primária com eixo na prevenção e não na doença que sustenta o lucro do mercado privado. Ampliação exponencial da tributação sobre a rede privada de saúde e educação com a reversão de todo o arrecado para os respectivos sistemas públicos. Plano nacional emergencial de moradia. Universalização da educação pública integral. Superação do analfabetismo. Ampliação robusta dos recursos públicos para Ciência. Revisão constitucional do papel das Forças Armadas e policiais estaduais.

Eixo quatro: Mais direitos!

Estruturação e atualização de planos decenais de enfrentamento ao racismo estrutural, à lgbtphobia, ao machismo e ao capacitismo com garantia orçamentária consistente dos projetos a serem executados. Revisão da legislação responsável pela ampliação do encarceramento da juventude e da mulher negra. Aborto legal e gratuito. Ampla articulação com entidades, movimentos e coletivos, com acúmulo nas lutas, tanto para a formulação e planejamento quanto para a execução das políticas.

Com base nesses quatro grandes eixos devemos aprofundar o debate de programa com uma agenda de discussão que organize as diretrizes do nosso “programa/projeto”. O nome de Glauber Braga é, em nosso entendimento, quem encarna e pode sustentar este e outros debates tão caros à esquerda e à sociedade brasileira.

E que fique registrado. A nossa pré-candidatura ajudará no enfrentamento pra derrotar bolsonaro desde agora e reforçará a resistência ao seu programa reacionário e genocida. Ressaltamos isso por acreditar que a esquerda, e especialmente o PSOL, deve utilizar todo o seu peso para impulsionar mobilizações e apoiar ativamente greves e protestos, convocando e sendo parte dos processos de luta e batalhando por unificar os calendários numa jornada nacional.

Por uma pré-candidatura que não deixe pra amanhã o que a

realidade exige para já, apoiamos o nome do camarada Glauber Braga para o cumprimento dessa tarefa:

Luciana Genro – fundadora do PSOL e deputada estadual (RS)

Milton Temer – fundador do PSOL (RJ)

David Miranda – deputado federal (PSOL-RJ)

Fernanda Melchionna – deputada federal (PSOL-RS)

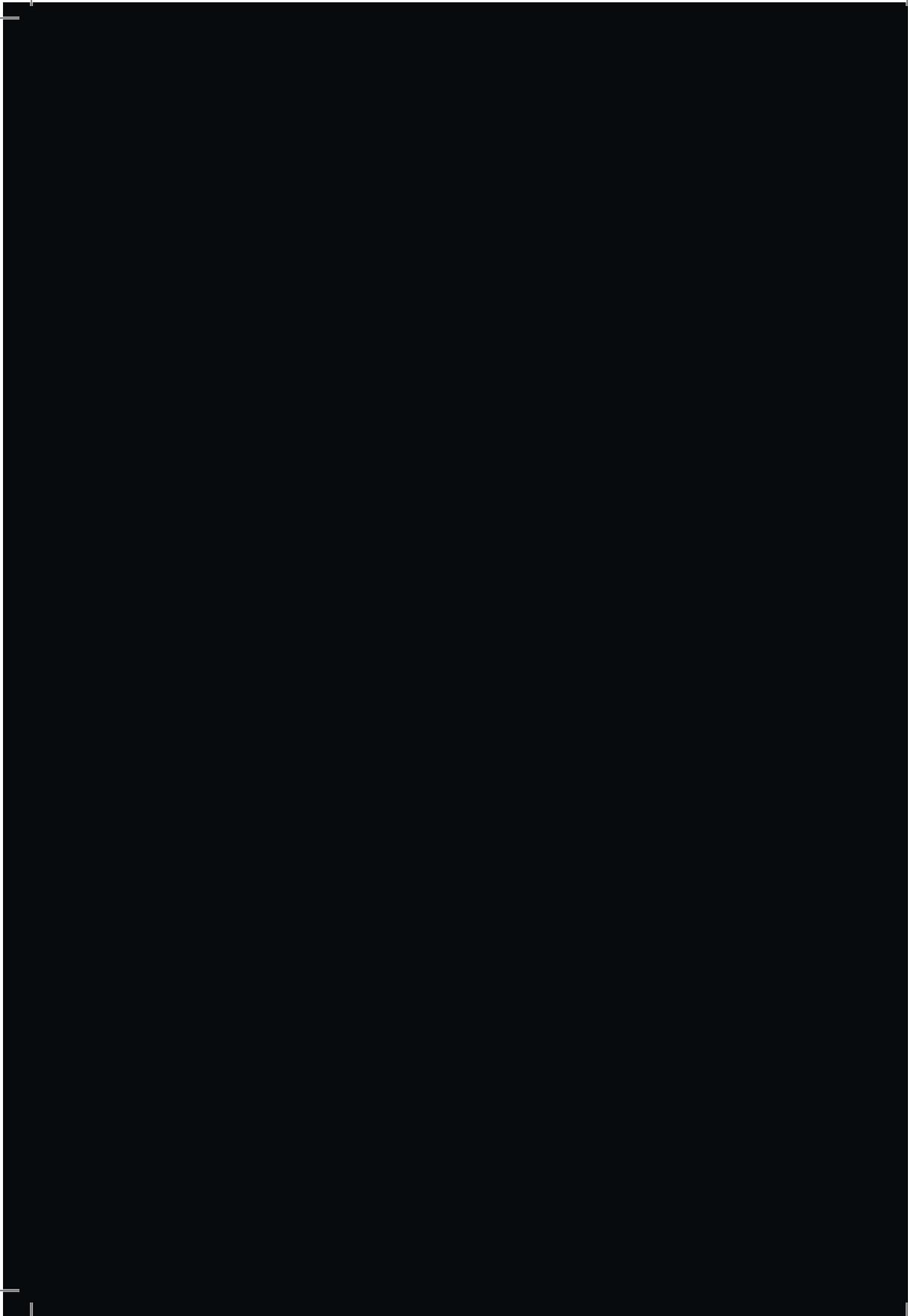
Luiza Erundina – deputada federal (PSOL-SP)

Sâmia Bomfim – deputada federal (PSOL-SP)

Vivi Rei – deputada federal (PSOL-PA)

E mais 3329 assinaturas – confira todas em <https://manifestoglauber.com.br/>

Internacional



Quem detém o poder na Casa Branca de Joe Biden?

Neal Meyer¹

O crédito deve ser dado onde o crédito é necessário. Bernie está certo ao chamar o pacote de estímulo de Biden de “a legislação mais significativa para beneficiar as famílias trabalhadoras na história moderna deste país” (por mais baixa que essa expectativa seja). Através de pagamentos diretos, o Plano Americano de Resgate aumentou a renda da maioria dos americanos das classes trabalhadoras e média. Ele criou um crédito fiscal temporário para crianças. Prolongou os generosos benefícios de desemprego até setembro. E salvou os governos estaduais e locais para evitar um retorno à austeridade.

O pacote de estímulo é um esforço significativo e ambicioso para ressuscitar uma economia fraca, e os trabalhadores ficariam muito pior sem ele. E embora seja um pouco menor do que o Ato CARES assinado pelo Presidente Trump na primavera de 2020, o Plano Americano de Resgate concentra quase todo seu apoio nas pessoas comuns em vez de socorrer as corporações.

A mudança faz com que alguns liberais se perguntem se eles finalmente têm um verdadeiro amigo na Casa Branca. Anand Giridharadas especula que a presidência de Biden pode ser “transformacional”. O Daily Beast alerta os progressistas: “Conheça seu novo herói: Joe Biden”.

É verdade que a política econômica de Biden até agora marca uma mudança do regime de austeridade de Barack Obama e da orgia de redução de impostos de Donald Trump. Mas a questão para a esquerda não é onde está o coração de Biden. É a seguinte: quem detém o poder? A resposta a essa pergunta determinará as oportunidades e os limites para a reforma nos próximos quatro

¹ Militante do *Democratic Socialists of America* (DSA).

anos.

Em uma inspeção mais detalhada, há motivos para duvidar dos aplausos triunfantes da ala progressista do Partido Democrata. Biden pode ter quebrado com a lógica da austeridade. Mas isso não é um teste para saber se o mundo corporativo ainda detém o poder em D.C. e dentro do próprio Partido Democrata – e se eles estão prontos e capazes de fechar mais reformas. Na verdade, uma leitura atenta dos acontecimentos do último ano mostra que a mudança antiausteridade de Biden tem o apoio entusiástico da classe bilionária.

É sobre a questão de saber se Biden pode aumentar significativamente os impostos sobre as empresas e os ricos, e provocar uma mudança fundamental na lei trabalhista, que veremos realmente se o estrangulamento corporativo na política norte-americana foi fundamentalmente alterado.

Até agora, não há nenhuma indicação de que tenha sido. As empresas adoraram o estímulo de Biden (ele salvou muitos da ruína econômica), mas eles sofreram duras reformas, e Biden parece estar se contrapondo. E, enquanto os políticos estão indecisos sobre mais gastos e redistribuição, o verdadeiro contrapoder para o controle corporativo – o movimento trabalhista, a Esquerda e os movimentos sociais – permanece lamentavelmente desorganizado e mal preparado para as lutas adiante. Em tal momento, os socialistas precisam ter uma visão clara dos desafios, continuar enfatizando nossas diferenças com o Partido Democrata controlado pelas corporações para construir uma alternativa real, e defender uma nova rodada de luta contra o establishment político.

As origens da “Bidenomics”

Para apreciar plenamente de onde vem a mudança antiausteridade de Biden, temos que voltar a 2008.

A Grande Recessão colocou um teste à ordem neoliberal ao qual ela não estava preparada para responder. Como coloca Da-

vid Kotz em sua revisão da situação econômica na última década:

“A crise financeira e a Grande Recessão de 2008 marcaram o fim do período em que a forma neoliberal do capitalismo promoveu a expansão econômica normal... Normalmente... as recuperações [das recessões] são relativamente rápidas, dada a presença de ampla mão-de-obra disponível e capacidade produtiva não utilizada, tipicamente com crescimento do PIB de 4% ou mais. Entretanto, a recuperação após 2009 se destaca, com uma taxa de crescimento anual de apenas 2,3%. Apesar da expansão de uma década após a crise financeira, a taxa de crescimento do PIB desde o pico pré-crise em 2007 até o pico em 2019 foi de apenas 1,7%. Tais dados indicam claramente uma condição de estagnação prolongada”.

Para piorar a situação, na década de 2010, uma expansão econômica lenta foi associada a um crescimento anêmico na produtividade da mão-de-obra. Entre 2007 e 2019, a produtividade dos trabalhadores cresceu apenas 0,8% ao ano, em comparação com 2,1% entre 1979 e 2007.

No início, apesar desta estagnação, nada mudou muito no mundo da política geral. Depois de aprovar um pacote de ajuda que a maioria dos economistas agora admite ser muito pequeno, Barack Obama e os democratas deram as mãos ao Governo para cortar as despesas federais e decretar uma nova rodada de austeridade.

Mas algo começou a mudar com o passar da década. Após 30 anos cantando o hinário de Reagan, os economistas democratas estavam entre os primeiros no establishment político a começar a questionar a lógica da austeridade.

Um dos primeiros a duvidar foi Larry Summers. Summers tem sido um mediador entre o Partido Democrático e o mundo dos negócios desde os anos Clinton. Foi parcialmente sob sua tutela que toda uma geração de economistas democratas foi criada nos moldes de Reagan.

Em 2013, Summers havia mudado sua linha. Alarmado pelas baixas taxas de crescimento em todo o mundo, Summers ad-

vertiu que a economia global estava caindo em um período de “estagnação secular”. Em 2019, ele e seu discípulo Jason Furman estavam explicitamente estabelecendo conexões entre as crises social, ecológica e econômica e exortando os políticos a abandonar qualquer compromisso com a austeridade. “Muito mais urgentes [do que a dívida federal] são os problemas do lãnguado índice de participação da força de trabalho, crescimento econômico lento, pobreza persistente, falta de acesso ao seguro saúde e mudança climática global. Os políticos não devem deixar que grandes déficits os impeçam de enfrentar estes desafios fundamentais”.

Summers e Furman sozinhos não poderiam mudar a estratégia do Partido Democrata. Ao longo da década de 2010, o partido como um todo não mostrou sinais de fazer uma mudança clara na política. Mas as tensões na ordem neoliberal estavam prestes a ser exacerbadas pelos eventos, e forças muito mais poderosas questionariam certas suposições neoliberais.

O mercado muda seu tom

A crise da COVID-19 e o espectro do colapso econômico foram apenas o tipo de catalisador necessário para mudar o senso comum político no mundo dos negócios.

Apesar de uma fraca campanha primária desprovida de qualquer agenda clara, pela eleição geral Joe Biden prometia um estímulo significativo para enfrentar a pandemia e a crise econômica. Mas ao invés de repelir o mundo corporativo, como poderia ter feito em anos passados, a promessa da “Bidenomics” atuou como um ímã para os CEOs e líderes corporativos – e seu apoio fortaleceu a posição de Biden.

Uma pesquisa de Yale com diretores das maiores empresas americanas constatou que 77% planejavam votar em Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020. Os CEOs também uniram seu apoio ao Partido Democrata com suas carteiras. Os dados

sugerem que os CEOs das maiores empresas que doaram a Biden superaram em número aqueles que doaram a Trump em 2 a 1. Os grandes doadores como um todo foram responsáveis por 61% do orçamento de guerra de Biden.

A lista de doadores de Biden para 2020 lê-se como quem é quem da classe dominante da América. Há gerentes e executivos de Blackstone, Bain Capital, Kleiner Perkins, Warburg Pincus e outras grandes empresas de Wall Street, assim como produtores de Hollywood, CEOs da Netflix e empreendedores de tecnologia. Os principais doadores foram feitos “Biden Victory Partners”, e os segundos colocados foram “Protectors”, “Unifiers”, “Philly Founders”, e membros do “Scranton Circle” e da “Delaware League”. As doações permitiram que Biden abrisse uma enorme vantagem sobre Trump na arrecadação de fundos no último trecho da campanha.

Podemos ter uma ideia do que motivou a maioria dos líderes de quase todos os setores das grandes empresas a se consolidar atrás de Biden graças aos esboços de um dos maiores titãs de Wall Street.

Jamie Dimon é o bilionário CEO do JPMorgan Chase. A era neoliberal tem sido muito boa para Jamie. Mas a última década pesou sobre ele, e Dimon agora questiona algumas partes do senso comum neoliberal que o tornaram rico. Na verdade, ele soa muito como se tivesse meditado sobre os avisos de Summers e Furman e outros economistas democratas e saído da experiência com uma visão do mundo ligeiramente alterada.

Em seu relatório sobre acionistas de 2020, Dimon culpa a estagnação a longo prazo e as decisões políticas pelas baixas taxas de crescimento. “Toda esta política fracassada pode explicar porque, nos últimos 10 anos, a economia dos Estados Unidos cresceu cumulativamente apenas cerca de 18%. Alguns pensam que isto parece satisfatório, mas deve ser colocado em contexto: Em períodos anteriores de forte retração (1974, 1982 e 1990), o cres-

cimento econômico foi de 40% durante os 10 anos seguintes”.

Mas Dimon não pára por aí. Ele argumenta que a estagnação secular e a desigualdade também estão na raiz da crise política do país:

“Os americanos sabem que algo saiu terrivelmente errado e culpam a liderança deste país: a elite, os poderosos, os tomadores de decisões – no governo, nos negócios e na sociedade civil. Isto é completamente apropriado, pois quem mais deveria assumir a culpa? E as pessoas têm razão em estar zangadas e se sentir decepcionadas... Nossos fracassos alimentam o populismo tanto da esquerda como da direita política... Muitos de nossos cidadãos estão inseguros, e a linha de falha de toda essa discórdia é um sonho americano desgastante – a enorme riqueza de nosso país está se acumulando para muito poucos. Em outras palavras, a linha de falha é a desigualdade”.

O desafio agora, argumenta Dimon, é cortar o populismo à esquerda e à direita antes que isso piore a situação. (Quem sabe exatamente ao que Dimon está se referindo aqui, mas parece razoável supor que ele tinha Trump e Bernie em mente). “[P]opulismo não é política, e não podemos deixar que ele impulsiona outra rodada de mau planejamento e má liderança que simplesmente tornará pior a situação de nosso país”.

Dimon sonha com um novo “Plano Marshall” para os Estados Unidos. Entre outras coisas, ele faria o governo aumentar o salário mínimo para aumentar a participação da força de trabalho. Ele tornaria a rede de segurança menos complicada e mais fácil de acessar, e introduziria programas de cuidado infantil para ajudar os pais em dificuldades. Ele eliminaria as cobranças surpresa na área de saúde e introduziria uma opção de seguro nacional catastrófica (embora os detalhes do que isso pareceria não sejam claros). Ele gastaria centenas de bilhões de dólares por ano em infra-estrutura. E ele promulgaria uma reforma imigratória abrangente.

Bidenomics de apoio às empresas

Se o sonho de Dimon e a consolidação do apoio das grandes empresas por trás de Biden sugerem que as empresas estavam prontas para abandonar a austeridade em 2020, suas ações em 2021 não deixam dúvidas. E é a esta mudança no mundo corporativo que devemos creditar a própria volta progressiva de Biden.

Assim que Biden foi eleito, o mundo empresarial rapidamente fechou as fileiras em torno da demanda por um novo e massivo pacote de estímulos.

Michelle Gass, CEO da Kohl's, colocou o assunto sem rodeios ao explicar seu apoio (e o apoio de outros grandes varejistas) a um novo pacote de estímulos voltado para pessoas comuns: "Qualquer coisa que coloque dinheiro nos bolsos de nossos consumidores é uma coisa boa".

Um mau relatório mensal de empregos em fevereiro foi interpretado como um bom sinal por um grande gerente de investimentos devido ao efeito que poderia ter sobre o aumento do tamanho do estímulo. "É um desses casos de 'más notícias são boas notícias', pelo menos no que diz respeito aos mercados, pois aumenta a chance de um grande pacote".

Mesmo os proprietários de pequenas empresas, que apoiaram relativamente mais Trump do que seus grandes parceiros comerciais em 2020, apoiaram entusiasmadamente um novo estímulo importante. Uma pesquisa da CNBC mostrou que 61% dos proprietários de pequenas empresas apoiavam o pacote.

Um economista da Deloitte afirmou com confiança: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para os bancos". O projeto de lei de auxílio impedirá que as pessoas não cumpram com as hipotecas, o dinheiro para [o Programa de Proteção do Cheque de Pagamento] impedirá que as empresas que possam ter empréstimos pendentes falhem, e assim por diante". O documento comercial American Banker concluiu: "Nesta crise, a Casa Branca e os bancos estão na mesma equipe".

Tão grande era a esperança do mundo corporativo de um estímulo maciço que até mesmo os menores rumores sobre seu destino poderiam enviar o mercado para uma pirueta ou um boom. No final de janeiro, quando o mercado temia que Biden pudesse ceder às objeções republicanas ao grande preço do estímulo, as ações caíram e Wall Street teve seu pior dia em meses.

No início de fevereiro, Biden convocou uma reunião de líderes corporativos para defender o pacote de estímulo. Jamie Dimon, Doug McMillon do Walmart, Tom Donohue da Câmara de Comércio e Marvin Ellison do Lowe's estavam entre os CEOs cortejados. Os negócios se regozijaram em sua nova proximidade com a Casa Branca (Josh Bolten, CEO da Mesa Redonda de Negócios falou sobre a administração): "A comunicação com a comunidade empresarial é boa e o tom é bom". Mike Sommers, do Instituto Americano de Petróleo, observou: "Meus CEOs foram agradavelmente surpreendidos com o nível de engajamento que a indústria recebeu até agora").

Biden não precisou esperar muito para que este ritual de cortejo das grandes empresas compensasse na forma de uma bênção corporativa para o estímulo. No final de fevereiro, 170 líderes empresariais em Nova York – incluindo David Solomon da Goldman Sachs, Stephen Schwarzman da Blackstone, Larry Fink da BlackRock e Ken Jacobs da Lazard – assinaram uma carta aos líderes do Congresso endossando entusiasticamente o plano de ajuda.

Logo após a lei de US\$ 1,9 trilhão ter sido finalmente assinada, uma pesquisa trimestral da Mesa Redonda de Negócios mostrou um forte salto na confiança dos CEOs na economia e nos planos de contratar e investir. O CEO da Mesa Redonda de Negócios a chamou de "entre as recuperações mais rápidas e nítidas em otimismo na história de nossa pesquisa". Uma pesquisa semelhante da Associação Nacional de Fabricantes mostrou o otimismo dos membros saltando para uma alta de 88%. Uma

pesquisa de Yale com 80 CEOs em meados de março mostrou 71% de apoio ao estímulo – mais ou menos o mesmo que os 70% do público que o apoiou. A pesquisa também encontrou varejistas e executivos da indústria de lazer animados com a possibilidade de pagamentos diretos se traduzindo em lucros crescentes.

As análises de importantes líderes empresariais foram igualmente entusiásticas. Eric Schmidt, CEO do Google, observou: “Até agora [Biden] parece entender para onde o dinheiro precisa ir. O empresário típico dirá que as coisas estão boas no momento”. James Taiclet, CEO da Lockheed Martin, gabou-se: “A administração Biden reconhece claramente que estamos todos na era desta grande concorrência de poder ressurgente. Vejo fortes oportunidades de cooperação de defesa internacional sob esta administração, e isso beneficiaria a Lockheed Martin, espero”.

No final de março, a grande aposta dos grandes empresários em Biden parecia estar dando frutos.

As lutas que estão por vir

A questão agora é o que vem a seguir.

Desde a promulgação do Plano Americano de Resgate, Biden e os democratas anunciaram novos objetivos de aumentar os gastos com infra-estrutura e expandir a rede de segurança social.

O pacote de infraestrutura (o “Plano Americano de Emprego”) inicialmente incluía US\$ 2 trilhões em gastos nos próximos anos, a serem pagos através do aumento dos impostos corporativos. Ele colocará mais dinheiro em infra-estrutura de transporte e veículos elétricos, várias iniciativas ecológicas, subsídios para fabricação e P&D, assistência a idosos e deficientes, e banda larga e treinamento de emprego. A expansão da rede de segurança social (o “Plano Famílias Americanas”) inclui US\$ 1,8 trilhão em gastos com educação, cuidado de crianças e licenças familiares pagas.

Mais uma vez, as propostas de gastos espelham ideias po-

pulares no mundo corporativo. Depois que o Plano Americano de Resgate foi aprovado, a Mesa Redonda de Negócios iniciou um empurrão entusiástico para gastos com infraestrutura de transporte, expansão da banda larga e várias iniciativas verdes. As propostas de cuidado infantil do Plano Famílias Americanas espelham a visão de Dimon para um novo Plano Marshall para o país.

Mas, ao contrário da conta de alívio que foi paga com o empréstimo de dinheiro, estas novas iniciativas inicialmente deveriam ser pagas com impostos mais altos. E as propostas de aumentar a taxa de impostos corporativos de 21% para 28% e de aumentar vários impostos sobre os ricos têm sido objeto particular de ira por parte da classe dominante.

Logo de saída, a Câmara de Comércio denunciou os aumentos propostos de impostos corporativos como “perigosamente mal orientados” – mesmo que o plano nem mesmo restabeleceria as taxas para o nível pré-Trump de 35%. O CEO da Raytheon advertiu sobre um corte de 20% nos investimentos da empresa se o aumento fosse aprovado. Após saber dos planos da administração de dobrar a taxa de impostos sobre os mais ricos, vários investidores descreveram o plano como “insanidade”, uma ameaça ao “ganso dourado que é a América” e uma “bofetada na cara dos empresários”.

A administração começou imediatamente a ceder. Logo após o anúncio dos planos, os funcionários da Biden responderam ao empurrão corporativo insistindo que estavam abertos a recuar em suas ambições. Pete Buttigieg, Secretário de Transportes de Biden, assegurou à ABC: “Acho que vamos encontrar um espaço muito bom e forte para negociarmos isso”. Sabemos que isto está entrando em um processo legislativo onde vamos ouvir de ambos os lados do corredor, e acho que vocês vão achar que o presidente tem uma mente muito aberta”. Brian Deese do Conselho Econômico Nacional de Biden disse à Fox News Sunday:

“Se as pessoas acham isso muito agressivo, então gostaríamos de ouvir quais são seus planos”. É algo sobre o qual queremos ter uma conversa”. (Por pessoas Deese presumivelmente quis dizer líderes do mundo corporativo). Falando a mais de 50 CEOs do Google, AT&T, Dell, Ford, Intel e outras empresas, o Secretário de Comércio de Biden disse sobre as negociações com o mundo corporativo: “Fui encorajado. Ninguém gosta de falar sobre os pagamentos, mas há espaço para concessões”.

Parece agora que Biden e sua equipe estão perto de alcançar esse “espaço de negociação”. A Casa Branca parece ter diminuído a pressão para um aumento dos impostos corporativos no último projeto de lei, e reduziu o tamanho do pacote para US\$ 1 trilhão.

E se o resto do histórico da administração até agora é qualquer indicação do que está por vir, as chances de que a equipe de Biden venha a travar uma grande briga com seus apoiadores corporativos parecem ser escassas. Quando o parlamentar do Senado levantou objeções técnicas à inclusão de um plano para elevar o salário mínimo para 15 dólares no pacote de estímulo, a administração pareceu mais aliviada do que qualquer outra coisa. A Casa Branca também não se comprometeu em resposta às exigências trabalhistas para usar truques parlamentares para aprovar o Ato PRO (um grande conjunto de reformas das leis trabalhistas). Em qualquer questão de realmente transferir algum poder para as pessoas da classe trabalhadora, o compromisso da administração com as reformas parece de repente evaporar.

Podemos recuar?

Não deve haver dúvidas de que na luta para definir o que é a administração Biden, o mundo corporativo está ativo em todas as frentes. Como no passado, os líderes corporativos estão exercendo enorme influência para definir os limites do que é possível. E, pelo menos por enquanto, eles detêm o poder. Pode haver algum espaço para mais gastos e menos austeridade graças à mu-

dança de interesses comerciais e ao medo de um retorno à estagnação secular. Mas, se o mercado conseguir o que quer, não será tolerado nenhum movimento importante que invada significativamente seu próprio poder – seja na forma de aumentos de impostos corporativos ou de um movimento trabalhista reforçado.

Não que o mercado consigam sempre seus objetivos. Embora a política americana sempre tenha sido definida, antes de tudo, pelas regras estabelecidas pelas empresas dominantes em uma determinada época, alguns períodos têm visto concessões maiores para a classe trabalhadora do que outros.

São necessários movimentos sociais poderosos e projetos de esquerda – juntamente com administrações que estejam pelo menos dispostas a se comprometer, seja qual for o motivo – para este tipo de reformas. Se há esperança de que a administração de Biden ainda possa ser um meio de conquistar algumas grandes mudanças que poderiam fortalecer a classe trabalhadora, é possível encontrá-la aqui.

E, de certa forma, a comparação frequentemente feita entre Biden e Franklin Delano Roosevelt (FDR) é útil para entender o que será necessário para realmente desafiar o poder corporativo e vencer.

Como Biden, FDR iniciou sua administração rompendo com alguns elementos da ortodoxia econômica. Mas no geral, os primeiros anos da FDR (1933-1934) preocuparam-se em restaurar os lucros das grandes corporações. Por sua vez, FDR desfrutou do apoio dos negócios desde o início.

Foi somente em 1935 que a administração de FDR começou a realmente promover reformas mais ambiciosas. A reforma da legislação trabalhista, as normas trabalhistas nacionais e a Previdência Social foram colocadas na agenda – contra a vontade de muitos dos antigos amigos de FDR nos negócios.

Mas não foi por bondade do coração dos democratas que esta mudança foi engendrada. FDR, afinal de contas, inicialmente se

opôs a uma reforma significativa da legislação trabalhista. Foi apenas, como descreve Michael Goldfield, sob a pressão de grande agitação social, que a administração mudou de tom.

Em 1933, mais de 1 milhão de trabalhadores entraram em greve, um aumento de três vezes em relação a 1932. E isso foi seguido por quase 1,5 milhões de trabalhadores em 1934. Greves importantes quase simultâneas em Toledo, Minneapolis e São Francisco nesse mesmo ano revelaram uma militância crescente na classe trabalhadora americana.

Os movimentos de desempregados abalaram muitos dos centros urbanos do país, e os partidos comunista e socialista desempenharam papéis de liderança nestas ações. Um funeral para quatro ativistas comunistas assassinados em Detroit, em 1932, atraiu entre 20 e 40.000 participantes. O caso Scottsboro ameaçou precipitar um movimento de massa entre os trabalhadores negros.

Com o aquecimento das lutas trabalhistas, o movimento de trabalhadores aplicou pressão direta para ganhar a reforma da lei trabalhista. A AFL realizou comícios de massa para dar apoio. Um comício no Madison Square Garden atraiu 25.000 pessoas da classe trabalhadora – e o mesmo número de pessoas se reuniu no exterior. No dia seguinte, um quarto de milhão de trabalhadores do vestuário fizeram uma greve de um dia para apoiar a reforma.

Os defensores da lei trabalhista aproveitaram os protestos para fortalecer sua posição no Congresso. O senador Robert La-Follette Jr. advertiu que, na ausência da reforma, o movimento era uma “crise industrial iminente”, uma crise que “provocaria uma guerra industrial aberta nos Estados Unidos”.

Mas hoje, pelo menos por enquanto, não existe tal energia na base.

A rebelião do Vidas Negras Importam no verão de 2020 foi o mais próximo que chegamos de algo semelhante, mas os protes-

tos em massa diminuíram.

Os ativistas do clima lamentam a falta de militância no movimento climático para empurrar Biden ainda mais.

O movimento trabalhista está fazendo alguns progressos nos setores sem fins lucrativos, na mídia e no ensino superior, mas a taxa geral de sindicalização continua definhando. As greves aumentaram nos últimos anos – mas, além das greves dos professores, isto não foi suficiente para se registrar como um grande evento nacional.

A campanha PRO Act que está sendo conduzida pelo DSA e a luta pelo Medicare for All são lutas louváveis e merecem apoio. Os defensores do PRO Act mudaram com sucesso as posições de dois senadores dos EUA. A entrada de legisladores socialistas no governo também fortalece nossa luta.

Mas se a história é um guia, reformas vencedoras na escala necessária também exigirão uma agitação social generalizada. E não estamos nem perto, por exemplo, de ser capazes de precipitar uma greve de um dia por centenas de milhares de trabalhadores em uma grande cidade americana.

A estrada adiante

O nível reduzido da militância vinda de baixo é em parte o resultado de décadas de perseguição e desunião anti-esquerda que cortaram o vínculo entre a política socialista e a classe trabalhadora. Essa ligação foi a chave para tornar possíveis as rebeliões da década de 1930. A sua reconstrução levará anos de trabalho árduo. Iniciativas como a estratégia rank-and-file e as eleições para luta de classes que colocam os ativistas socialistas de volta à classe trabalhadora são os primeiros passos essenciais.

Enquanto isso, a administração de Biden marca uma mudança da austeridade, pelo menos enquanto essa mudança for lucrativa para as grandes empresas. Mas isto não se deve ao fato de Biden e o Partido Democrata terem sido convencidos da ne-

cessidade de dar poder aos trabalhadores e desafiar o poder corporativo. Todas as indicações que temos sugerem que a reviravolta parcial na política é um resultado da mudança de interesses e estratégias corporativas, uma resposta ao baixo crescimento e um medo geral de populismo.

Não acredite em minha palavra. Muitos se lembram da promessa de Biden aos doadores no verão de 2019 de que “nada fundamental mudaria” se ele ganhasse, mas poucos conhecem o contexto completo. Isto é Biden sobre o que sua administração faria:

“A verdade da questão é que todos vocês, todos vocês sabem, todos sabem no seu instinto o que tem que ser feito. Podemos discordar nas margens, mas a verdade da questão é que está tudo dentro de nossa casa e ninguém tem que ser punido. O padrão de vida de ninguém vai mudar, nada mudaria fundamentalmente. Porque quando temos uma desigualdade de renda tão grande como a que temos hoje nos Estados Unidos, ela gera e fermenta discórdia política e revolução de base. Não é uma brincadeira... Permite aos demagogos intervir e dizer que a razão de estarmos onde estamos é por causa do outro. Você não é o outro. Eu preciso muito de você. Espero que se eu ganhar esta nomeação, não o decepcionarei”.

Ao apoiar Biden em 2020, a coalizão empresarial neoliberal que tem governado este país desde os anos 80 mostrou que repensou partes de seu dogma, e soltou a trela sobre os formuladores de políticas (embora seja muito cedo para declarar o fim do neoliberalismo). Mas a verdadeira luta por grandes reformas sociais – muito menos que o socialismo – ainda não começou.

Estamos entrando nessa luta com uma poderosa classe bilionária pressionando a administração em todas as frentes, por um lado, e por outro, uma classe trabalhadora e de esquerda que ainda não são capazes de agir como um contrapeso sério. Os progressistas, portanto, que aguardam ansiosamente os próxi-

mos grandes movimentos da Casa Branca, provavelmente ficarão desapontados. Como tem sido no passado, as esperanças de grandes mudanças aumentarão ou diminuirão com a capacidade da classe trabalhadora de vencê-las a partir de baixo.

Reflexões sobre a terceira intifada palestina¹

Salwa Ibrahim

“A Palestina é uma espinha de peixe presa na garganta do mundo. Ninguém vai conseguir engolir” (Elias Sanbar)²

1 – A terceira intifada é antissionista

Um esclarecimento parece se impor diante de certas análises que atribuem a responsabilidade do levante palestino à política da extrema direita israelense. Digamos de antemão: a extrema-direita israelense não é o problema. O sionismo, sim. É o sionismo, esse colonialismo que busca expulsar e substituir os palestinos, que está na origem dessa terceira intifada.

Não é por acaso que tudo tenha começado com Sheikh Jarrah. Sheikh Jarrah é um espelho distorcido da longa Nakba palestina. Sheikh Jarra é o outro Lifta, o outro Deir Yassin, o outro Haifa, o eco distante das cidades e comunidades colonizadas e desarabizadas desde 1948. “Os velhos morrerão e os jovens esquecerão”³, pensava Ben Gouion. Aposta louca e perdida. Porque, mesmo quando a amnésia poderia ser uma opção, os Sheikh Jarrah repetidamente a tornam absolutamente impossível.

Então, que o Estado sionista seja comandado por um governo de extrema-direita, de centro-direita ou de esquerda, é um elemento que deve ser levado a sério e analisado, mas sem que se perca de vista o que está na origem do conflito: a empreitada colonial que constitui o sionismo. Senão, a análise novamente veiculará uma leitura errônea da situação atual na Palestina ocupada.

1 Originalmente publicado como *Réflexions sur la troisième intifada palestinienne* em: <https://www.contretemps.eu/intifada-palestine>. Tradução de Pedro Micussi.

2 SANBAR Elias, *Le bien des absents*. Paris: Actes Sud, 2001, p. 61.

3 Citado por Michael Bar Zohar em *Ben-Gurion: the Armed Prophet*, Prentice-Hall, 1967, p. 157.

Ela consistiria em aplicar o quadro de leitura válido para os Estados “normais”, aqueles no qual o conflito político é estruturado ao redor da clivagem entre direita e esquerda, progressismo e conservadorismo (e fascismo). Quadro de leitura inepto em Israel/Palestina, e que tem a irônica função de desresponsabilizar implicitamente o Estado israelense enquanto tal – os seus fundamentos ideológicos, sua história miliciana e militar, a política colonial sistematicamente implementada desde sua criação e seu papel reacionário na região do Oriente árabe.

Para quem se vê expropriado de sua casa e de sua terra, não faz nenhuma diferença que o Estado colonial, construído para arquitetar o roubo da Palestina e a expulsão das populações autóctones, se valha de uma identidade socialista ou fascista. Passemos então por essa mestra do momento, a História, para nos recordar que Yitzhak Rabin, esse herói da esquerda sionista, não teve nenhuma necessidade de ser de extrema-direita para codirigir a primeira guerra de limpeza étnica da Palestina entre 1947 e 1949, em particular na região do norte de Jerusalém e nas cidades de Lida e Ramla⁴. Além disso, as colônias que são apresentadas como kibutz, e que fascinaram tantos socialistas na Europa, não deixam de ser colônias do ponto de vista dos despossuídos.

Quanto à tradição sionista de esquerda, plena de humanismo, sua principal preocupação foi “salvar” Israel. Salvar o que é considerado como adquirido, os territórios conquistados à força em 1948, e esperar que o Estado militar que privou a Palestina da maioria de seu litoral (e portanto de seus portos), digna-se a permitir a existência de um enclave palestino ao seu redor. Nisso, o sionismo de esquerda é tão oposto à luta de liberação nacional palestina, e aos direitos políticos dos palestinos quanto o sionismo de direita. A única diferença é que ele aspira a paz (pela negação da justiça, não é mesmo?) para “salvar” Israel.

Disfarçar o sionismo de uma áurea “socialista” e do epíteto

4 PAPPE Ilan, *Le nettoyage ethnique de la Palestine, 1947-1949*. Paris: Fayard, 2006, p. 25.

“esquerda” tem algo de muito pernicioso. Eles são equivalentes aos chapéus melão e ao guarda-chuva de Orwell no que diz respeito ao fascismo⁵. Considerar a intifada palestina como uma reação à extrema-direita, mais do que ao sionismo, é fruto de uma lenta habituação que consiste em fazer do Estado israelense um Estado “normal”, ilusão que já está na hora de ser desfeita.

Assim, camaradas, não deploremos o desmascaramento do sionismo. Netanyahu, o governo de extrema-direita, e os colonos fascistas, são certamente seu rosto odioso, mas se rosto descoberto, sem máscara nem farda.

2 – A terceira intifada é nacional.

Certamente, o sionismo conduzido por um governo israelense de extrema-direita é mais grosseiro, mais racista, mais brutal. E portanto mais insuportável. Está no direito quem pensa que ele contribuiu para acelerar as condições que permitiram a intifada atual, inevitável na medida em que a opressão engendra inevitavelmente, cedo ou tarde, a resistência aberta. Porque, e perdoe-nos a insistência, o coração do conflito é o projeto de colonização-substituição da Palestina. É por isso que a luta que anima os palestinos é uma luta de libertação nacional. Uma luta contra um colonialismo cujo as diferentes maiorias políticas que ritmaram sua história nunca mudaram o que ele é de fato: um colonialismo.

Basta-se convencer em dar atenção às atuais manifestações nos territórios do interior, em Israel ou na Cisjordânia: em nenhum lugar se escuta reivindicações de reforma do Estado israelense, de mudança do regime em direção a qualquer coisa mais progressista, de direitos esperados que o Estado israelense conceda aos palestinos. O slogan repetido quase em todo lugar não é: “o povo quer a queda do regime”, mas “o povo quer a libertação da Palestina” (“El shaab yourid tahrir Falestine”). A cólera

5 “Quando os fascistas voltarem, eles terão o guarda-chuva bem enrolados sob os braços e o chapéu melão”, George Orwell, 1984.

é simplesmente dirigida contra Israel. Contra Israel desde 1948, contra Israel em sua essência, quer dizer, o sionismo. O que acaba de juntar palestinos de Haifa a Belém e de Gaza a Jerusalém, é a ideia de libertação nacional, e sejamos precisos: de toda a Palestina.

Essa terceira intifada também cria um precedente que Israel ira penar a contrariar ela explode em pedacinhos mais de sete décadas de fragmentação territorial. Jerusalém, Gaza, Haifa, Jenin, Ramala, Hebrom, Jafa, Ramla, Nablus... Pela primeira vez desde 1948 é toda Palestina histórica que renasce, ao mesmo tempo, politicamente e para ela mesma. O que, portanto, constitui um repúdio irrevogável da “Autoridade” palestina, cuja principal função era policiar os palestinos da Cisjordânia, notadamente pela colaboração com as forças de ocupação israelense.

A ironia da história quer que essa terceira intifada se desenrole bem no momento em que deveria haver eleições legislativas, que Mahmoud Abbas adiou indefinidamente, sob o pretexto de que os palestinos de Jerusalém estavam impedidos de votar, mas na realidade sob a pressão de Israel e de divisões no interior do Fatah. Jerusalém então votou e, com ela, seguiu toda a Palestina. A luta pela libertação nacional retoma assim o curso da história.

3 – Uma intifada de um novo gênero

A cada conjuntura, sua estratégia revolucionária adequada. Essa terceira intifada não é nem a intifada das pedras contra os tanques, nem a resistência de Gaza contra o exército israelense, nem o confronto direto ante os colonos israelenses, e nem as marchas para o retorno aos países vizinhos. Ela é tudo isso ao mesmo tempo. E ela toma a iniciativa. A decisão da resistência palestina em Gaza de responder as agressões israelenses contra Jerusalém não é aguardada, e inédita em seu gênero. Ela baliza as lógicas territoriais particularistas minuciosamente postas em prática por Israel, e ela reestabelece o princípio nacional.

O que acontece em Jerusalém tem consequências em Gaza, os levantes na Palestina 48⁶ (Israel) acompanham os da Cisjordânia. Sobretudo, os refugiados na fronteira não são deixados de fora. No momento em que são escritas estas linhas, centenas de palestinos e vizinhos árabes da Jordânia e do Líbano acabam de atravessar – pela primeira vez em três gerações – a fronteira com a Palestina ocupada, invocando as descontinuidades geográficas dolorosas do Bilad As-Sham (os países de Damas) advindas da segregação colonial. Para alguns, o sonho de sempre, quase irreal, acaba de se realizar: massificar a terra palestina e retornar.

Quanto à resistência, ela é multiforme, híbrida. Todos os meios possíveis são mobilizados simultaneamente, e em uma relação de dependência recíproca. Não há contradição entre a resistência armada e a resistência pacífica, elas são complementares. Trata-se, no primeiro momento, de impor a Israel uma nova correlação de forças, uma nova situação que definitivamente a faça dissuadir de perseguir a limpeza étnica em completa liberdade, sem inquietação. Uma das questões principais segue sendo construir em seguida uma estrutura unificada do movimento nacional, comprometida em organizar e reforçar a unidade dessa terceira intifada. A tarefa é imensa.

4 – Uma solidariedade plena e incondicional

O que se revela hoje ao do mundo, setenta e três anos depois do começo da Nakba, é a derrota de Israel de engolfar a Palestina, colocá-la nos abismos do esquecimento. Como em todo repovoamento, a Palestina jamais deixou de se manifestar, externalizar seus sintomas. E atualmente ela se recompõe, ela se reestabelece, ela se reafirma na e pela luta coletiva e nacional.

Sem nenhuma dúvida, a repressão que virá será de uma brutalidade insuspeita. Ela já é. O exército israelense intensifica os bombardeios em Gaza, ameaça uma nova incursão terrestre, e

⁶ Termo que designa os territórios da Palestina conquistados por Israel em 1948.

acaba de dar apoio à polícia em Israel. Nós sabemos como as guerras anticoloniais podem ser violentas, essa é uma das lições do século passado. Nós sabemos igualmente que a libertação é possível: povos venceram. É por isso que a solidariedade incondicional com a resistência palestina pelos seus direitos nacionais e democráticos é mais do que nunca necessária. A luta anticolonial palestina é de todos os progressistas, de todos os anticoloniais, nos quatro cantos do mundo. Sejam os seus companheiros de viagem.

Em Israel, Bibi acabou?¹

Dominique Vidal²

Notas sobre o novo governo israelense

O governo anunciado, se receber o voto de confiança do parlamento, não é surreal a ponto de arriscar implodir no primeiro obstáculo sério, dando novamente chance a Netanyahu? Por que essa coalizão com duas lideranças sucessivas (primeiro Naftali Bennet, depois Yair Lapid) vai dos islamistas de Raam (Mansour Abbas) aos ultra-nacionalistas de À direita (Bennet), do partido sionista de esquerda Meretz (Nitzan Horowitz) ao Nova Esperança do ex-likudnik Gideon Saar, dos trabalhistas (Merav Michaelo) ao partido russo Israel Nossa Casa (Avigdor Liberman), sem esquecer o “centrista” Há Um Futuro (Lapid) e os restos do partido Azul e Branco.

Um governo muito à direita

[Outra questão]: supondo que essa coalizão realmente tome corpo, sua política se diferenciará de fato daquela de Netanyahu? Certamente, o quarteto que deverá conduzir esse governo – Bennet, Lapid, Sa’ar e Liberman – terá no seu interior necessariamente a presença da “esquerda sionista”, sem a qual ele não obteria a maioria. Ele até teve que prometer alguma coisa ao partido de Raam. Mas será mais do que surpreendente se os islamistas, os trabalhistas e mesmo Meretz se opuserem frontalmente às “cabeças” do gabinete, supondo que eles assim o desejam, sob o risco de destruir a coalizão e permitir, assim, o retorno de... Netanyahu.

Dito isso, nós temos que lidar com um governo que se inclina claramente à direita, mesmo que ele tenha o mérito – espera-

¹ Originalmente publicado como *Israël: Bibi, c'est fini?* Em: <https://lanticapitaliste.org/actualite/international/israel-bibi-cest-fini>. Tradução de Pedro Micussi

² É historiador.

mos, ao menos – de “limpar” Netanyahu, condição necessária para qualquer evolução. Bennet, Liberman e Sa’ar são ideologicamente e politicamente homens de direita, e até mesmo, para o primeiro, de extrema-direita – e o que dizer de Ayelet Shaked, que um dia posou ao lado de um frasco de perfume intitulado “Fascismo”? Sua política palestina não se difere do governo de saída – À Direita é um partido anexionista e Israel Nossa Casa uma formação transferista³, e ambos prometem aos colonos que eles não interromperão... a colonização. Eles possuem também em comum com Likud uma visão neoliberal da economia e da sociedade. Eles poderão perseguir essas políticas “exterior” e doméstica se aproveitando de certa virgindade reencontrada. Há quem se reivindique voluntariamente do movimento que, desde o último verão, mobilizou multidões, massivas, mas heteróclitas, unidas por uma só vontade: acabar com Netanyahu?

Razões para a esperança?

Única mudança provável: essa equipe será menos sensível às chantagens dos partidos ultraortodoxos que, ao menos por algum momento, não participarão dele. De repente, os “laicos” – que não são somente Horowitz e Michaeli, mas também Lapid e Liberman – poderão impulsionar a coalizão para novas considerações das aspirações majoritárias a respeito do casamento e do divórcio civil, do funcionamento dos transportes públicos aos sábados, e de certo controle dos setores de ensino religioso – quer dizer, um distanciamento do Estado em relação à Sinagoga.

Outra (tímida) esperança para a esquerda em Israel: que a mudança de equipe permita acabar com a evolução autoritária dos últimos governos. E a lei “Estado-nação do povo judeu?” e do apartheid que ele oficializa? E o arsenal liberticida votado por Knesset? E as ameaças contra o estatuto e as competências da Suprema Corte? Visto pela correlação de forças global e no pró-

³ Os “transferistas” defendem a “transferência” (leia-se: a expulsão) dos palestinos de Israel.

prio interior da coalização, uma verdadeira reversão dessa tendência, contudo, suporia uma mobilização popular para a preservação do que resta de democracia após um reinado de quinze anos de Netanyahu.

Como, aliás, considerar uma ruptura franca e clara de conjunto com as direções escolhidas pelos governos anteriores? Quatro eleições consecutivas confirmaram que, se uma (apertada) maioria de israelenses não queriam mais Netanyahu, uma (larga) maioria permanece à direita, à extrema-direita e no campo ultra-hortodoxo: 72 deputados num total de 120. Além do que, sobre a questão palestina, nem a “esquerda” sionista – salvo Meretz, nem os centristas demonstram uma perspectiva clara, rejeitando, de fato, a anexação, mas sem advogar, por outro lado, a criação de um verdadeiro Estado palestino.



Bicentenário do Peru: vitória popular e as mudanças¹

Jorge Escalante²

Passou mais de um mês desde 6 de junho e, desde então, uma série de manobras e ameaças de golpe de Estado tiveram lugar para ignorar o triunfo de Pedro Castillo e a vontade popular expressa nas urnas. Finalmente, na noite do dia 19 deste mês, a JNE proclamou a vitória oficial de Castillo como presidente.

Em 28 de julho, o novo governo será instalado para iniciar as mudanças pelas quais o povo tem lutado. Nesse mesmo dia comemora-se o bicentenário: 200 anos de vida republicana no Peru. Houve avanços e retrocessos, grandes lutas populares, mas também racismo, machismo e muita corrupção. A permanência de um modelo econômico que exacerbou as desigualdades e já não é adequado. Chegou hoje o momento de se proceder a mudanças fundamentais e o presidente Pedro Castillo tem a responsabilidade de recuperar o país e iniciar as transformações, enfrentando as pressões da direita e do establishment que não cessarão nas suas tentativas de boicotar o seu governo. Contra isso, Castillo terá de contar com a mobilização e a força do nosso povo para avançar nos seus objetivos. Não será fácil: a pressão é muito forte, o que é mais uma razão para o apoio popular ser um pilar fundamental.

Keiko e a sua comitiva dizem reconhecer os resultados dados pela JNE, mas afirmam que Pedro Castillo como presidente não tem “legitimidade”. Esse setor corrupto e de direita não vai parar nas suas tentativas de golpe, seu correlato estará no Parlamento onde já começaram a sua ofensiva. De forma antidemocrática, deixaram de fora das eleições do Conselho de Administração do Congresso a lista em que os nossos congressistas de Nuevo Perú

1 Tradução: Nicolás Calabrese.

2 Líder Nacional de *Nuevo Perú*.

participavam e, certamente, continuarão a atacar o sentimento de mudança pelo qual o nosso povo anseia, mas isso colidirá com a resistência do povo, que derrotou a direita em seu terreno (as eleições) e nas ruas, mobilizando e organizando.

Conseguimos impor uma grande vitória popular em toda a linha, mas a luta continua, pela defesa da democracia, pela realização das mudanças pelas quais votamos, contra a corrupção de todos os tipos e que criminosos como a sra. K paguem por todos os danos causados ao Peru e aos peruanos. Procuradores e juízes anticorrupção devem aplicar penas severas e confiscar os bens mal adquiridos. O Sr. López Aliaga, uma expressão da direita fascista, deve pagar ao Estado os milhões de dólares que deve. A ala direita por detrás do fujimorismo vê os seus privilégios ameaçados, e à medida que este novo processo avança, tornar-se-á também muito mais conflituoso, aguçando a polarização que nos levará mais uma vez às ruas e praças.

Tarefas e o problema da liderança

Numa de suas últimas intervenções Castillo afirmou: “Quando chegarmos ao poder, não seremos surdos e mudos, como sempre criticamos. É por isso que, em 28 de julho, dando início à mensagem da nação, vamos colocar perante o Congresso o primeiro pedido do povo: o agendamento imediato da instalação da assembleia constituinte para escrever a primeira Constituição do povo”.

A concretização dessa medida abrirá o caminho para a transformação e recuperação do país. No entanto, a resistência da direita representada no Congresso fará o impossível para impedi-la, o que coloca o movimento diante de tarefas imediatas: primeiro, fortalecer a “Frente Nacional pela Democracia e Governabilidade”, um espaço que surgiu no calor da luta e que reúne diversos setores que se mobilizam, como organizações sociais, professores, coletivos, universidades, mulheres, partidos de es-

querda como Nuevo Perú, etc. Por enquanto, a realidade é que essa coordenação centraliza as ações, tais como as mobilizações impressionantes que ocorreram, os plantões, etc.

A tarefa é incentivar o aprofundamento desse espaço para que mais setores continuem se unindo, para replicá-lo nas regiões, províncias e distritos, para garantir que seja um espaço democrático que respeite as opiniões e, acima de tudo, após o 28 de julho, essa Frente Nacional deve continuar a se desenvolver e ser a ponte entre a rua e o povo, tanto para apoiar Castillo diante dos ataques da direita, mas também deve desempenhar um papel decisivo para pressionar as mudanças tão esperadas.

Tal tarefa também deve ser o papel de Nuevo Perú dentro da coalizão governamental: o partido deve confiar plenamente na força do movimento popular, estar do lado do povo e desta fantástica vanguarda de lutadores, que tem derrotado até agora todas as tentativas de golpe, e exigir que o companheiro Pedro Castillo cumpra suas promessas – contar apenas com a força da mobilização, que é invencível quando é implantada em toda sua magnitude, para alcançar todas as mudanças e direitos que nosso povo merece.

O Peru faz parte desse processo na região, em que os povos de países irmãos, como Colômbia, Chile e Brasil, estão ganhando as ruas como resultado do esgotamento do modelo neoliberal e do sistema capitalista em crise. Por tudo isso, também é necessário mostrar solidariedade com as lutas de nossos irmãos e irmãs latino-americanos.



Um grito¹

Leonardo Padura²

Parece bem possível que tudo o que aconteceu em Cuba desde o último domingo, 11 de julho, tenha sido encorajado por um maior ou menor número de pessoas contrárias ao sistema, algumas delas até mesmo pagas, com o objetivo de desestabilizar o país e causar uma situação de caos e insegurança. Também é verdade que em seguida, como costuma acontecer nesses eventos, ocorreram atos oportunistas e lamentáveis de vandalismo. Mas acredito que nenhuma das evidências tira um pingão de razão do grito que escutamos. Um grito que também é fruto do desespero de uma sociedade que atravessa não só uma longa crise econômica e uma crise pontual de saúde, mas também uma crise de confiança e uma perda de expectativas.

A esse clamor desesperado, as autoridades cubanas não deveriam responder com os habituais lemas, repetidos há anos, e com as respostas que essas autoridades querem ouvir. Nem mesmo com explicações, por mais convincentes e necessárias que sejam. O que se impõe são as soluções que muitos cidadãos esperam ou exigem, alguns se manifestando na rua, outros dando sua opinião nas redes sociais e expressando sua desilusão ou discordância, muitos contando com os poucos e desvalorizados pesos que têm em seus empobrecidos bolsos e muitos, muitos mais, fazendo filas em um silêncio resignado por várias horas sob sol ou chuva, inclusive com a pandemia, filas nos mercados para comprar comida, filas nas farmácias para comprar medicamentos, filas para conseguir o pão nosso de cada dia e para tudo imaginável e necessário.

Acredito que ninguém com um mínimo de sentimento de

¹ Tradução de Isabella Meucci publicada originalmente pelo *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/16/um-grito-padura-escreve-sobre-as-manifestacoes-em-cuba/>

² Famoso escritor cubano, autor de inúmeros livros, entre os quais *O homem que amava os cachorros* (Boitempo, 2013).

pertencimento, com um sentido de soberania, com uma responsabilidade cívica pode querer (ou mesmo acreditar) que a solução para esses problemas venha de qualquer tipo de intervenção estrangeira, muito menos de natureza militar, como chegaram a pedir alguns, e que, também é verdade, representa uma ameaça que não deixa de ser um cenário possível.

Também acredito que qualquer cubano dentro ou fora da ilha sabe que o bloqueio, ou embargo comercial e financeiro dos Estados Unidos, como queiram chamá-lo, é real e se internacionalizou e intensificou nos últimos anos. E é um fardo muito pesado para a economia cubana (como seria para qualquer outra economia). Aqueles que vivem fora da ilha e querem hoje ajudar seus familiares em meio a uma situação crítica, podem comprovar que existe e o quanto existe ao serem praticamente impedidos de enviar uma remessa para seus familiares, só para citar uma situação que afeta muitos. É uma política antiga que, aliás (às vezes alguns esquecem), praticamente todo o mundo tem condenado por muitos anos nas sucessivas assembleias das Nações Unidas.

E não acredito que alguém possa negar que também foi desencadeada uma campanha midiática na qual, até das formas mais grosseiras, foram divulgadas informações falsas que, do princípio ao fim, só servem para diminuir a credibilidade de seus gestores.

Mas acredito, junto a tudo o que foi dito acima, que os cubanos precisam recuperar a esperança e ter uma imagem possível de futuro. Se a esperança se perde, perde-se o sentido de qualquer projeto social humanista. E a esperança não é recuperada pela força. Ela é resgatada e alimentada com soluções, mudanças e diálogos sociais, que por não chegarem têm causado, entre tantos outros efeitos devastadores, os anseios migratórios de tantos cubanos e agora provocam o grito de desespero de pessoas entre as quais certamente havia criminosos oportunistas e pessoas pagas para tanto. Embora eu me recuse a acreditar que no meu país, a esta altura, possa haver tanta gente, tantas pes-

soas nascidas e educadas entre nós que se vendam ou cometam crimes. Porque se assim fosse, isso seria fruto da sociedade que os fomentou.

A forma espontânea com que um número notável de pessoas também tem se manifestado nas ruas e nas redes, sem se atrelar a nenhuma liderança, sem receber nada em troca ou roubar nada pelo caminho, deveria ser um alerta. E penso que é uma amostra alarmante das distâncias que se abriram entre as esferas políticas dirigentes e as ruas (e isso foi até mesmo reconhecido pelos dirigentes cubanos). Só assim se explica que o que aconteceu, sobretudo em um país onde quase tudo se sabe quando se quer saber, como todos nós também sabemos.

Para convencer e acalmar os desesperados o método não pode ser o das soluções de força e obscuridade, como impor um apagão digital que cortou há dias as comunicações de muitos, mas que não impede as ligações de quem quer dizer alguma coisa, a favor ou contra. Muito menos pode se empregar como argumento de convencimento a resposta violenta, especialmente contra os não violentos. E já se sabe que a violência pode ser não apenas física.

Muitas coisas parecem estar em jogo hoje. Talvez até depois da tempestade venha a calmaria. Talvez os extremistas e fundamentalistas não consigam impor suas soluções extremistas e fundamentalistas, e não se enraíze um perigoso estado de ódio que tem crescido nos últimos anos.

Mas, de qualquer forma, é necessário que cheguem as soluções, respostas que não deveriam ser apenas de natureza material mas também de caráter político. E assim uma Cuba melhor e inclusiva poderia responder às razões desse grito de desespero e perda de esperanças que, em silêncio, mas com força desde antes do 11 de julho, vinham de muitos de nossos compatriotas. Esses lamentos que não foram escutados e cujas chuvas originaram esse lamaçal.

Como cubano que vive em Cuba, trabalha e acredita em Cuba, presumo que tenho o direito de pensar e expressar minha opinião sobre o país em que vivo, trabalho e acredito. Já sei que em momentos como este e ao tentar expressar uma opinião, acontece de ser “sempre reacionário para alguns e radical para outros”, como disse certa vez Claudio Sánchez Albornoz. Também assumo esse risco, como um homem que almeja ser livre, que espera ser cada vez mais livre.

Mantilla (Havana), 15 de julho de 2021

Em solidariedade ao povo de Cuba

Secretariado Nacional do MES

As grandes manifestações populares que tomaram as ruas de Cuba nos últimos dias trazem à tona as inúmeras contradições vividas no país hoje. Desencadeadas como consequência da profunda crise econômica combinada com a incapacidade do governo para enfrentar a situação, a revolta ocasionada por cortes de energia se ampliou para um questionamento social mais profundo em um contexto similar às reações populares por melhores condições de vida ocorridas em vários outros países do continente.

O governo dos EUA cinicamente vem defendendo a mobilização do povo cubano. Se realmente quisessem ajudar Cuba, acabariam com bloqueio econômico e Biden revogaria as medidas adotadas por Trump, mas o que querem é agradar a comunidade anticastrista contrarrevolucionária que domina a política norte-americana sobre Cuba. Alguns setores dessa extrema-direita inclusive defendem a invasão do país, o que nada mais é do que a reiteração da política externa imperialista levada até as últimas consequências. O povo cubano não será jamais defendido por estes, e os internacionalistas do mundo tem hoje a tarefa de solidariedade e apoio às justas mobilizações do povo cubano sem vacilar nessa posição antiimperialista.

O criminoso bloqueio econômico não pode servir de escudo permanente para um regime político que não tem mecanismos de consulta popular genuína nem permite a liberdade de expressão por fora dos limites do partido governante. E a resposta do governo cubano perante as manifestações foi similar às de outros governos da região, utilizando da repressão policial contra a população mobilizada e realizando uma série de prisões contra os manifestantes, destacando-se entre elas a do companheiro Frank

Garcia Hernández, historiador marxista, de militantes socialistas como Leonardo Romero Negrín, entre outros ativistas sociais.

Clamando para que os “verdadeiros revolucionários” fossem às ruas combater a manifestação popular, o presidente Díaz-Canel apostou no acirramento da violência ao invés de responder às verdadeiras causas do protesto. O acesso à internet, aberto à população no país somente há poucos anos atrás, foi derrubado como forma para impedir a comunicação seguindo o mesmo padrão utilizado em outros momentos no país, ao mesmo tempo que forças policiais foram deslocadas para pontos estratégicos das principais cidades, militarizando os espaços e aprofundando a indignação. Esta postura repressiva pode empurrar o movimento de massas na pior direção, identificando erroneamente o imperialismo como ponto de apoio para sua emancipação quando sabemos que pavimentamos o caminho do retrocesso e da desorganização.

O que o governo cubano insista em caracterizar como parte de uma ação imperialista de desestabilização são na verdade manifestações espontâneas sem qualquer tipo de organização convocante. São consequência da profunda piora das condições de vida na ilha nos últimos meses – agravadas pela pandemia da Covid 19 – mas tendo como motivo central as reformas capitalistas que o governo cubano vem aplicando através do conjunto de medidas da Tarea Ordenamiento. Esse pacote econômico eliminou o câmbio duplo ao mesmo tempo em que se realizaram cortes profundos nas gratuidades, nos serviços públicos e nas subvenções estatais de preços de produtos básicos, avançando no desenvolvimento do setor privado e incrementando a desigualdade econômica no país.

Esta insatisfação se combina com a falta da liberdade de expressão e a permanente repressão política contra críticos do regime, voltada não somente contra os grupos impulsionados pelo imperialismo estadunidense mas principalmente contra setores

independentes da sociedade e contra comunistas dissidentes. A repressão aos artistas levada a cabo desde o final de 2020, que teve sua maior expressão em San Isidro com a prisão de artistas, desencadearam ampla solidariedade e aprofundaram a indignação que se combinava contra a piora das condições de subsistência e as novas reformas capitalistas.

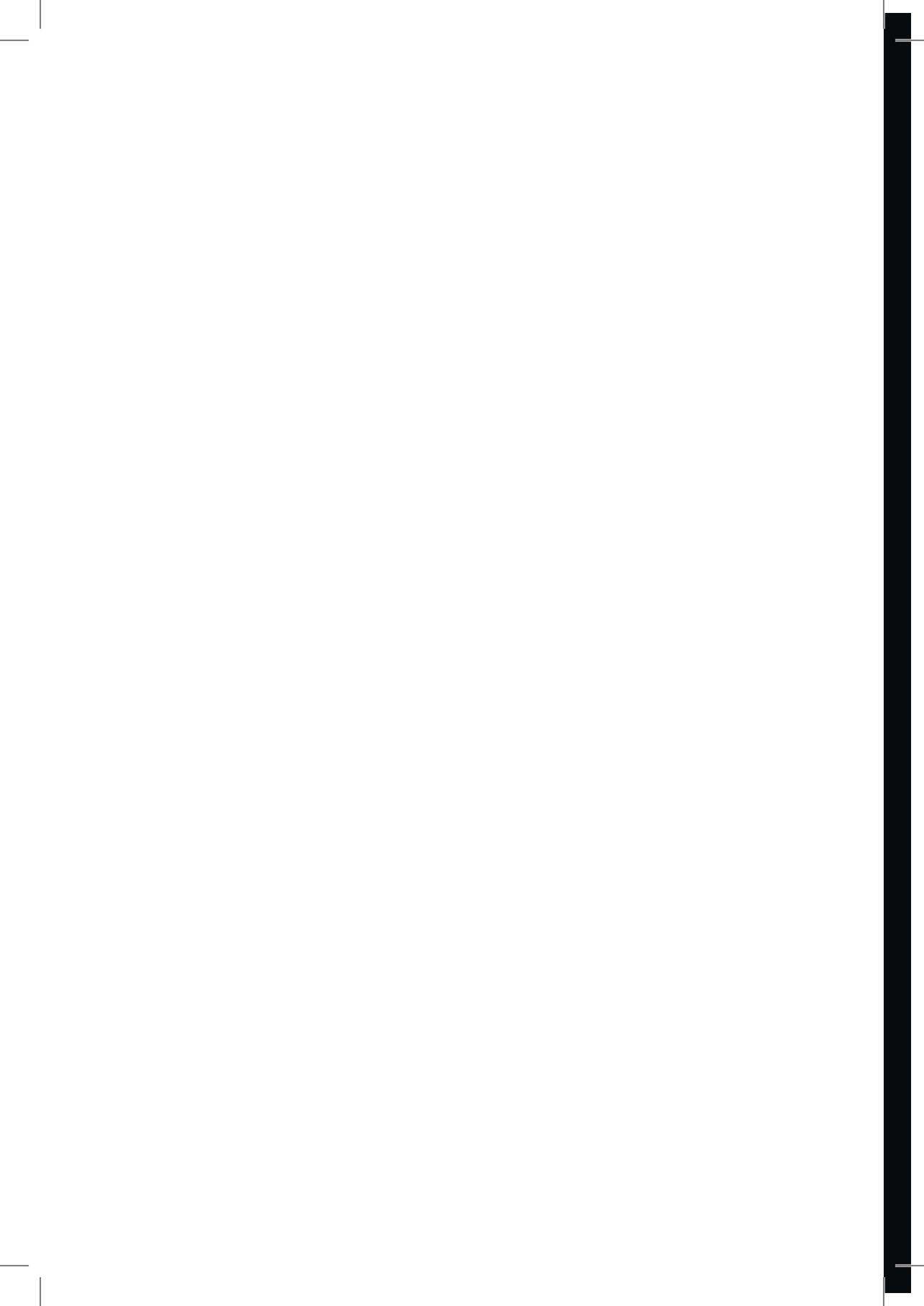
Nossa solidariedade à Cuba contra as ofensivas imperialistas não pode apagar nossa solidariedade ao povo cubano em sua defesa das conquistas econômicas da Revolução, nem nossa denúncia frente às prisões arbitrárias de camaradas socialistas que divergem da orientação central do partido único. Esses dois aspectos da nossa luta internacionalista são indissociáveis da nossa posição de solidariedade ao povo cubano nos dias de hoje.

Liberdade para Frank Garcia Hernandez e outros camaradas presos!

Abaixo o bloqueio econômico!

Contra as reformas capitalistas em Cuba!

Pela autodeterminação do povo cubano!



**Homenagem a
Tito Prado (1949-
2021)**

...the ...

Tito Prado, presente!

Pedro Fuentes¹

Faleceu Tito Prado. Militante e dirigente, fundador do Nuevo Perú e da corrente Súmate.

Depois de um mês lutando contra a Covid-19, seu corpo não resistiu. Deixa um legado indelével e dois filhos que criou praticamente sozinho, porque sua companheira morreu quando estavam ainda na infância. São cinquenta anos de militância desde que muito jovem se juntou ao trotskismo e começou a militar em seu país natal, atendendo todos os domingos com chuva ou sol a Hugo Blanco na prisão do Frontón. Sua militância internacionalista o levou a Espanha onde militamos juntos na condução da corrente internacional UIT junto com os companheiros do POR.

Era um arquiteto brilhante em sua profissão, mas ainda mais em sua obra política. Genuíno representante da esquerda trotska peruana com raízes históricas desde a revolução agrária nos Valles de Chaupimayo e Lares em Cuzco. Foi construtor do FO-CEP, essa frente que o trotskismo dirigiu e chegou a ter influência de massas.

Sua morte ocorre em seu melhor momento de militância, quando construía o partido Nuevo Perú e sua corrente Súmate, que somava cada vez mais militantes em suas fileiras. Um internacionalista do pé a cabeça, que sabia trabalhar em equipe, que fazia tudo com paixão, carinho e paciência, de um caráter humano invejável. Um verdadeiro representante dessa geração que se somou às fileiras da revolução nos anos 70.

Seu internacionalismo o levou a somar-se às fileiras do movimento trotskista desde seu começo de militância, e faz alguns anos que passamos a compartilhar juntos a construção da IV Internacional que teve sua origem no Secretariado Unificado.

Seu corpo se foi, mas seu legado permanece. Seus filhos,

¹ Dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES).

Marcelo e Cristina, e seus camaradas de militância. Juntos continuaremos sua obra. Tito Prado Presente, agora e sempre!

Tito Prado, presente! Agora e sempre!

Roberto Robaina¹

Não pensei que teria que escrever estas linhas. Pelo menos não tão cedo. Hoje sofremos um duro golpe. Um golpe terrível para nossa corrente política e para nossos irmãos marxistas revolucionários peruanos. Tito Prado, que para mim era o principal dirigente trotskista do Peru, faleceu no dia de hoje. A Covid-19 nos provocou uma perda muito forte. Comecei a militar com ele em 1992. Sem ele eu não teria chegado até aqui. Foi um mestre. Foi determinante em momentos difíceis de nossa construção. Não tê-lo mais é pesado.

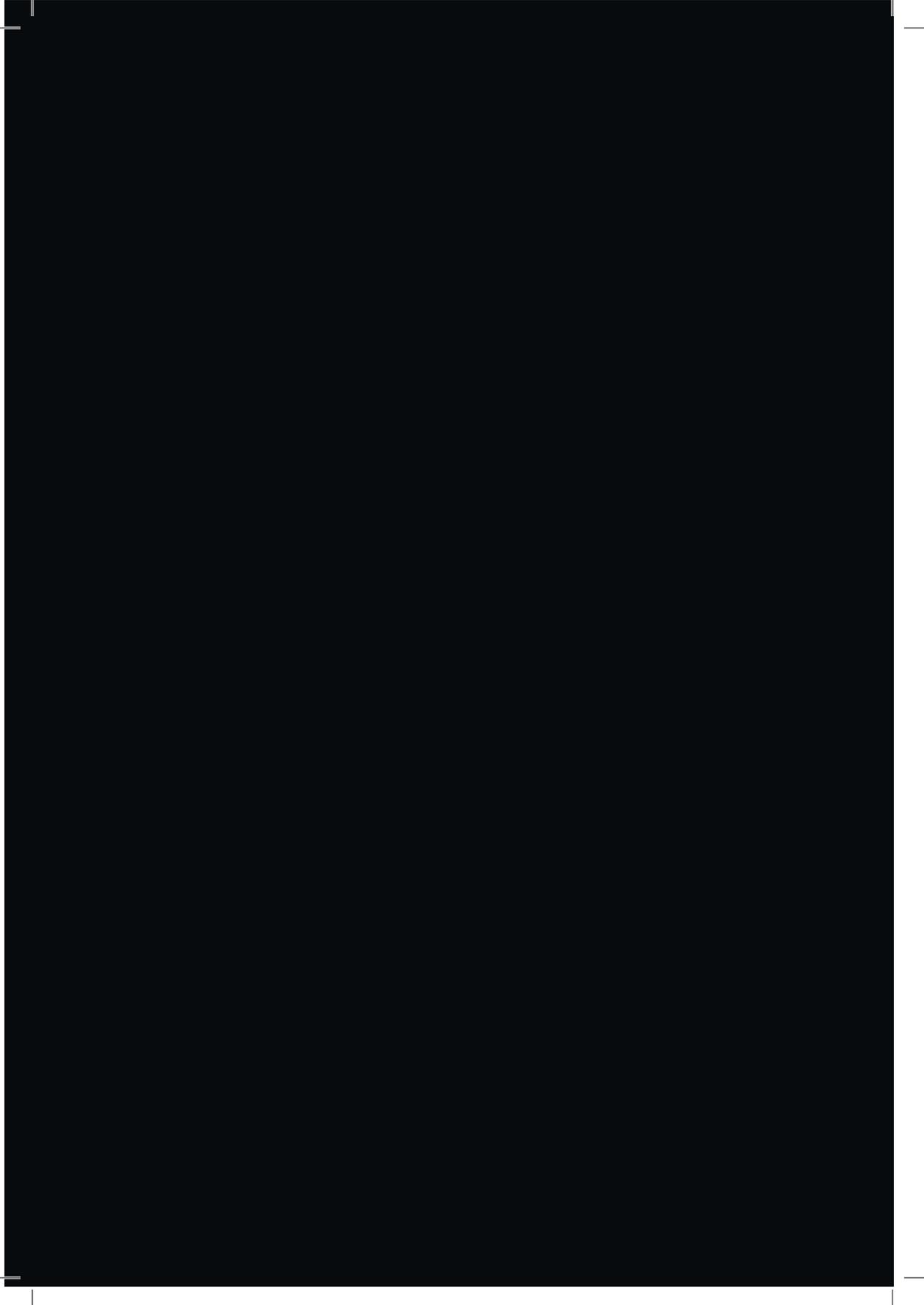
Tito era um pensador e um lutador. Militante desde os anos 60, viveu na Argentina e na Espanha. Esteve muitas vezes no Brasil conosco. Deixa um casal de filhos jovens, Marcelo e Cristiana. Desde o Brasil enviamos nosso apoio, nosso abraço fraterno.

Tive a honra de militar muito tempo com Tito. Posso dizer que eu o conheci bem. Ele tinha a força moral da classe trabalhadora peruana e era herdeiro dos mais guerreiros libertadores das Américas, sendo bisneto de Leôncio Prado, militar peruano que lutou contra o império espanhol, herói peruano e herói e libertador de Cuba. Tito era pura elegância, talento e persistência. Vi isso pessoalmente quando estive no Peru e ele estava na linha de frente da luta pela derrubada da ditadura Fujimori. Nesta hora triste e difícil, ele diria para nós seguirmos a luta com toda nossa força. É o que faremos. Em nome dele. Em homenagem a memória dele. Tito Prado, presente!

¹ Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista (MES), editor da *Revista Movimento* e vereador de Porto Alegre.



Vários



Nova crise hídrica e a luta contra a mercantilização da água: presente e futuro em disputa

Mônica Seixas¹ e Marcela Durante²

Enquanto Dubai estava produzindo tempestades artificiais para tentar amenizar a onda de calor que assola a região, os chineses viviam em julho a pior chuva dos últimos mil anos, segundo autoridades meteorológicas do país. Com centenas de carros submersos e pessoas encurraladas por inundações no metrô, o nível de precipitação esperado para um ano foi concentrado em apenas 4 dias, deixando um cenário dramático de ao menos 33 mortos com milhares de desaparecidos e desabrigados e mais de 1,2 milhão de pessoas afetadas até este momento. China e Taiwan ainda sentem os efeitos dessas fortes chuvas e ventos. Os transtornos causados pela emergência climática afetaram recentemente não só países da Ásia e África, mas também da Europa como Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e França. Enquanto o Brasil enfrenta uma frente fria histórica, Canadá e noroeste dos EUA encontram-se em uma “Cúpula de Calor” que ultrapassou os 49°C, levando a centenas de óbitos, afetando a vida marinha e colocando diversos ecossistemas em altíssima vulnerabilidade.

Não à toa a gestão das águas tem se tornado um tema prioritário na agenda internacional pela constatação de que a água é um recurso natural do qual as atividades econômicas e sociais dependem, assim como o equilíbrio das funções ecossistêmicas. A mercantilização da água já é uma realidade cada vez mais presente nos municípios Brasil afora, colocando esse bem comum como mais uma mercadoria a favor dos lucros da especulação do capital.

Exemplo desse processo histórico é que o Brasil vive desde

1 É deputada estadual (PSOL-SP).

2 Bióloga e militante ecossocialista do PSOL-SP.

maio deste ano a primeira Emergência Hídrica de sua história. Com 12% das reservas de água doce do mundo, o país vive risco de desabastecimento de água, prolongado e agravado por uma conjunção de fatores: falta de chuvas causadas pela emergência climática e desmatamento, inversão das prioridades na lógica de segurança hídrica, exploração predatória de ecossistemas, além do agravo com a ausência de um plano estratégico ecológico em todos os níveis. Em 2021, o governo federal emitiu pela primeira vez na história um alerta a nível nacional anunciando a crise hídrica e elétrica que está em curso. Isso no mesmo ano em que a ONU alertou que a seca pode ser a próxima pandemia, em uma escala que rivalizará com a pandemia de Covid-19.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), aproximadamente dois terços da Terra estão cobertos de oceanos de água, no qual cerca de 97% do total no planeta é salgada e, portanto, imprópria para o consumo. Restam assim pouco menos de 3% sob a forma de água doce, mas destes mais de 2,5% estão congelados na Antártica, no Ártico e em geleiras, indisponíveis para uso imediato. Os números demonstram a dimensão e relevância do nosso papel no cenário internacional, assim como traz também a dimensão dos problemas socioambientais e políticos que enfrentaremos no próximo período, caso não haja uma ruptura com lógica predatória de exploração dos recursos a qualquer custo.

A floresta amazônica hoje é conhecida por emitir mais gases do efeito estufa do que capturá-los, uma completa inversão das funções ecológicas desse bioma. É sabido que o desmatamento desenfreado tem vários efeitos sobre a chuva, desde seu regime até o escoamento da água pela paisagem, que dá origem às enchentes. Acontece que mesmo que freássemos todo o desmatamento da Amazônia hoje, ainda assim, sofreriamos graves consequências pelos danos e desequilíbrios causados até aqui. Assim, barrar Bolsonaro, João Doria e seus projetos privatistas e

ecocidas é prioritário.

Os ecocidas devem ser responsabilizados pela crise. Os legados de Ricardo Salles e Bolsonaro aprofundaram a deterioração da Amazônia, Pantanal e Cerrado, bioma este que é berçário das águas e que passa por forte desmatamento com ressecamentos dos aquíferos que nutrem rios, planícies e demais biomas brasileiros. Na verdade, o Brasil é altamente vulnerável à emergência climática, especialmente em relação à adaptação aos extremos climáticos – secas e chuvas intensas – por ser extremamente dependente dos recursos hídricos para produção de energia elétrica, de alimentos e abastecimento urbano. Na Amazônia, uma pastagem limpa escoar a água da chuva, pela superfície e entre os igarapés, até vinte vezes mais que em florestas intactas ao lado. A frase “Sem Amazônia, Sem Água” nunca foi tão real e próxima da nossa atual realidade. Sem floresta, não há água, tampouco segurança hídrica.

A transversalidade do tema água é ampla e necessária, tendo suas implicações em outras áreas como saúde pública, planejamento urbano, energia, agricultura e segurança alimentar e nutricional, energia, educação, dentre outras. É importante ressaltar que a Emergência Hídrica está nos levando a uma grave crise energética. Essas crises, combinadas às ondas de privatização, vem afetando setores hídrico, energético, saneamento, mas também vários outros ramos que prestam serviços essenciais à sociedade. Detentora de 30% da geração e 45% da transmissão, a privatização da Eletrobrás também provoca o questionamento sobre a quem interessa entregar esse setor vital para a vida dos brasileiros. Isso resultaria na formação de mais oligopólios, que vão na contramão das reais necessidades dos brasileiros. Enquanto 22% provêm de termelétricas, 65% da energia produzida no Brasil é proveniente de usinas hidrelétricas, o que demonstra nossa enorme dependência da água, clima e regime de chuvas. No Brasil, quando tratamos de uma crise energética, tratamos

necessariamente sobre a gestão das águas, onde carece de regulamentação e implementação de políticas públicas para o controle social pela população.

O baixo nível d'água reduziu a capacidade de geração de energia elétrica por meio hídrico, demandando um uso mais intensivo das demais fontes, como usinas termelétricas – que possuem um custo operacional mais alto, além de serem muito mais poluentes. Acontece que esse panorama já repercutiu no bolso da população, pois desde o início do mês de maio estamos sob a bandeira vermelha que representa um dos níveis mais elevados de tarifa de energia elétrica. Tarifa essa que só tende a subir ainda mais até o final do ano. O conhecimento de possíveis cenários futuros climático-hidrológicos e de suas incertezas vêm sendo explicitados por cientistas de diferentes áreas. Invertendo a lógica do lucro, isso permitiria estimar e atender às demandas hídricas futuras, definindo as políticas ambientais de uso, planejamento e gerenciamento hídrico com controle popular e democrático. É nítido que não há interesse por parte do capital e autoridades governamentais em implementar políticas públicas para lidar com a adaptação climática e segurança hídrica, tampouco inverter a lógica desse sistema.

Outro fator importante é que a Bacia do Paraná já se encontra em crise hídrica, situação que é reconhecida pela ANA. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) está, em boa parte, integrada à Bacia do Paraná. Portanto, tecnicamente, já estamos enfrentando uma crise hídrica na RMSP, cuja tendência é se estender até 2022 pelo menos, já que os prognósticos climáticos indicam que teremos uma primavera e um verão menos chuvosos. O crescimento populacional, a tendência estadual e nacional de mercantilização das águas e a emergência climática têm agravado essa situação e limitam a segurança hídrica de uma população de quase 21 milhões de habitantes.

Fato é que a situação hídrica é preocupante em diversas re-

giões do país. Por exemplo, o Sistema Cantareira é o maior reservatório de água da região metropolitana e abastece cerca de 7,5 milhões de pessoas por dia, 46% da população da Grande São Paulo, segundo a ANA, órgão que regulamenta o setor. Este mesmo sistema, que antes da Crise Hídrica de 2014-2015 ainda atingia 100%, agora pode terminar o ano com apenas 30% de sua capacidade. O Alto Tietê também teve déficit no volume de chuvas em relação à média histórica. Somados, Cantareira e Alto Tietê abastecem mais de 12 milhões de pessoas na RMSP. No entanto, a Sabesp nega risco de abastecimento neste momento, mas não fala sobre risco em 2022. Se esquiva do debate aberto com a população, mantendo a sete chaves seu diálogo com o governo do estado e demais interessados do setor privado. Mesmo negando, essa Companhia já está aumentando progressivamente o racionamento de água à medida que o reservatório vai baixando, o que mantém os acionistas da bolsa de valores ainda interessados nessa empresa que, por enquanto, é de capital misto. Evidenciando o racismo ambiental, os racionamentos são concentrados em regiões periféricas e entendidas pelo governo como de “difícil acesso”. Além disso, afirmam que o Sistema Cantareira está muito mais bem preparado para enfrentar a crise deste ano quando comparado ao período de 2014-2016. Fato é que os dados oficiais sobre abastecimento dos reservatórios não demonstram o mesmo otimismo no prognóstico.

Semanalmente chegam até nós, via mandato e militantes, relatos diversos que tratam da falta de abastecimento de água – ou sua má qualidade – em diferentes regiões, tanto na capital e RMSP quanto no interior do estado. Há denúncias de falta d’água em Itu – onde pessoas ainda ficam de 3 a 4 dias sem um pinga na torneira –, São Carlos, Araraquara, Bauru, Osasco e bairros periféricos de todas as zonas da capital de São Paulo. E quando chove, enchentes se alastram e destroem tudo no entorno. Isso preocupa quando pensamos na situação dos mananciais, vulne-

rabilidade socioambiental e abastecimento de água para as populações mais vulneráveis. Os rios e mananciais estão secando e a água chega barrenta na torneira dos trabalhadores e mães chefes de família, afetando a qualidade de vida especialmente de mulheres, negros, indígenas, caiçaras, quilombolas, periféricos e pessoas em situação de rua. Em momentos de crise, o racismo ambiental é escancarado e aprofundado.

Mas foi em 27 de maio deste ano que o Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), coordenado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, órgão ligado ao MAPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), com a participação de todos os órgãos federais ligados à meteorologia, ANA e o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) emitiram um alerta de *Emergência Hídrica* associado à escassez de precipitação para a região hidrográfica da Bacia do Paraná que abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná para o período de Junho a Setembro de 2021.

A escassez hídrica na RMSP não é algo recente. Entre 1950 e 2014, foram ao menos sete episódios de escassez intensa, conforme apontam especialistas e cientistas da área. Contudo, é a primeira vez que um alerta nacional de Emergência Hídrica, com esse caráter, é emitido. Motivo que deve preocupar e muito as instituições governamentais, indústrias, mas principalmente as camadas mais vulneráveis da sociedade civil, que já sofrem as consequência de aumento nas tarifas de água e luz. No próximo período, enquanto as tarifas tendem a ficar mais caras, a insegurança hídrica tende a se instaurar, afetando ainda mais dramaticamente populações em alta vulnerabilidade socioambiental. Com a privatização das companhias de saneamento básico e da Eletrobras, corremos um grave risco de viver uma nova crise hídrica e uma onda de apagões, como ocorreu em 2001.

Mas se água é vida, precisamos cuidá-la e distribuí-la melhor. Devido à emergência climática em curso, reduções no volume anual de chuvas não são situações raras e devem ser prioritariamente consideradas no planejamento do sistema de abastecimento não só do município de São Paulo e RMSP, mas do estado como um todo, atendendo as pessoas em situação de alta vulnerabilidade nas áreas rurais e periféricas. Em todas as esferas presentes no estado de São Paulo, falta transparência, responsabilidade e compromisso por parte do setor público em cobrar os verdadeiros culpados pela atual crise ecológica e hídrica: bilionários ligados às grandes indústrias do capital e a agropecuária.

Se, por um lado, o tempo vem se mostrando cada vez mais seco há muitos meses, por outro, há uma forte tendência à privatização das companhias de água e esgoto. Nesse contexto, a ALESP aprovou o PL 251/2021 que propõe – de forma autoritária, tecnicamente desqualificada e sem diálogo algum com a sociedade civil ou órgãos relacionados – a regionalização do saneamento básico utilizando estritamente o critério econômico, a fim de satisfazer as demandas das grandes empresas interessadas no setor. Sendo um passo decisivo para entregar o setor de saneamento à iniciativa privada, o governador João Doria sancionou o PL 251, promulgado como Lei 17.383/2021, afirmando que a medida garantirá a universalização do saneamento básico no estado, mesmo que sem citar como isso se dará na zona rural ou em áreas periféricas onde há ocupações irregulares. Qual interesse uma empresa privada teria em fornecer os serviços básicos em regiões distantes, periféricas ou sem infraestrutura? Nenhuma! Não haverá universalização do saneamento básico se entregarmos à iniciativa privada. Sem esquecer que foi aprovado nacionalmente no ano passado o já mencionado Novo Marco Legal do Saneamento. Uma sucessão de projetos privatistas muito bem articulados.

Vivemos uma onda de privatizações dos setores essenciais à sociedade brasileira e paulista. Enquanto o sudeste do país en-

frenta a maior crise hidrológica dos últimos 91 anos, a imprensa vem mostrando que o governo de SP contratou uma empresa ligada ao Banco Mundial para analisar a privatização da Sabesp. Em entrevista ao Valor, o ex-ministro Henrique Meirelles, que hoje está à frente da Secretaria de Fazenda do governo João Doria (PSDB), disse que “muito provavelmente” o trabalho ficará a cargo do IFC (International Finance Corporation). Já Paulo Guedes comemorou recentemente o elevado consumo de energia elétrica, afirmou que está “bombando” e disse ter prognósticos muito otimistas para a economia ainda neste ano. Se a arrecadação e a economia encontram-se em um cenário tão positivo, por que ainda temos mais de 19 milhões de brasileiros passando fome? Por que o estado mais rico do país não consegue garantir a universalização do tratamento de esgoto e acesso à água? É hora de taxar grandes fortunas, enfrentar corporações e buscar alternativas populares para estas crises que se somam. Sem perspectiva alguma de fim, as crises só se aprofundam. Guedes, ministro da economia de Bolsonaro, prometeu também que a nova lei do saneamento promoverá a universalização do saneamento básico, garantindo a milhões de brasileiros acesso ao tratamento de água e esgoto.

No entanto, sabemos que essas novas legislações do saneamento aqui mencionadas são estimuladas e elogiadas prioritariamente por agentes ligados ao mercado financeiro, atraindo a iniciativa privada para o saneamento e gerando lucro aos empresários. A suposta solução de impor participação do setor privado na prestação de serviços é o caminho da precarização e aumento das tarifas dos serviços, processos historicamente conhecidos e que se repetem. Em geral, quando isso acontece é devido à restrição de acesso ao crédito por parte do prestador público e pressão externa relacionada a políticas econômicas e fiscais para ceder espaço para as concessionárias privadas. Nota-se que a Lei 17.383, da regionalização do saneamento em São Paulo, é a im-

plementação do Novo Marco Legal do Saneamento a nível estadual, fazendo do estado mais rico do país um grande laboratório da mercantilização da água. Resta indagar novamente: quem ganha com a privatização?

No nosso mandato, tivemos a oportunidade de questionar o governador de SP e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) sobre qual a estratégia para frear a crise hídrica e elétrica que se aprofundará nos próximos meses. No entanto, o Governo do estado e a Sabesp afirmam que “estão tranquilos” quanto ao abastecimento de água das regiões metropolitanas, em especial a de São Paulo, embora estejam recomendando ações para conscientização da população para reduzir o consumo individual. Ao passo que o desafio cresce com as perspectivas de aumento da demanda de água em 40% até 2030, segundo dados da UNESCO. É preciso aprimorar o sistema de gestão participativa e controle social das águas, visando inverter a sua lógica de lucro para garantir o atendimento à demanda crescente de um recurso limitado em quantidade nos territórios e, muitas vezes, impactado em qualidade por atividades antrópicas predatórias, frequentemente ligadas a grandes indústrias. É o caso do agronegócio: utilizam grande parcela da água doce nacional, envolvendo atividades poluidoras em larga escala como pulverizações aéreas, que comprometem nossos rios, a saúde coletiva de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais.

Todas as previsões de climatologistas apontam para a continuidade da escassez de chuvas até o final do primeiro semestre de 2022, em função de dois fenômenos: o incontrolável embora previsível La Niña e a mudança do regime de chuvas no Sudeste brasileiro em razão do desmatamento amazônico que reduz as massas de água nos *Rios Voadores*. Entretanto, é uma completa irresponsabilidade por parte das autoridades governamentais não dar a devida transparência à crise e depender da iniciativa privada e do regime de chuvas – ou de São Pedro, como costumam in-

vocar– para garantir a segurança hídrica da nossa população. O déficit de chuvas atual, segundo o comitê de órgãos do governo, é considerado severo. Se água se planta, a única forma de reverter esse cenário seria com implementação de políticas públicas de reflorestamento em massa, restauração de ecossistemas, com recuperação das nossas florestas e biomas em todas as escalas: local, regional, estadual e nacional.

Não é de hoje que o abastecimento humano de água conflita-se com os interesses do mercado. Dados de 2018 apontam que cerca de 844 milhões de seres humanos neste planeta não tinham acesso à água segura, conforme dados da *WaterAid*. Uma de suas causas é que múltiplos são os usos da água doce, competindo eles, portanto, entre si na lógica neoliberal capitalista. Entre os setores da economia, a agropecuária é o que possui maior demanda hídrica. Cerca de 70% da água doce retirada dos mananciais no mundo é destinada para ela, com destaque para as práticas da irrigação e manutenção de gado. No *ranking* global, é seguida pelas indústrias, que utilizam aproximadamente 20% da água doce disponível. E, por fim, somente 10% da água doce captada ou extraída é consumida pelo setor doméstico conforme apontam os dados da FAO para esse ano.

Diante de uma crise social e ecológica sem precedentes causadas pela exploração da natureza baseada na lógica predatória intrínseca ao capitalismo, não se trata de uma crise com saídas simples ou individualizadas. É inadmissível a proposta do governo do estado de São Paulo de recomendar pequenas ações individuais da população (“banhos mais curtos”), enquanto vemos pouca ação por parte do poder público para agir e ter responsabilidade socioambiental diante da gravidade do cenário. Em tempos de mudanças ambientais globais, o conceito de “segurança hídrica” tem surgido como forma de orientar a gestão dos recursos hídricos a resultados efetivos em termos de garantia de disponibilidade de água para os usos múltiplos que atenda às ex-

pectativas da sociedade, além de protegê-la contra os efeitos negativos dos eventos hidrológicos extremos.

As relações econômicas e sociais deveriam ser pautadas com base nas relações ecológicas, e não ao contrário. O drama da enchente recorde na Amazônia e a seca no Centro-Sul brasileiro nos trazem lições valiosas que precisam ser apreendidas. Primeiramente, ambos os eventos são consistentes e pertinentes com as previsões para mudanças climáticas associadas à intensificação do aquecimento global. Além da necessidade de combater Bolsonaro e o Bolsonarismo, responsável pelas elevadas emissões que os sucessivos recordes de desmatamento vêm causando, a floresta precisa estar em pé para conseguir manter diversos outros serviços ambientais e bens comuns, inclusive a reciclagem de água.

Os representantes da burguesia nacional e estadual, com o intuito de aprofundar seus lucros num momento de convergência de crises que afetam tragicamente a maioria do povo, mostraram-se mais uma vez como inimigos do povo. Promovem o enriquecimento de poucos em troca da morte e miséria de tantos em plena pandemia, levando a desdobramentos com retrocessos socioambientais incalculáveis. Com essas medidas, o atual modelo não garante o mínimo da possível solução dada pelo capital – o chamado desenvolvimento sustentável – nem a segurança hídrica e energética da sociedade. Não há alternativas viáveis e nem esperanças neste sistema, é preciso subvertê-lo.

Enquanto ecossocialistas, nossa tarefa é expor as contradições do capital, denunciando a grave crise hídrica na qual nos encontramos e sua relação direta com a exploração predatória da natureza. Cobrar a devida responsabilidade dos verdadeiros culpados pela mercantilização das águas e devastação dos ecossistemas. Ricardo Salles e Jair Bolsonaro devem ser punidos pelos seus legados de sucessivos crimes ambientais desde o primeiro dia de governo. A lei do Novo Marco Legal do Saneamento Básico abriu, em 2020, as portas para a privatização da água e saneamento a

nível nacional. A mando de João Doria, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) aprovou o PL 251/2021 em caráter de urgência – e não coincidentemente. Há pressa por parte dos governos em rifar os direitos da população. Não nos enganemos, sabemos que o projeto neoliberal e privatista de Doria é muito semelhante ao de Bolsonaro, embora ambos neguem. O mínimo que as autoridades deveriam promover é a criação de um comitê de crise efetivo no enfrentamento da emergência hídrica no estado de SP, mas também a nível nacional, com ampla participação democrática da sociedade civil, movimentos sociais, comitês de bacias, associações e especialistas. Mas por enquanto ainda se negam a assumir a gravidade e dimensão da crise.

É urgente a necessidade de uma (re)definição da relação do ser humano com a água no século XXI. Por agora, é fundamental escancarar os processos de privatização das companhias de saneamento básico e reivindicar a criação de um comitê de crise para lidar com a Emergência Hídrica, com transparência e construção democrática junto à sociedade civil, envolvendo comitês de bacias hidrográficas. Reestatizar ou remunicipalizar companhias de água e esgoto. Limpar os rios, universalizando o tratamento de esgoto, e almejar um saneamento máximo onde haja alta qualidade no abastecimento hídrico. Lutar por direitos da natureza e direito humano à água tem como objetivo combater a sobreposição da dimensão mercadológica em detrimento de suas dimensões social e principalmente ecológica. Fundamental também reivindicar a construção e implementação de um plano estratégico de contingência que seja construído participativamente (e não a quatro paredes como foi o PL 251), com etapas e graus de criticidade que poderiam começar a serem adotadas antes do esvaziamento de nosso reservatórios, nascentes e mananciais.

Se a luta contra a mercantilização da água está apenas começando, o presente e o futuro encontram-se em disputa. O mote “Ecosocialismo ou Extinção” vai tomando forma e constituin-

do-se enquanto realidade concreta. A batalha por um futuro digno passa necessariamente por uma alternativa ecossocialista radical, onde a luta coletiva em defesa da água e da vida é questão de sobrevivência.



Prefácio ao livro *História Crítica do Banco Mundial*, de Éric Toussaint (Editora Movimento, 2021)

Michael Löwy¹

Atenção, este livro é importante! É uma obra de salubridade pública... O autor, Éric Toussaint, fundador e porta-voz internacional do Comitê para a Abolição da Dívida Ilegítima (também conhecido como o Comitê para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo – CADTM), investiga as atividades do Banco Mundial (BM) desde a sua criação. Sua obra é, portanto, fruto de anos de pesquisa, e se baseia principalmente nas quinze mil páginas de documentos produzidos pelo próprio BM. Trata-se de um trabalho ao mesmo tempo científico, concreto, preciso, amplamente documentado, e inspirado a partir de um ponto de vista crítico, claramente anticapitalista.

Ao longo de suas páginas, Éric Toussaint desmascara as mentiras do BM e desmistifica esta sinistra e poderosíssima instituição, mostrando, com amplas provas, que sua atuação está a serviço de um único objetivo: a maximização dos lucros das grandes empresas capitalistas, em particular dos Estados Unidos. Em última análise, o BM é um instrumento de dominação mundial do imperialismo americano, que tem nomeado, desde suas origens, todos os principais dirigentes da instituição.

Um dos aspectos mais infames da longa história do BM é o seu apoio sistemático a todas as ditaduras, desde os fascistas Franco e Salazar ao general Al Sissi do Egito, à junta militar brasileira, Pinochet, Mobutu, e tantos outros. Em troca, suspendeu qualquer ajuda ao Chile de Allende, ou à Nicarágua da Frente Sandinista.

Utilizando o mecanismo da dívida, o BM impõe, aos países do

¹ Sociólogo e diretor emérito de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS - França).

Sul em particular, as clássicas medidas neoliberais do Consenso de Washington que agravam e aprofundam as desigualdades sociais: privatizações, cortes no orçamento dos serviços públicos, redução dos impostos da oligarquia, etc. É uma estratégia francamente necropolítica, responsável, entre outras, pela morte anual de 2,5 milhões de crianças por desnutrição em escala mundial.

Trata-se igualmente de uma política ecocida, que subvenciona massivamente as energias fósseis (carvão, petróleo, gás), contribuindo assim diretamente à catastrófica mudança climática. Lawrence Summers, economista-chefe do Banco Mundial, declarava em 1991 que tentar impor limites ao crescimento por causa dos limites naturais é um “erro”, ou melhor, uma “estupidez”, “puramente demagógica”. Nos últimos anos, o discurso do BM ficou bem mais “verde”, mas a prática de apoio aos interesses fósseis do capital continuou como antes.

Os teólogos da libertação da América Latina caracterizaram este tipo de política como uma forma de religião perversa: *a idolatria do mercado*, do capital, da dívida externa, do lucro. O Banco Mundial é um destes ídolos mortíferos que exigem sacrifícios humanos, como Baal na antiguidade. Ou como Mammon, o ídolo do dinheiro, o mais próximo, em seu espírito, do BM... Marx também utilizava imagens semelhantes: em seu discurso inaugural para a Primeira Internacional, em outubro de 1864, ele compara o Capital com o antigo ídolo *Moloch*, que exigia sacrifícios de crianças. E no primeiro volume de *O Capital*, ele compara o trabalho infantil nas fábricas da Inglaterra, com o culto da divindade hinduísta *Juggernaut*: as vítimas do sacrifício eram jogadas debaixo das gigantescas e pesadas rodas que transportavam o ídolo.

Poucos são os governos do Sul, mesmo de esquerda, que tentaram resistir ao Banco Mundial: foi o caso, por um curto período, do Equador de Rafael Correa, assim como a Venezuela de Hugo Chávez, que tentou criar o Banco do Sul. A maioria dos

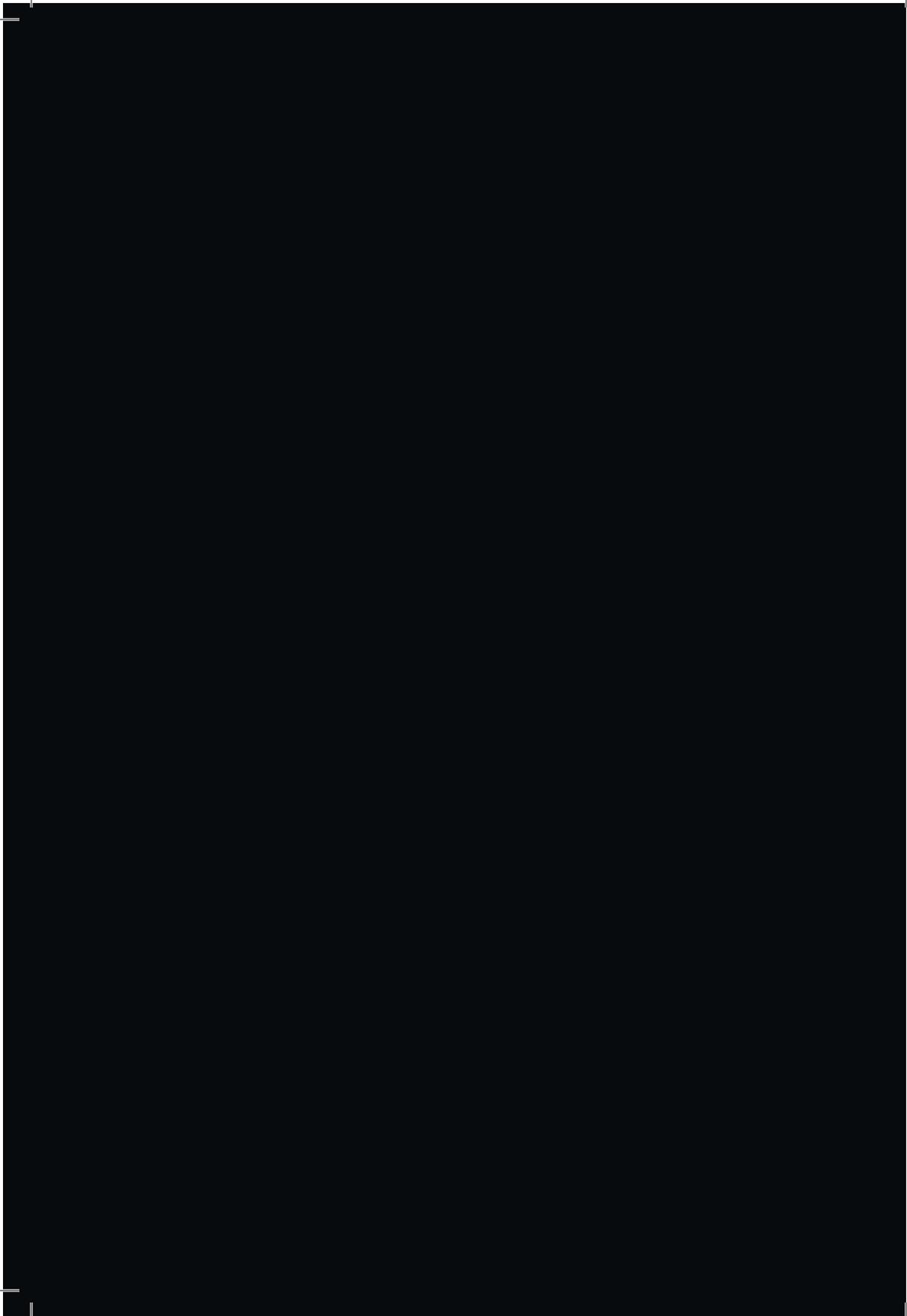
governos do Sul está a serviço das classes dominantes locais, que se alinham aos preceitos do Consenso de Washington.

O Banco Mundial, como o FMI, não são reformáveis. Novas instituições são necessárias, inspiradas por uma lógica internacionalista, em ruptura com o capitalismo. Éric Toussaint é um socialista revolucionário, mas ele aponta para medidas imediatas, que poderiam ser tomadas já: uma auditoria da dívida, levando à anulação de sua parte ilegítima; um imposto de crise sobre os mais ricos; a redução radical da jornada de trabalho para acabar com o desemprego; o aumento das despesas com saúde e educação; a socialização dos bancos, das empresas farmacêuticas e do setor da energia.

Livros como este de Éric Toussaint são indispensáveis: eles constituem preciosas armas no combate à ideologia dominante, preciosas ferramentas para entender e para transformar o mundo.



Documentos



As duas tarefas do PSOL¹

Israel Dutra² e Thiago Aguiar³

A conjuntura política do país converge para a responsabilização do governo Bolsonaro pelo genocídio em curso. A CPI da Covid-19 no Senado tem desnudado os esquemas criminosos para evitar a vacinação e a perseguição, pelo governo, da “imunidade de rebanho” como estratégia desde o início da pandemia, levando à morte centenas de milhares de brasileiros. Novos fatos revelados, como o “orçamento secreto” e a canetada que elevou em até 67% os vencimentos dos ministros, geraram ainda mais indignação. A última pesquisa de opinião Datafolha, por sua vez, apontou que o desgaste de Bolsonaro ampliou-se e cresce a perspectiva de enfrentamento ao governo. Bolsonaro ataca o povo e busca restringir direitos democráticos, usando a Polícia Federal como instrumento político, além de seguir a cartilha de Guedes de mais ajuste, mais desemprego e inflação.

Na vizinha Colômbia, a rebelião popular já dura quase um mês comovendo toda a região. A partida entre Atlético Mineiro e América de Cali pela Copa Libertadores, transmitida para todo o país, foi interrompida mais de cinco vezes por conta dos gases e bombas, na repressão ao protesto do dia nacional de lutas na Colômbia. Aqui no Brasil, ainda que sigamos na defensiva, um novo clima começou a manifestar-se nos protestos da semana. O ato do 13 de maio foi forte em São Paulo e em diversas capitais, e a luta contra os cortes nas universidades promete levar o ativismo para rua. Qual o lugar do PSOL diante dessa conjuntura? Nesse editorial, tratamos das tarefas do partido em relação à luta externa e a seus debates internos.

Nossa primeira tarefa: toda força para derrotar Bolsonaro!

¹Publicado originalmente em 14 mai. 2021.

² Secretário de Relações Internacionais do PSOL e dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES).

³ Doutor em Sociologia (USP).

A mais recente pesquisa Datafolha revelou a aprovação carente de Bolsonaro, que se encontra em seu patamar mais baixo: apenas 24% dos entrevistados consideram o governo “ótimo” ou “bom”. O contraste com os que o desaprovam é notório: 45% dos entrevistados afirmaram que o governo Bolsonaro é “ruim” ou “péssimo”. As mulheres, a negritude e os mais jovens encabeçam a rejeição ao governo.

A CPI da Covid-19 no Senado, por mais limitada que seja, trouxe para o centro da conjuntura as debilidades do governo e sua impossibilidade de responder às acusações. O depoimento de Fabio Wajngarten foi marcado pelas mentiras, que quase levaram a um pedido de prisão em plena CPI. O depoimento do executivo da Pfizer, Carlos Murillo, revelou o descaso do governo com sucessivas ofertas de vacinas. Ao mesmo tempo, vai ficando evidente que Bolsonaro organizou um “gabinete paralelo”, com participação de seu filho Carlos Bolsonaro, para promover o uso de cloroquina, sabotar as iniciativas de isolamento social e espalhar propaganda negacionista, com o objetivo de alcançar a chamada “imunidade de rebanho” e não paralisar setores econômicos.

Diante das revelações, Bolsonaro joga com toda a força para proteger-se – o que ficou evidente no caso do “orçamento secreto”, que alguns analistas apelidaram de “tratoração”, além do escárnio da portaria que aumenta os vencimentos de ministros e do próprio presidente (em alguns casos, em 67%) num cenário de fome e desemprego assolando as grandes cidades do país.

Do ponto de vista do movimento de massas, há uma necessidade de voltar às ruas com todos os cuidados sanitários. A luta do movimento negro organizado, nas manifestações de 13 de maio, mostrou a disposição para o retorno às ruas. Com forte crítica ao massacre de Jacarezinho na semana anterior, os atos tiveram lugar em todo o Brasil, com destaque para São Paulo, onde se reuniram cerca de cinco mil pessoas. A luta contra os cor-

tes nas universidades também marcou presença na semana. Um protesto, durante visita do ministro da educação a Porto Alegre, terminou duramente reprimido, com a prisão de três dirigentes do DCE da UFRGS, militantes também do PSOL. A UFRJ saiu às ruas nesta sexta-feira (14), num ato que reuniu milhares de pessoas. O clima nas ruas está esquentando.

É preciso conectar as lutas com a batalha geral pela saída do genocida, por meio da luta pelo impeachment. Por isso, a tarefa primeira de toda a militância do PSOL é somar forças para enfrentar Bolsonaro, em apoio à luta das universidades e com a convocatória de um ato nacional para 29 de maio.

O lugar do PSOL: afirmar uma alternativa independente

Há um novo quadro político: as pesquisas têm indicado uma mudança no ânimo do eleitorado, com Bolsonaro perdendo a dianteira das pesquisas e Lula transformando-se em favorito para a eleição de 2022. Mas Lula utiliza sua localização para costurar acordos com setores da direita, como se viu nas últimas reuniões com José Sarney, acenos para Renan Calheiros e Jader Barbalho, para o PSD de Gilberto Kassab e Eduardo Paes, além de outros personagens da política tradicional.

Com a discussão eleitoral começando a ganhar corpo, por seu papel e responsabilidade, o PSOL não pode se furtar de discutir uma política. O partido encontra-se em debate para seu VII Congresso Nacional. A tese do Movimento Esquerda Socialista, construída por milhares de militantes psolistas em todo o Brasil, defende que o PSOL se apresente de forma independente, com candidatura própria e um programa anticapitalista. Isso não significa abrir mão do centro da tática expresso na luta para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas eleições. Nossa prioridade é a luta pelo impeachment e, no terreno eleitoral, inclusive, definimos previamente que apoiaremos no segundo turno qualquer candidato que enfrente Bolsonaro.

Há companheiros e correntes do PSOL que argumentam não

ser o momento de debater e apresentar a política nacional de nosso partido, porque isso “dividiria” a esquerda, enquanto se articulam nos bastidores conversas para chapas estaduais e alianças eleitorais. Pensamos de modo oposto: é preciso abrir espaço para que a militância possa debater e decidir os rumos do PSOL nas lutas de hoje e em 2022. É papel de nosso partido apresentar um perfil independente da velha conciliação lulista e de negociações com a direita. O PSOL deve enfrentar a destruição dos direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro, apresentando um programa de combate à destruição nacional e à pilhagem neoliberal. O lançamento da pré-candidatura do companheiro Glauber Braga é um passo decidido para que o PSOL apresente suas posições para o Brasil.

Glauber Braga pré-candidato a presidente: por um Brasil igualitário, socialista, democrático e soberano

Nessa semana, foi lançado o manifesto em apoio à pré-candidatura de Glauber Braga à presidência da República pelo PSOL. Impulsionado pelo MES e por mais de 20 organizações políticas internas do PSOL, o manifesto foi assinado por Luiza Erundina e pela maioria da bancada federal do PSOL, além de fundadores e dirigentes do partido como Milton Temer, Luciana Genro, Ricardo Antunes, Babá, Plínio Sampaio Jr., Berna Menezes, entre mais de três mil apoiadores.

O manifesto apresenta “aos militantes do PSOL, a suas instâncias, e ao conjunto da sociedade, o nome do deputado Glauber Braga, parlamentar expressivo das bancadas de oposição no Congresso Nacional, como representante deste campo, em diálogo a ser estabelecido com outras forças políticas da oposição de esquerda ao governo Bolsonaro, na condição de pré-candidato à Presidência da República”. O documento indica diretrizes programáticas muito sólidas, como a revogação das medidas neoliberais, como o teto de gastos, a estatização do sistema financeiro, a luta por outro modelo político e social ancorado na mobilização

da classe trabalhadora e da juventude, a luta contra o genocídio do povo negro, o apoio ao programa histórico do movimento de mulheres pelo aborto legal e seguro, bem como diversas medidas de caráter transicional.

Nas próximas semanas, a militância do MES estará engajada na construção das lutas pelo “Fora, Bolsonaro”, por vacinação, auxílio emergencial digno e combate à pandemia. Em conjunto com nossos companheiros do PSOL, queremos construir uma alternativa independente para o Brasil com Glauber Braga pré-candidato a presidente.



As ruas falaram mais alto! Depois do 29M, os próximos passos¹

Camila Souza² e Israel Dutra³

No dia 29 de maio a manifestação nacional convocada de forma unitária pelo Fora Bolsonaro levou centenas de milhares às ruas. Uma grande vitória que aponta um caminho. Foram 200 cidades em todo país, de norte a sul, além de 14 países no exterior, onde brasileiros levantaram bandeiras do Fora Bolsonaro.

O chamado “quando um governo é mais perigoso que o vírus, temos que sair às ruas”, frase marcante da rebelião popular que vive a Colômbia, contagiou e encorajou o povo brasileiro. E os ventos que levantam o continente sopraram, ainda que de forma desigual, no Brasil. Com esse mote, garantindo todas as precauções sanitárias, entre 400 e 500 mil pessoas, foram com suas máscaras às ruas protestar.

Além do peso da nacionalização do ato, podemos citar com destaque o ato de São Paulo, estimado entre 80 e 100 mil pessoas. Também foram relevantes os protestos em Belo Horizonte, com 30 mil, Rio de Janeiro 25 mil, Brasília e Porto Alegre com 20 mil pessoas, respectivamente.

Foi a maior manifestação durante o período da pandemia. Vale registrar que a enorme presença do ativismo juvenil, que em contraste com as concentrações bolsonaristas, a maioria dos manifestantes do sábado, 29, tinha menos de 25 anos de idade. Tanto a juventude periférica e negra quanto a juventude que resiste aos cortes nas universidades e institutos federais estavam em peso nas colunas da marcha, por todo país. O fator importante, para além da mobilização, foi o apoio ao protesto, nas casas, ruas e redes. Houve muito apoio e simpatia popular. Nas redes,

¹ Publicado originalmente em 5 jun. 2021.

² Socióloga, membro da Coordenação Nacional do Juntos! e do MES.

³ Secretário de Relações Internacionais do PSOL e dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES).

podemos dizer que o bolsonarismo levou uma verdadeira surra. A presença de artistas de renome como Paulo Betti, Maria Ribeiro, Marcelo D2, Gregório Duvivier, Samantha Schmutz, Fernanda Lima entre tantos outros é um bom indicador do humor do movimento de massas.

A essência da força do movimento foi a indignação com o governo Bolsonaro. Um governo que aumentou seu próprio salário. Que tem a responsabilidade do genocídio de mais de 470 mil brasileiros pelo covid, além de ter colocado o país no mapa da fome, com milhões de famílias vivendo as chagas do desemprego, da miséria e do desalento.

O ato configurou uma importante resposta a Bolsonaro. Foi um salto por sua capacidade de nacionalização e de diálogo popular com a maioria social que rechaça o governo. Foi uma demonstração que Bolsonaro não tem o monopólio das ruas, sendo a luta pelo Fora Bolsonaro uma luta de maioria social.

A repressão em Pernambuco, onde governa o PSB é um episódio que mostrou uma linha de desmonte de parte da “centro-esquerda” combinada com uma ação ainda nebulosa por parte dos comandos da PM local, gerando um alerta para linha de insubordinação bolsonarista nessas instituições. Foi o capítulo mais nefasto do 29M. Um homem, que sequer estava presente no protesto, perdeu a visão em meio à ação truculenta dos policiais.

A unidade entre diferentes setores, entidades estudantis, frentes, partidos, sindicatos, centrais garantiu a força da convocatória. O esforço da convocação foi desigual, com os setores mais à esquerda cumprindo papel importante junto às bases, ampliando a pressão para que as direções majoritárias convocassem atos públicos. O elemento central da frente única, contudo, foi a objetividade das pautas, tal como se expressou nas jornadas do “Ele não”, do Tsunami da educação em maio de 2019 e mesmo nos atos antifascistas e antirracistas de 2020.

A força das ruas apontou a necessidade de seguirmos na pers-

pectiva da luta para derrotar Bolsonaro desde já, e não de esperar até 2022 nas eleições. Para que todas as revelações da CPI não acabem em pizza, sabemos que o povo precisa entrar em cena. E para isso é necessário dar a batalha para construir agendas unitárias, mas também organizar um pólo anticapitalista e revolucionário que não fique a reboque e refém de articulações que apostam na linha de sangrar Bolsonaro até 2022, como faz Lula, que inclusive não se pronunciou sobre as mobilizações.

A Copa América, novo episódio na crise

O governo que demorou 9 meses para responder a compra de vacinas da Pfizer e em horas respondeu sobre a realização da Copa América no Brasil. Não para menos, a indignação e desconforto de todos com a realização do evento só cresce, afinal queremos vacina e não Copa.

A Copa América saiu da Colômbia, sede inicial, pelos desdobramentos da rebelião colombiana; a nova opção, Argentina, cancelou sua participação enquanto país sede após o novo ápice de contágios da covid-19. O anúncio da Conmebol, em parceria com o governo brasileiro, de realização da Copa nos estádios do país, surpreendeu o mundo e imediatamente, gerou indignação.

A semana foi marcada, além da crítica à realização da Copa, pela CPI e pela crise com Pazuello.

As últimas confirmações da CPI e o vídeo da reunião do gabinete paralelo só confirmam o que já sabemos, Bolsonaro é um agente agravante da crise com sua política genocida. A crise com o Exército, aberta pela participação de Pazuello em ato público com Bolsonaro no Rio de Janeiro, terminou com o arquivamento do processo por transgressão disciplinar. Essa decisão gerou uma salva de críticas e desgaste ao próprio exército, escalando a tensão com o governo e com sociedade.

Quando fechávamos o editorial, a questão da realização da copa ganhava novos componentes explosivos. Uma ação de vá-

rios jogadores, como Suarez do Uruguai, alguns jogadores da Argentina, que no Brasil foi vocalizada pelo capitão Casemiro afirma que não irá participar da Copa, caso ela se mantenha. Isso gerou um conflito com o presidente da CBF, Rodrigo Caboclo, que ameaçou o técnico Tite de demissão. A queda de braços deve terminar com uma posição resoluta dos jogadores, vide a declaração da equipe após a partida das eliminatórias. A crise ficou ainda maior com as denúncias de assédio sexual contra Caboclo, que fica numa posição quase insustentável, restando uma semana para a data inicialmente agendada para o início da Copa América.

Durante os últimos dias, o Movimento Juntos se destacou, inclusive com presença na imprensa, por atos simbólicos contra a copa, em diversas cidades.

Seguimos na rua!

O debate em como seguir é muito importante. Motivos para se indignar não faltam. Os elementos da crise aguda que vivemos vão seguir se aprofundando até que demos um basta nesse governo.

Devemos combinar o chamado unitário para o dia 19, prioridade de mobilização, com a crítica política à copa, deixando espaço aberto para ações de rua no dia 13, data que marca a abertura da Copa América e é o dia seguinte à visita de Bolsonaro e suas motociatas da morte em São Paulo. E o dia 19 de junho é o dia nacional unitário convocado junto às entidades estudantis, frentes e pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro. Devemos avaliar também o desenvolvimento das condições sanitárias, sem perder a energia da chamada ao dia 19.

Buscar a unidade é uma tarefa fundamental. Ao contrário do que Arcary comentou em recente artigo, não tivemos qualquer postura divisionista. Nossa presença nos atos respondeu a nossa atividade unitária com a UNE e outras entidades, respaldando o

calendário da Campanha Fora Bolsonaro.

Estivemos também na articulação “Povo na rua” da qual participamos com UP, PCB, CST e outros organizou uma Assembleia online que contou com mais de milhares de inscritos e mais de 2mil participantes ao vivo, e apontou sugestões quanto ao calendário. O que não aceitamos é nos subornar apenas às lógicas das “frentes” hegemônicas pelos interesses do lulismo.

Qualquer iniciativa que busque convocar mobilizações de rua deve ser democrática e plural. Nesse sentido, opinamos que não se pode construir com hegemonismo, se deve respeitar o peso das demais organizações. Para avançar devemos abrigar aqueles que querem lutar, num chamado amplo e democrático à luta; nesse terreno, a presença do PSTU é muito importante, assim como setores das duas Intersindicais, o conjunto do PSOL e dos movimentos mais à esquerda. Também a campanha Fora Bolsonaro deve ser plural e abrigar a todos que estejam de acordo com essa consigna. Essa é nossa batalha política.

Vamos participar em todos espaços que busquem a mobilização, com nossas forças militantes, participação em todos espaços que busquem a mobilização com nossas forças, agrupadas no Juntos, TLS sindical, Emancipa, nossas figuras públicas, na FNL. Também vamos lutar para uma cobertura militante dos protestos, com o êxito que tem sido o novo projeto global de comunicação da *Revista Movimento*.

A defesa da ida às ruas não resolve, por si, o problema do programa e da alternativa. Para tanto vamos seguir nossa batalha política para um PSOL independente, a serviço de um programa e de uma organização anticapitalista e de caráter militante.

A juventude com sua energia e radicalidade não vai parar, seguirão em defesa das universidades, da educação, pela vacina, contra o desemprego e a violência policial. Temos urgências e emergências que nos levam à luta. E já temos nosso próximo calendário de mobilização, nos vemos nas ruas.



O que esperar do VII Congresso do PSOL?¹

Israel Dutra² e Thiago Aguiar³

No último domingo (18/7), encerrou-se a etapa virtual do VII Congresso do PSOL. Apesar do importante esforço de parcela da militância do partido, a apresentação e o debate entre as diferentes teses foram muito aquém do necessário pelo esvaziamento da convocação das reuniões municipais. Algumas cidades chegaram a ter mais gente de fora participando das plenárias virtuais do que militantes do local. A votação presencial, por sua vez, contra a qual nos posicionamos, será um processo atropelado e despolitizado.

Nessa nova etapa que começa, queremos seguir debatendo com o conjunto dos filiados as duas tarefas que organizam toda a nossa política: derrotar imediatamente Bolsonaro e abrir caminho para construir uma alternativa, independente e anticapitalista, que seja útil e necessária para a maioria social.

Derrotar Bolsonaro agora

As últimas semanas foram de desgaste intenso de Bolsonaro com as atividades da CPI da Covid-19, que têm revelado a responsabilidade da política genocida do governo nas mortes de mais de meio milhão de brasileiros, o atraso e as negociações na compra de vacinas, envolvendo militares, policiais, pastores evangélicos e todo tipo de picaretas que ocupam cargos neste governo. Buscando conter o derretimento de sua popularidade, Bolsonaro utilizou uma internação para tratar obstrução intestinal como estratégia para mudar a pauta da imprensa e requestrar, uma vez mais, o caso da facada de 2018.

¹ Publicado originalmente em 20 jul. 2021.

² Secretário de Relações Internacionais do PSOL e dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES).

³ Doutor em Sociologia (USP).

Enquanto isso, seus operadores no Congresso e o centrão aprovaram a lei orçamentária de 2022 com um aumento no fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões para inacreditáveis R\$ 5,7 bilhões. Ao mesmo tempo, Arthur Lira organiza um conjunto de mudanças na legislação eleitoral e partidária, como a introdução do “distritão” na eleição proporcional. O objetivo de tais medidas, obviamente, é reproduzir os postos parlamentares do centrão, os privilégios materiais e a corrupção de burocracias partidárias.

Lira também tem dado declarações a favor da aprovação do “semipresidencialismo”, em conjunto com Gilmar Mendes, lideranças burguesas e comentaristas da mídia empresarial. Trata-se de mais uma tentativa de esvaziar o direito ao voto e de um ataque à soberania popular no contexto da aguda crise de legitimidade do regime vivida nos últimos anos. A burguesia vai testando hipóteses para manter seu programa antipopular e antinacional sem Bolsonaro.

Por tudo isso, a manifestação de 24 de julho é fundamental para recuperar protagonismo das ruas, aumentar a pressão pela queda de Bolsonaro e enfrentar as manobras da burguesia. A saída para o povo brasileiro não é esperar 2022 e os mesmos arranjos e conchavos de sempre com a direita e com a burguesia. Todos às ruas! Fora, Bolsonaro e seu governo genocida e corrupto!

Construir uma alternativa independente e anticapitalista com o PSOL

As principais polêmicas do VII Congresso dizem respeito à orientação do PSOL e, em particular, sobre como o PSOL deve se posicionar diante do lulismo. Esta polêmica tem implicações tanto na disputa mais geral, inclusive no terreno eleitoral, quanto na tática para o movimento de massas. A tese “PSOL Popular” e a corrente Resistência sustentam uma posição que transforma a tática da frente única numa estratégia permanente, subordinando o capital político acumulado pelo PSOL nas últimas décadas

ao lulismo.

Isso leva a importantes equívocos. Um deles foi verificado no movimento social, quando tais forças apoiaram a convocação, para mais de um mês depois, da próxima manifestação contra Bolsonaro, apesar de seu desgaste crescente. A própria realidade – marcada pelas novas denúncias de corrupção na compra de vacinas – e a pressão das bases fizeram com que as “frentes” organizassem uma reunião de emergência, retificando a convocatória para 3 de julho. Seguimos insistindo para que seja construído um plano unitário e coerente de lutas, para transformar as atuais manifestações de sábado em atos com maior influência de massas, sobretudo em dias de semana, questionando a “normalidade” das cidades. E a direção lulista, que tem grandes responsabilidades, adota postura dúbia e não coloca toda a sua força e estrutura sindical a serviço da mobilização.

Defendemos a frente única. Ela é uma necessidade e as manifestações são fruto dessa unidade. Assim foram as principais manifestações dos últimos anos contra o governo: a marcha “Ele Não”, o “tsunami da educação” em 2019, a luta antifascista e antirracista em 2020. No entanto, não confundimos a unidade com o apoio a algumas direções.

A indisposição de afirmar uma alternativa e a submissão à estratégia de Lula apagam o PSOL da conjuntura política. A pré-candidatura do companheiro Glauber Braga foi lançada justamente para evitar um retrocesso em nosso partido. O PSOL precisa apresentar seu programa, oferecer um diagnóstico da crise ao povo brasileiro e se propor a ser uma ferramenta de organização e luta.

No atual cenário, segundo as pesquisas, Lula irá ao segundo turno com folga contra Bolsonaro. O PT já busca construir alianças pela direita, com oligarquias regionais como Renan Calheiros em Alagoas e os Barbalho no Pará, e com partidos e setores burgueses como o PSD de Kassab e a empresária Luiza Trajano.

A importância da pré-candidatura de Glauber Braga é garantir que as bandeiras do PSOL e da esquerda socialista existam e se apresentem na disputa nacional.

Na segunda etapa do congresso do PSOL – lamentavelmente restrita apenas ao voto em urna dos filiados –, vamos seguir dando a batalha por essa política. Sabemos que grande parte da militância do PSOL, que constrói o partido no dia-a-dia, tem acordo com as duas tarefas postas: derrotar Bolsonaro o quanto antes e apresentar uma alternativa independente e anticapitalista ao povo brasileiro.

Por um PSOL independente e anticapitalista

Tese do Movimento Esquerda Socialista ao VII Congresso do PSOL

A população brasileira está atravessando neste momento um trauma provocado pela pandemia da Covid-19 e a gestão genocida da crise sanitária levada adiante pelo seu primeiro governo de extrema direita depois da queda da ditadura militar. Em algumas semanas, teremos mais de 500 mil mortos. Como veremos neste documento, à crise sanitária somam-se outras, que se arrastam há mais tempo, configurando um cenário de múltiplas crises. Neste contexto o desafio do PSOL será imenso nos próximos dois ou três anos, um desafio de preparação para capacitar o partido na direção de uma disputa real e de massas na defesa de um programa anticapitalista para enfrentar a catástrofe que nos ameaça, e que, na crise sanitária, deixou visível algumas de suas marcas.

O desafio de preparação desta disputa exigirá, antes de mais nada, uma luta sem quartel para derrotar Bolsonaro. Trata-se de nossa prioridade número 1, 2 e 3. Esta luta democrática exige a mais ampla unidade com todas as forças, especialmente com as forças que reivindicam a classe trabalhadora. A unidade, porém, não deve significar abandonar nosso programa. Assim, na luta contra Bolsonaro, devemos manter erguida nossa bandeira e afirmar a necessidade de uma saída de fundo para a crise nacional, que passa, necessariamente, pela derrota do poder burguês e a realização de medidas de transição para um novo regime político e outro modelo econômico.

Devemos defender nossa independência, o que significa não aceitar governar em colaboração com a burguesia. Neste congresso do PSOL esta batalha começa porque, internamente no partido, surgiu uma ala que quer ser parte de um governo des-

te tipo que o ex-presidente Lula começa a preparar. Contra esta tentativa de liquidação do projeto do PSOL esta tese se apresenta desde já. Saberemos lutar contra Bolsonaro nas ruas e nas urnas, apoiando no segundo turno quem estiver para enfrentá-lo (caso Bolsonaro vá para o segundo turno), mas manteremos erguida a bandeira do Psol deixando claro que o partido não aceita governar com os grandes capitalistas.

1) O mundo em crise multidimensional

A situação internacional é marcada pela profunda polarização política em meio a uma crise multidimensional. O cenário ainda é fortemente influenciado pela pandemia, que já ocasionou três milhões de mortes e paralisou durante tempo considerável os elos das cadeias de produção globais. Essa brutal queda de produtividade levou a uma retração de cerca de 4,3% no PIB mundial em 2020, a pior marca desde a Grande Depressão e cinco vezes maior que a crise de 2008-2009, da qual o capitalismo mundial ainda não havia saído totalmente no início da pandemia. Segundo o Banco Mundial, mais de 150 milhões de pessoas foram lançadas à pobreza extrema, aumentando o impressionante número de 2,8 bilhões que já estão na pobreza, equivalentes a 38% da população mundial. Em alguns países, o impacto da pandemia foi ainda mais profundo, como no Peru, onde a economia encolheu mais de 30%.

O aumento da pobreza é acompanhado pelo crescimento da desigualdade, com as medidas de restrição de circulação afetando profundamente os setores economicamente mais vulneráveis, como os trabalhadores informais ou precarizados. Estima-se que 80% dos trabalhadores informais de todo mundo tenham tido sua renda impactada profundamente, uma dinâmica que afeta ainda mais as mulheres e populações racializadas, expondo a combinação entre exploração e opressão no mundo do trabalho capitalista. A desigualdade dá-se também entre os países, com as

nações ricas acumulando vacinas e se recusando a suspender as patentes de propriedade das grandes corporações farmacêuticas transnacionais enquanto países do Sul global enfrentam novos picos da pandemia, riscos de disseminação de novas variantes e calendários de vacinação muito defasados.

A isso, combina-se o problema da dívida e das políticas tomadas pelos bancos centrais dos países ricos para o enfrentamento da pandemia, com a injeção de trilhões de dólares e euros na economia para manter os ativos da burguesia financeira e evitar perdas e falências, garantindo os rendimentos do 1% mais rico. Ao invés de aumentar os impostos das grandes empresas e das fortunas, a política geral foi a suspensão temporária das medidas de austeridade e aprofundamento da dívida pública, levando a um cenário futuro de endividamento ainda maior e pressão por mais cortes de gastos e redução dos serviços públicos. Não negamos a necessidade do endividamento do governo como possibilidade de medida econômica, mas recusamos os mecanismos que fazem dos povos os responsáveis pelo pagamento dessas dívidas. Nesse sentido, a ampliação da taxa de grandes empresas, fortunas, heranças, lucros e dividendos torna-se ainda mais necessária.

A crise multidimensional do capitalismo desenvolve-se no terreno econômico, sanitário e ambiental. A profunda crise sanitária, que demonstrou tanto a importância como as insuficiências dos sistemas de saúde nacionais, aprofundou a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e também ao saneamento básico; na aquisição de alimentos; no acesso à moradia, aos equipamentos de educação, cultura e lazer. O “apagão educacional” afetou particularmente as amplas camadas de estudantes de escolas públicas sem equipamentos adequados e com acesso precário à internet, ampliando a desigualdade também nessa área.

A crise ambiental, que se expressa internacionalmente de forma contundente na questão climática, é outro aspecto da crise. Os efeitos do aquecimento global já sentidos antes da pandemia

combinam-se com a situação atual e deterioram ainda mais as condições de vidas de milhões de pessoas, como os “refugiados climáticos” que fogem das grandes secas na América Central e na África Subsaariana em direção aos EUA e Europa, encontrando hoje fronteiras fechadas. A proximidade de um “ponto de não retorno climático”, que alteraria de forma definitiva os padrões climáticos mundiais, é questão que já preocupa parte importante de uma burguesia mundial que busca lucrar através dos mercados de carbono e do “green washing”.

Entretanto, essas iniciativas não são soluções efetivas para um problema climático que exige mudanças estruturais no próprio modo de produção capitalista. A considerável queda de emissões de carbono durante a pandemia não foi suficiente e já volta aos níveis anteriores com a retomada econômica, colocando a questão climática como um problema central que mobiliza importante vanguarda internacional, reunindo povos originários e populações atacadas em diversos países com movimento ambientalistas, de juventude e de cultura, a exemplo de iniciativas como a Assembleia Mundial pela Amazônia, o Fridays For Future, o Extinction Rebellion, entre muitas outras.

O tema da Amazônia é fundamental, nacional e internacionalmente, já que se trata de uma das regiões com o bioma e as populações mais ameaçados do planeta. O desmatamento e as queimadas impulsionadas pelo agronegócio, assim como o impacto da mineração e de outras atividades de extrativismo predatório, atingem os nove países da bacia amazônica e mais profundamente o Brasil, da mesma forma que a crescente violência política orientada contra populações indígenas e defensores dos direitos humanos. A inserção social cada vez maior do PSOL na região coloca um desafio ao partido de conjunto para dar respostas a esse cenário.

Essa situação complexa insere-se num contexto geopolítico de disputa intraburguesa e crise de hegemonia mundial, com

uma dinâmica de enfraquecimento do imperialismo estadunidense e do avanço da economia chinesa consolidando um sistema internacional em permanente disputa interimperialista. O imperialismo chinês desenvolve-se nos marcos da profunda relação econômica EUA-China e não tem condições de suplantar a posição dos EUA, que muda de postura após a derrota de Donald Trump.

Este grande revés para a extrema-direita internacional enfraqueceu projetos como o de Bolsonaro e significou também a retomada das políticas imperialistas clássicas nos EUA, mudando a orientação desta potência principalmente em relação à Rússia e ao Oriente Médio. Internamente, por outro lado, o governo Biden busca reaquecer a economia estadunidense com uma agressiva injeção de 1,9 trilhão de dólares, acenando aos sindicatos e organizações ambientais ao mesmo tempo em que mantém uma política externa intervencionista, buscando manter sua posição hegemônica.

2) As resistências se levantam

Já em 2019 a América Latina foi palco de importantes processos de luta, profundamente marcados pela mobilização e protagonismo feministas que indicam novas tendências internacionais. Em Porto Rico, o levante popular que derrubou o governador Rosselló abriu um caminho que foi trilhado pelo Equador, com a insurreição contra Lenín Moreno, e pelo Chile com o estouro das massas que quase derrubou Piñera. Tendo em comum a luta contra medidas neoliberais, estes três levantes populares tiveram consequências políticas concretas: a próxima Constituinte chilena, o avanço eleitoral dos socialistas e independentistas porto-riquenhos, e mesmo no Equador, onde o banqueiro Lasso venceu, houve uma ampla maioria votando pela esquerda no primeiro turno.

Além disso, neste mesmo ano, Colômbia, Bolívia, Honduras,

Costa Rica, Panamá e Haiti também tiveram processos de luta de massas. Na África e no Oriente Médio, países como o Sudão, a Argélia, o Líbano, o Iraque e o Irã também se levantaram em lutas democráticas, sendo parte de um conjunto de dezenas de países que foram às ruas naquele ano. O início da pandemia paralisou, mas não interrompeu, este ciclo de lutas que se expressou novamente em 2020 e 2021 sob o contexto pandêmico.

O principal movimento dessa nova onda aconteceu nos EUA com a mobilização por Vidas Negras Importam após o assassinato de George Floyd. Este movimento de massas impõe-se contra Trump e a extrema-direita, sendo responsável direto por sua derrota eleitoral e pelo revés internacional do neofascismo, afetando diretamente o governo Bolsonaro e colocando a luta antirracista no centro de muitos processos de resistência pelo mundo. Não é possível entender a situação política norte-americana atual sem o Black Lives Matter e como este movimento aglutinou a resistência democrática que de conjunto derrotou Trump.

Além do movimento estadunidense, diversos outros países testemunharam levantes populares durante a pandemia, sendo significativo o processo de resistência ao golpe de extrema-direita na Bolívia, que levou o MAS ao governo em novas condições, os protestos no Peru no final de 2020, entre outros. É importante notar também a recente mobilização do povo paraguaio – oriunda diretamente de uma situação de colapso sanitário, assim como a Jordânia pouco tempo antes – que demonstrou a hipótese de ações massivas como resposta a este colapso mesmo durante a vigência de quarentenas rigorosas.

3) O Brasil na retaguarda internacional

Sob Bolsonaro, o Brasil encontra-se na retaguarda global em vários níveis. O país passa pela pior situação da pandemia, com o maior número de mortos por dia de todo mundo e um dos programas de vacinação mais atrasados. O drama humanitário

da Covid-19 no Brasil afeta diretamente o conjunto da população que perde familiares, amigos e conhecidos em uma situação sem precedentes. O negacionismo científico do governo federal pavimentou uma situação de colapso declarada previamente em Manaus e que se reproduz hoje por todo país nas enormes filas das UTIs e no permanente perigo de escassez de insumos médicos e de mão de obra qualificada para a manutenção desses leitos.

Sem nenhuma medida eficaz do ponto de vista sanitário ou econômico, Bolsonaro aposta no aprofundamento da crise como política de governo e busca polemizar com os governadores contra as medidas de isolamento social. No mesmo sentido, propõe um auxílio emergencial irrisório de no máximo R\$350 para apenas dois terços dos beneficiados em 2020, fazendo com que uma grande parcela da classe trabalhadora seja obrigada a se aglomerar nos transportes e postos de trabalho, criando condições epidemiológicas perigosas que podem levar até mesmo ao surgimento de novas variantes mais resistentes da Covid-19.

Na economia, o impacto da crise sanitária também é enorme, com uma retração do PIB estimada em 4,3% em 2020 e a maior taxa de desemprego registrada pelo IBGE em sua série histórica. Em 2020, o número de trabalhadores com carteira assinada recuou em 2,6 milhões e chegou a 14 milhões o número de desempregados enquanto os desalentados somaram 5,5 milhões de pessoas e a mão de obra subutilizada somou 32,5 milhões, colocando uma grande parte da classe trabalhadora nacional em situação dramática.

Ao mesmo tempo, a inflação disparou e atingiu os maiores índices desde 2002, afetando ainda mais diretamente o consumo das famílias de baixa renda e o acesso a mercadorias básicas como alimentos, produtos de higiene e vestuário. A insegurança alimentar hoje atinge mais de 116 milhões de pessoas, com 43 milhões sem acesso suficiente a alimentos e 19 milhões (9% da população) passando fome, com índices ainda maiores registra-

dos nas regiões Norte e Nordeste.

A paralisação econômica afetou diretamente não só as pequenas e médias empresas, mas chegou também à grande indústria. Os pedidos de falência aumentaram em 12,7% em 2020 e o fim das atividades da Ford no Brasil surge como fato mais recente do processo de desindustrialização que afeta o país desde muito antes do surgimento da Covid-19 e foi acelerado pela pandemia. Essa situação desenvolve-se em meio ao processo de reestruturação do mundo do trabalho, fragmentando e precarizando as relações de trabalho, levando a uma profunda crise do modelo sindical brasileiro e influenciando diretamente a capacidade organizativa da classe.

4) Os riscos do bolsonarismo em crise

A pandemia representou um trauma com efeitos políticos e sociais de gigantescas proporções no Brasil. Ocorreu um deslocamento de massas, atingindo todas as classes sociais em direção à oposição ao governo Bolsonaro. A gestão desastrosa da crise sanitária aprofundou a divisão da burguesia. Desde 2019, quando a orientação do governo da extrema direita foi de ataque às universidades e à cultura, a divisão começou, mas era minoritária. O salto agora foi de qualidade, a divisão é muito superior e tem pouquíssima margem de reversibilidade. Uma parcela da burguesia passou à oposição aberta, em particular os conglomerados midiáticos mais importantes, com incidência pesada no judiciário e mesmo no parlamento, ainda que neste caso com menor impacto, pelo menos por enquanto.

Partes das classes médias e da classe trabalhadora, que haviam girado à direita e deram mais de 50 milhões de votos a Bolsonaro em 2018, deixaram de apoiar o governo. As parcelas que estavam na oposição desde o início assumiram uma posição de ódio diante do genocídio. Foi este ódio que permitiu os panelaços de massas espontâneos e deu a coragem para uma numerosa

vanguarda que tomou as ruas de algumas cidades com passeatas antifascistas em plena pandemia, em abril e maio de 2020. A manifestação da indignação e do ódio nas ruas ainda não ocorreu plenamente. Mas não seria nada surpreendente que, na esteira da redução dos casos de Covid-19, tenhamos explosões de mobilizações multitudinárias pela derrubada do governo.

As mulheres representam a dianteira desse processo de resistência, sendo uma maioria social em grande parte contrária às posições misóginas do bolsonarismo. O “Ele Não”, maior mobilização de massas contra Bolsonaro ocorrida ainda no 2º turno das últimas eleições, foi uma mobilização feminista que levou centenas de milhares às ruas em todo o país e deu o exemplo brasileiro da ampla capacidade de mobilização dos setores progressistas da população com as mulheres à sua frente.

No plano nacional, a resistência de massas que começou no “Ele Não” deu um salto no ascenso estudantil de maio de 2019, seguiu nos painéis e na luta de rua dos antifascistas e foi consumada nos efeitos do trauma da crise sanitária. A pandemia poderia ter sido uma possibilidade para o governo implantar medidas autoritárias, como ocorreu na Hungria e nas Filipinas, mas a orientação de Bolsonaro foi seguir o trumpismo.

Foi precisamente a derrota de Trump o momento internacional decisivo de inflexão para derrotar o projeto bolsonarista. Trump era um ponto de apoio essencial para o governo da extrema-direita no Brasil. Por isso, o resultado das eleições dos EUA de novembro de 2020 significou uma vitória democrática para os trabalhadores e para os povos da América Latina, especialmente para os brasileiros.

Neste cenário, pode ser definido que, neste mandato, o projeto contrarrevolucionário de Bolsonaro não será imposto. Tal projeto, cujo objetivo era impedir a organização democrática do movimento de massas, reprimir suas mobilizações e liquidar fisicamente as forças de esquerda em geral e a esquerda antica-

pitalista em particular, foi derrotado. Trata-se de uma derrota irreversível? Não, Bolsonaro representa um enorme perigo e se movimentará até o fim em prol de seu projeto, podendo ter uma segunda chance para o fechamento do regime e uma escalada de violência caso ganhe um segundo mandato.

Justamente por estar no momento mais crítico de seu governo, Bolsonaro continua postulando saídas autoritárias não para resolver a crise, mas para aproveitá-la a seu favor. As mudanças na Defesa e no comando militar, a proposta de federalização das polícias militares, as recentes manifestações armadas pró-Bolsonaro em algumas capitais, entre outras, são sinais dos vários níveis nos quais Bolsonaro tenta criar condições para ações violentas que desorganizem ainda mais o regime burguês e que lhe permitam aparecer como um polo político capaz de impor a ordem pela força, venha de onde vier, sejam milícias, policiais militares ou soldados do Exército. Mas sua dinâmica segue sendo de enfraquecimento e sua capacidade de ser um polo está cada vez mais comprometida.

Esta crise no bolsonarismo coloca a luta pelo impeachment como pauta permanente enquanto durar o governo, dando concretude aos chamados pelo “Fora, Bolsonaro” tanto na mobilização social como na pressão parlamentar. A instabilidade política seguirá como regra do governo de extrema-direita e novas possibilidades podem ser abertas para a concretização dessa reivindicação. O exclusivismo da luta eleitoral, que aposta no desgaste de Bolsonaro sem ser consequente com a necessidade de sua derrota imediata, representa um risco enorme para a luta contra o bolsonarismo porque capitula aos interesses eleitorais em detrimento das necessidades imediatas do povo.

5) A volta de Lula

Desta caracterização deriva uma política clara de se construir a mais ampla unidade de ação para barrar qualquer ataque às li-

berdades democráticas que este governo ainda tente – e tentará – bem como uma linha ofensiva com a palavra de ordem “Fora, Bolsonaro” para lutar por sua queda o quanto antes. Finalmente, caso Bolsonaro siga governando, segue-se uma orientação de voto a favor de qualquer candidato que se apresente em oposição ao governo no segundo turno das eleições de 2022. Nestes pontos, há uma razoável unidade no PSOL, embora seja desigual o envolvimento do partido nas lutas de rua que ocorreram, com uma parte da direção tendo uma atitude de expectadora do movimento de massas.

No terreno da disputa eleitoral, também se expressou a mudança na relação de forças que indica a tendência de enfraquecimento de Bolsonaro e de suas chances de reeleição. Mas aqui estamos diante de um terreno demasiado hipotético e aberto. Portanto, nenhum descuido é aceitável na política de derrotar Bolsonaro eleitoralmente. De toda forma, é um fato que a entrada de Lula na disputa foi um terremoto que abalou as expectativas da reeleição. Isso por si só mostra que a retomada dos direitos políticos de Lula foi uma enorme vitória democrática dos trabalhadores brasileiros. Lula chegou e já assumiu um papel de favorito. Setores de massas das classes trabalhadores e setores médios ganharam esperança de pelo menos um retorno à situação de anos atrás, um passado melhor para a maioria diante um presente totalmente intolerável. A esmagadora maioria do movimento organizado dos trabalhadores, muito desanimado para ações de mobilização, espremidos pela pandemia, pelo desemprego e pelo imobilismo de suas direções, animou-se pelo menos com a expectativa de vencer Bolsonaro pelo voto. Pela primeira vez, setores da própria burguesia viram que tinham um nome para se contrapor a Bolsonaro.

A decisão do STF de retomar os direitos de Lula só se explica, aliás, pela oposição decidida que um setor burguês passou a ter na relação com Bolsonaro. Além disso, ao perceberem que as

massas podem, em algum momento, explodir em manifestações de ódio, mais cedo ou mais tarde, sabem que Lula pode novamente ser útil para a estabilização da dominação de classes e do Estado.

Tal mudança no cenário nacional desmente que o golpe parlamentar de 2016 e a eleição de Bolsonaro teriam sido uma derrota histórica que provocaria ondas de prisões e um regime de exceção. O mais democrático Estado burguês é sempre uma ditadura da burguesia contra os trabalhadores. E o Brasil está muito longe de ter uma democracia burguesa forte e com amplos e respeitados direitos. Ao contrário, sempre fomos um país tremendamente desigual, profundamente violento e com uma democracia rarefeita. Então, o regime político brasileiro sempre teve muitas características de um regime de exceção. As torturas de presos Brasil afora são prova cabal disso.

Mas, ao contrário do que propagou a direção do PT no período, o impeachment de Dilma não foi um golpe contrarrevolucionário nos moldes do golpe de 1964. Foi um golpe parlamentar dado para tirar o PT do governo. A burguesia, diante do levante de 2013, percebeu que o PT não controlava mais o movimento de massas. Por isso, resolveu dispensar seus serviços. Nos anos seguintes, estimulou ainda mais o descontentamento de massas, buscando direcioná-lo em prol de suas lideranças e desferiu o golpe no parlamento quando as bases sociais de Dilma Rousseff estavam erodidas.

A vitória de Bolsonaro foi o resultado da política dominada pela burguesia depois que o PT perdeu protagonismo e força. Mas, com menos de três anos de governo da extrema-direita, mesmo sem mobilizações fortes pela liberdade de Lula, eis que o próprio STF garante sua libertação e restabelece seus direitos políticos para a surpresa de todos, inclusive dos que tentavam, sem sucesso, animar o movimento dos trabalhadores com a palavra de ordem “Lula Livre”. Gilmar Mendes foi um dos grandes arti-

culadores desta mudança na alta corte. Mas não esteve sozinho. Uma grande articulação política foi feita. Delfim Netto, que, em 2003, disse que seria muito útil um governo do PT para salvar o capitalismo brasileiro (e para desgastar o PT concomitantemente), novamente deu a senha e defendeu a volta de Lula ao governo. Não é uma posição majoritária na alta burguesia. Mas também não o era em 2002.

6) A luta contra a corrupção precisa continuar

A corrupção é uma parte importante da engrenagem econômica e política do capitalismo em geral e do regime político brasileiro em particular. Por isso desde a sua fundação o PSOL esteve na linha de frente das denúncias mais importantes, desde a CPI dos Correios, o “Fora Renan”, “Fora Cunha”, as denúncias contra Temer e a família Bolsonaro. No caso da corrupção na Petrobrás revelada pela Lava Jato, instrumentos ilegais foram utilizados com objetivo de promover uma perseguição política contra Lula e impedi-lo de concorrer em 2018. O MES denunciou esta manobra, defendendo o direito de Lula concorrer, mas nunca deixamos de afirmar que as relações promíscuas de Lula com as empreiteiras são parte do processo de adaptação do PT ao regime e da incorporação no seu seio dos métodos tradicionais de governo da burguesia.

Sergio Moro e Deltan Dallagnol prestaram um inestimável serviço aos corruptos desmoralizando uma luta que teve vitórias importantes, recuperando bilhões aos cofres públicos e colocando na cadeia toda a cúpula do MDB do Rio de Janeiro, em particular o então todo poderoso Eduardo Cunha, que lá permanece, pois a Lava Jato não foi apenas conduzida por Sergio Moro, e as condenações de seu braço no Rio de Janeiro seguem, por enquanto, intactas.

Glenn Greenwald e a equipe do Intercept revelaram as ilegalidades cometidas especialmente por Sergio Moro, que se compor-

tou como um aliado da promotoria, quando deveria ser imparcial. Os métodos comumente utilizados no processo penal para condenar a juventude negra e periférica se estenderam à esfera política, transformando o processo penal contra Lula numa cruzada antipetista que alimentou a extrema direita e levou Moro ao Ministério de Bolsonaro, explicitando suas intenções políticas no processo.

Por isso a anulação das condenações de Lula, a recuperação dos seus direitos políticos e a declaração de Moro como parcial no processo são vitórias democráticas. De conjunto, a experiência mais uma vez confirma que o poder judiciário não é capaz de levar adiante até o final uma luta contra a corrupção. Seu caráter burguês provocou um revés a esta luta, pois ao transformar a perseguição penal da corrupção em instrumento de perseguição política, Sergio Moro e o STF - que aceitou durante anos os desmandos de Moro - facilitaram a vida de todos os acusados.

O PSOL não pode abandonar esta luta, que é uma bandeira democrática fundamental que se confronta diretamente com os interesses do capitalismo e das burocracias partidárias.

7) O impeachment é uma necessidade

O impeachment de Bolsonaro torna-se uma necessidade cada vez mais evidente. Os incontáveis crimes de responsabilidade praticados pelo presidente justificam esta ação já há muito tempo. Ainda que o cenário da pandemia dificulte a pressão popular nas ruas, a queda de popularidade de Bolsonaro e sua desmoralização entre setores consecutivos deve colocar esta bandeira no centro da armação política do PSOL.

É importante destacar que os parlamentares do MES foram a ponta de lança desta iniciativa

realizando em 2020 um pedido de impeachment que recebeu apoio de mais de um milhão de assinaturas. Infelizmente, esta iniciativa foi atacada à época por camaradas do próprio partido,

mas sua premissa correta arrastou as posições contrárias e hoje temos consenso dessa necessidade.

A CPI da Covid instalada recentemente pode desenvolver as condições para o impeachment na medida que abre investigações sobre a gestão do governo na crise sanitária, já tido como equivocada pela maioria dos parlamentares. Ainda que a burguesia use esse instrumento como mais uma forma de pressão sobre o governo, a dinâmica da CPI pode surpreender na medida que novas revelações sobre o caos sanitário forem realizadas ou mesmo caso a burguesia decida que impedi-lo pode ser mais melhor que um hipotético segundo turno entre Lula e Bolsonaro.

Lula, por outro lado, defendeu o impeachment antes de sua reabilitação, mas recuou para uma estratégia de desgaste do governo mirando exclusivamente nas eleições de 2022, desarmando a luta concreta pelo “Fora Bolsonaro” em prol de uma aposta eleitoral. Da mesma forma, as frentes e centrais sindicais hoje não tomam iniciativas concretas contra o governo não porque Bolsonaro esteja fortalecido, mas porque toda a estratégia de suas direções se resume às próximas eleições.

A crise sanitária piora bastante as condições para a pressão popular pelo impeachment, mas o eleitoralismo de setores da esquerda também é elemento chave para compreender os problemas colocados para o impeachment, seja da resistência à direita ou da falta de iniciativa à esquerda.

8) PSOL independente nas ruas e nas eleições

O PSOL teve um grande sucesso nas últimas eleições municipais devido a sua posição coerente e independente. Sem medo ou vacilação para representar a nova vanguarda política que surge em resistência à extrema-direita, o PSOL teve resultados históricos com a eleição de número inédito de mulheres negras e de pessoas trans que expressaram politicamente a resistência social contra o bolsonarismo. Essas novas vanguardas, um fenômeno

se expressa mundialmente, demonstram a necessidade da radicalidade no enfrentamento dos problemas políticos do nosso tempo. Mas nosso desafio vai além: construir um projeto político partidário capaz de apresentar um programa de transição que impulse a luta pelo poder dos trabalhadores, único caminho para salvar o país da catástrofe.

Nossa tese sustenta a necessidade do PSOL postular-se como um projeto independente. O contrário desta posição é aceitar tornar-se uma ala esquerda de um projeto reformista com poucas reformas. Isso não significa abrir mão do centro da tática expresso na luta para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas eleições. Neste sentido nossa prioridade é a luta pelo impeachment, e no terreno, inclusive, definimos previamente que apoiaremos no segundo turno qualquer candidato que enfrente Bolsonaro. Mais ainda: definimos que é melhor apoiar a esquerda ou centro-esquerda reformista num segundo turno contra Bolsonaro do que a burguesia liberal, razão pelo qual estaríamos dispostos até mesmo a abrir mão de candidatura própria no primeiro turno das eleições presidenciais se houvesse chances dos liberais burgueses vencerem os reformistas e irem ao segundo turno contra Bolsonaro.

Mas não é este o cenário que se desenha. Está cada vez mais claro que o projeto reformista alicerçado na defesa do desenvolvimentismo burguês, encabeçado por Lula, estará no segundo turno. Resta saber se será contra Bolsonaro ou contra a burguesia liberal, caso esta supere Bolsonaro na corrida eleitoral ou lhe retire da corrida pela via do impeachment. A hipótese de Lula não estar no segundo turno é muito remota. A política do PSOL deve levar isso em conta. Abrir mão da candidatura significa uma capitulação ao reformismo e à política social liberal.

Nosso maior desafio é construir o PSOL e manter viva a necessidade que começou a ser respondida com sua fundação: afirmar uma alternativa democrática e socialista. O PSOL e a esquerda anticapitalista não tiveram forças para hegemonizar a

crise do PT e o levante de 2013, mas apesar disso o partido cresceu. A Primavera Carioca de 2012 foi um antecedente de 2013 e, em 2016, novamente o Rio de Janeiro foi palco de um enorme crescimento do PSOL. O MTST e a liderança de Boulos não teriam aparecido sem 2013, e movimentos como o Juntos não teriam se fortalecido.

Mas nada disso foi suficiente; estivemos longe de ser uma alternativa nas ruas. Os governos (PT, PSDB, PMDB, etc.) uniram-se para reprimir as manifestações e todos os que ousaram tentar estender o levante até o ano da Copa e das eleições. Houve muita repressão, uma guarda nacional foi montada e uma lei antiterrorista foi votada enquanto Bolsonaro ainda estava no submundo do parlamento. Todos os partidos tradicionais fizeram as eleições de 2014 como se o levante de Junho não tivesse ocorrido.

O PSOL, com Luciana Genro, foi a honrosa exceção. Toda a campanha do PSOL de 2014 foi feita reivindicando o levante e a necessidade de um programa de transição que começasse com as demandas exigidas nas ruas. Mas é fato que, da experiência com o PT, surgiu uma extrema-direita que foi muito mais poderosa e acabou, quatro anos depois, conquistando o governo nacional.

Agora, da experiência com a extrema-direita no governo, é provável, ou pelo menos cresceu muito, a chance do PT e do próprio Lula voltarem ao governo. O PSOL não aparece como um partido com força capaz de ganhar o governo; e as massas populares são práticas. Vão buscar a melhor ferramenta para derrotar Bolsonaro e, na ausência da consciência de classes e diante da crise do programa socialista (em boa parte também pela traição do PT), aceitam o retorno ao passado como seu horizonte de expectativas. O partido, porém, não pode deixar de se postular. Não se apresentar nas eleições significa abdicar da disputa e da construção de uma alternativa.

Somente disputando a direção um partido tem direito a um lugar no futuro. Este desafio nos exige nos apresentar nas elei-

ções e nos construir no dia a dia. A debilidade do PSOL na organização sindical, por exemplo, deve ser combatida. Atualmente não há uma intervenção decidida e unitária do partido sobre os setores mais organizados da classe trabalhadora, reproduzindo a fragmentação das relações sociais de trabalho e também a ausência de política para os trabalhadores organizados. O surgimento da nova TLS, tendência sindical impulsionada pelo MES, representa um passo importante para superar esta debilidade através do agrupamento de novas forças.

Mesmo com limitações para constituir-se como força política capaz de organizar amplos setores da população e ganhar o governo nas eleições de 2022, o PSOL tem crescido muito. Nada tem sido em vão: são mais de 250 mil filiados. Temos hoje 10 deputados federais, além de dezenas de deputados estaduais e vereadores eleitos a partir desse programa radical. Este projeto precisa se apresentar em 2022.

9) Candidatura própria em 2022 e independência de governos

Para isso, o PSOL deve ter candidatura própria. O nome de Luciana Genro como principal porta-voz daqueles que subscrevem esta tese mostra que o PSOL tem um nome capaz de encarnar o programa e a estratégia que defendemos para o partido desde o momento em que formulamos a proposta de sua fundação. Mais do que isso: nós que subscrevemos esta tese estamos convencidos de que é possível ter uma candidatura capaz de unir imediatamente outras teses partidárias e outros setores internos, permitindo ao partido ter um nome que unifique todos os que não aceitam o PSOL como mera ala esquerda do reformismo. É possível unir desde já todos que postulem a necessidade do partido apresentar um programa anticapitalista.

Nesta busca por unidade, encontramos o nome do deputado federal Glauber Braga. Glauber veio do PSB para o PSOL como

expressão da ampliação do partido. Quando fechávamos esta tese tudo indicava que seu nome seria capaz de unir estas forças internas. E Glauber está disposto a encarar o desafio de defender um programa anticapitalista coletivamente debatido pela militância e se apresentar como pré-candidato a presidente com o objetivo de representar o PSOL na disputa. Assim, o nome de Glauber Braga passa a ser nosso nome oficial como pré-candidato à presidência da República pelo PSOL em 2022.

Além disso, o VII Congresso do PSOL deve definir que o partido não deverá compor um eventual novo governo de Lula. A experiência interrompida com os governos do PT em 2016 não apaga os 14 anos de conciliação e gestão do capital contra os quais o PSOL construiu sua história, desde a reforma da previdência de 2003 até a repressão contra as mobilizações de 2013 e os compromissos posteriores feitos por Dilma à direita antes de seu impedimento.

A hipótese de composição com governos petistas, cuja defesa ainda não escrita já é ventilada por setores do partido, significaria um profundo golpe na trajetória de coerência que deslocou parte importante da vanguarda política e do eleitorado progressista para o PSOL. O primeiro passo dos que defendem este caminho para o PSOL é não ter candidatura presidencial. Seria uma posição para garantir o caminho livre para negociações desde o primeiro turno. Nós não aceitamos compor um governo social liberal. E nossa tática para este congresso hierarquiza esta luta como central imediatamente, Neste marco a discussão sobre candidatura própria do partido não tem nada de tática. É parte essencial da luta pela independência e por um projeto anticapitalista. O PSOL não pode ser parceiro num governo de coalizão com a burguesia. Nossa história de defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, que construiu uma marca de radicalidade e de independência política em contraposição à direita e ao modelo social-liberal dos anos de gestão petista, deve ser preservada. Sa-

ber mantes esta posição nos garantirá muita força no futuro próximo. Há lugar para a esquerda coerente. Um lugar muito mais amplo do que quando o Psol foi fundado.

10) O Congresso não pode ocorrer durante o pico da pandemia

O PSOL tem lutado de forma tenaz contra o negacionismo e em prol das medidas sanitárias necessárias perante a pandemia, defendendo o isolamento social e um auxílio emergencial digno como forma de viabilizar o isolamento neste ano tal como aconteceu em 2020. Como já afirmamos antes, enfrentamos uma escalada da pandemia sem perspectiva clara de arrefecimento. Os próximos meses podem ser ainda mais difíceis, com um programa de vacinação insuficiente e com o risco do surgimento de novas variantes mais resistentes do vírus.

Nesse contexto, a convocação de um Congresso, com modelo de deliberação presencial durante o maior pico da pandemia, traz múltiplos riscos ao partido. O mais evidente é o próprio risco sanitário, tendo em vista não só as atividades presenciais de votação, como também os necessários deslocamentos de militantes para viabilizar e fiscalizar o processo congressual por todo país. A fiscalização das votações é central porque garante a lisura no processo congressual, combatendo distorções no tamanho real de cada força partidária. Esta fiscalização faz-se mais necessária justamente em cidades e estados onde o partido está menos implantado. A volta das restrições de viagens e de barreiras sanitárias entre cidades e estados pode afetar diretamente a imprescindível fiscalização congressual.

A movimentação nacional de militantes psolistas durante o pico da pandemia pode ampliar vetores de transmissão do vírus e também é um erro porque dá um sinal trocado aos filiados e apoiadores que defendem a posição pública do PSOL sobre a pandemia. Caso o Congresso ocorra nas datas previstas, o PSOL

provavelmente será o único partido a realizar uma atividade desse tipo durante o pico da pandemia.

Além disso, o modelo proposto para o próximo Congresso assemelha-se ao processo de eleição direta do PT (o PED), esvaziando o debate político na medida em que separa os espaços de debate e de votação. Os debates, que ocorrerão virtualmente, não terão nenhum tipo de relação com o processo de votação em si, reproduzindo a falta de debate ocorrida antes da definição da candidatura de Boulos em 2018 (onde houve somente um debate entre pré-candidatos) numa situação ainda pior.

Portanto, além do risco sanitário representado pelo calendário congressual proposto, existe também um risco para a democracia do partido. Não negamos a importância nem a necessidade da realização do Congresso, mas isto deve se combinar com as reais possibilidades sanitárias de se realizá-lo e com uma profunda atenção aos mecanismos democráticos, sem inviabilizar os debates nem a fiscalização, e muito menos mudando permanentemente o formato congressual para um sistema próximo ao modelo petista.

11) O país precisa de um programa político radical

A resistência a Bolsonaro avança, porém bastante prejudicada pela impossibilidade atual da população ir às ruas. São diversas as iniciativas de luta, os atos simbólicos, pannels, carreatas, ações de solidariedade ativa, mas o pico pandêmico coloca uma evidente barreira à mobilização de massas. Ainda assim, derrotar Bolsonaro e a extrema-direita é uma necessidade imediata e nesta luta toda unidade política é necessária, atuando com partidos da esquerda, do centro e mesmo da direita anti-bolsonarista.

Entretanto, tal unidade tática não pode, de forma alguma, esconder ou anular um programa socialista independente que aponte saídas reais para os problemas do povo. A combinação entre a ampla unidade na ação contra Bolsonaro e a afirmação de

um programa anticapitalista é a tarefa do PSOL para o próximo período nas diversas lutas sociais e na próxima disputa eleitoral. Por isso, o programa do PSOL deve ser claro e não titubear em defender propostas de transição que atinjam os problemas estruturais do país.

Para isso, a vacinação ampla e o auxílio emergencial são exigências fundamentais. O país só sairá da crise sanitária após uma ação contundente, que combine a aceleração da vacinação com a retomada de auxílio emergencial digno, permitindo o isolamento social de fato da maioria da população. Esta medida deve estar combinada com todas as orientações da comunidade científica para a abordagem da pandemia, seja por meio de lockdowns e outras restrições.

Essa pauta só será possível caso ocorra uma inversão de prioridades na política econômica do governo. Não se trata aqui de aprofundar o endividamento público ou financiar grandes conglomerados para que mantenham seus lucros, mas de taxar o sistema financeiro e as grandes fortunas para permitir a implantação de um auxílio de emergência que atenda tanto os trabalhadores formais como os precarizados, desempregados, além das pequenas e médias empresas à beira da falência.

É preciso romper com o tripé macroeconômico que asfixia todas as possibilidades de soberania econômica do país, assim como é preciso auditar e anular grande parte da dívida pública brasileira. A política econômica para a maioria deve enfrentar os grandes capitalistas, defendendo conjuntamente tanto os empregos como os direitos dos trabalhadores, fortalecendo sua organização e garantindo postos de trabalho dignos para o conjunto da classe. O capital é uma relação social e deve ser atacado de forma estrutural enquanto tal, e não simplesmente ser ajustado através de medidas que busquem manter padrões de lucratividade dos grandes capitalistas.

A necessidade de fortalecimento do serviço público torna-se

ainda mais evidente no contexto pandêmico, e seu fortalecimento deve ser defendido através do aumento do financiamento e da valorização de seus trabalhadores da ativa e aposentados. A ampliação de serviços dignos de saúde, educação, transporte e segurança só pode ocorrer com uma mudança na política econômica que inverta completamente o fluxo dos recursos e permita uma mudança real nas condições de vida da população, indo além de programas sociais focalizados ou de simples medidas anticíclicas.

A questão agrária precisa de uma mudança profunda que rompa com os latifúndios e com a monocultura agroexportadora em prol dos trabalhadores rurais e da produção de alimentos para o mercado nacional. Para isso, é necessário um novo Incra que defina uma política fundiária de regularização das terras da União, das terras indígenas e quilombolas, desapropriando os latifúndios improdutivos e as propriedades marcadas pelo trabalho escravo. Uma política avançada de assentamentos da reforma agrária, realizada com condições para a produção da agricultura familiar, é outra mudança urgente na questão agrária.

Essa mudança de rumo deve, obrigatoriamente, incorporar uma perspectiva ecossocialista, combatendo o extrativismo predatório do agronegócio e da mineração. Como maior país amazônico e território de diversos biomas, o Brasil tem sobre si a atenção mundial e pode converter-se em exemplo internacional de utilização de energia renovável se romper com o clássico modelo agroexportador de exploração. Os povos das cidades da floresta, os indígenas, ribeirinhos e quilombolas devem ter protagonismo no debate sobre a utilização da natureza, combinando as necessidades sociais com o equilíbrio socioambiental e a preservação dos biomas.

12) Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas: elementos de programa

O programa do PSOL para as eleições presidenciais deve ser um programa democrático e anti capitalista, combinando demandas básicas do povo com medidas estratégicas de enfrentamento ao capital. Ao mesmo tempo não pode ser um programa meramente eleitoral, mas um conjunto de demandas para orientar a luta, independentemente de quem esteja no governo. Neste sentido devemos partir da necessidade de derrotar Bolsonaro, socorrer o povo mais sofrido devido às consequências da crise sanitária e econômica e a ao mesmo tempo apresentar propostas que sejam estruturantes no enfrentamento aos interesses da burguesia e do imperialismo. A seguir apresentamos alguns tópicos para iniciar este debate.

Fora Bolsonaro! Impeachment já!

Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas;

Enfrentamento à pandemia da Covid-19 e defesa da vida, do SUS e dos trabalhadores da saúde: quebra de patentes de vacinas, vacinação e testagem em massa, já;

Renda mínima emergencial para todos;

Planos emergenciais de trabalho: construção de moradia popular;

investimento em educação, saúde e transporte nas cidades com geração de empregos;

Defesa da auto-organização, das lutas democráticas e contra medidas repressivas;

Defesa das terras indígenas e quilombolas contra a revisão das demarcações e a invasão pela mineração, pelo garimpo e pelo agronegócio;

Defesa da Reforma agrária e crédito para a agricultura familiar;

Combate à violência doméstica e ao feminicídio, que tem aumentado como efeito da pandemia; Aborto legal e seguro já! Por descriminalização e legalização; Apoio ao movimento negro e suas demandas! Apoio ao movimento de mulheres e da juventude;

de! Apoio aos movimentos LGBTQI+!

Combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia;

Contra a repressão policial, o abuso policial e o genocídio da juventude negra;

Mudança estrutural das polícias, com democratização, direito de greve e auto organização;

Auto-organização e solidariedade ativa nos bairros pobres;

Referendo revogatório de todas as medidas anti povo como o “teto de gastos”, a PEC-95, e as reformas trabalhista e previdenciária;

Contra as privatizações;

Manutenção dos empregos e direitos: contra a reforma administrativa e o corte de salários dos servidores públicos e trabalhadores formais! Estabilidade no emprego! Taxação das grandes fortunas, lucros, dividendos e heranças para que os ricos paguem pela crise;

Anulação das dívidas no Serasa e no SPC: anistia das dívidas para milhões de famílias trabalhadores endividadas;

Não ao pagamento da dívida externa, auditoria e suspensão dos pagamentos da dívida pública aos grandes capitalistas e especuladores;

Estatização e controle público sobre o sistema financeiro;

Controle de capitais e das remessas de lucros e dividendos;

Por um governo socialista dos trabalhadores, do povo pobre e dos oprimidos.

Confira a lista dos 8114 signatários de nossa tese em <https://movimentorevista.com.br/wp-content/uploads/2021/05/tese-mes-final.pdf>